



FLUXOS & RISCOS

REVISTA DE ESTUDOS SOCIAIS

Vol 5, nº4

2019

FLUXOS & RISCOS

Orgão de divulgação científica do Centro de Pesquisa e Estudos Sociais (CPES) enquadrado na Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, é uma revista semestral que tem em vista promover a disseminação dos resultados dos estudos conduzidos pelo CPES no domínio das Ciências Sociais e Humanas. Mais especificamente, Fluxos & Riscos pretende divulgar os resultados da pesquisa científica conduzida nas áreas relacionadas com as seguintes Linhas de Investigação: (1) Diversidade, Identidades, Inclusão e Desenvolvimento ;(2) Inovação e Sustentabilidade em Economia e Gestão das Organizações.

Direção

Teotónio R. de Souza (Diretor)

Conselho Editorial

Ana Lorga da Silva
Artur Parreira
Carlos Capelo
Eduardo Figueira
Jorge Mangorrinha
José Carlos Calazans
Manuel Antunes
Manuel Serafim

Conselho Científico

Alfonso Morales (University of Wisconsin, USA)
Ana Cláudia Couto (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)
André Lambert (ADRASS, Louvain-la-Neuve, Belgique)
Carlos Diogo Moreira (ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa)
Cláudia T. Ramos (Universidade Fernando Pessoa, Portugal)
Francisco Ernesto Martínez-Castañeda (UAEM, México)
Francisco Gómez Gómez (Universidad Complutense, Madrid)
João Casqueira Cardoso (Universidade Fernando Pessoa, Porto)
José Carlos Marques (UNESP, Brasil)
Malyn Newitt (King's College, UK)
Manuel Alfredo Teixeira (Universidade Católica Portuguesa, Lisboa)
Maria Cláudia Brandão Pinheiro (ISMAI, Portugal)
Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora, Portugal)
Nuno Leitão (Universidade Nova de Lisboa, Portugal)
Pius Malekandathil (JNU, New Delhi, India)
Silas Guerriero (PUC SP, Brasil)
Teresa Ferreira Rodrigues (Universidade Nova, Lisboa, Portugal)

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do «Projeto do Centro de Pesquisa e Estudos Sociais UID/SOC/4884/2016»

FLUXOS & RISCOS, está organizada em 3 partes:

1. A primeira parte, dedicada a artigos de investigação, esta organizada por temáticas correspondentes às linhas de investigação. A secção de *Ensaaios Exploratórios* na presente revista distingue-se da secção com *Artigos* por apresentar textos de natureza exploratória e ainda em processo de investigação continuada da parte do(a) autor(a).
2. A segunda parte inclui resenhas de obras relevantes para os domínios de investigação relacionados com as linhas de investigação.
3. A terceira parte é constituída pela descrição sumária de projetos de investigação em curso e de eventos organizados no quadro do CPES.

Artigos a publicar

Os artigos a publicar na **FLUXOS & RISCOS** poderão ser originários dos investigadores membros do CPES ou de investigadores externos. Tendo em vista a submissão de artigos para publicação na Revista por parte de investigadores, a Direção lançará, semestralmente, “chamadas” (Call for Papers). Em geral, cada número da Revista conterá 2/3 artigos por linha de investigação. Caso sejam recebidos mais que 3 artigos por linha de investigação e não houver espaço para os incluir em determinado número, os artigos não incluídos serão publicados no(s) número(s) seguinte(s) da Revista.

Avaliação dos artigos

Os artigos serão avaliados de forma “cega” por 2 “referees” escolhidos e convidados pela direção da revista de consenso com coordenador da linha de investigação em cujo domínio se enquadra o respetivo artigo. Mais pormenores sobre o processo da avaliação e normas editoriais que seguem podem ser consultados na página web da revista em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/user/register>

Formato dos artigos

Manuscrito: Os manuscritos podem ser submetidos em uma das 4 línguas consideradas oficiais da Revista: Português, inglês, espanhol, ou francês. Em qualquer dos casos deve conter um sumário em duas das quatro línguas. O texto do artigo deve ter uma extensão máxima de 5.000 palavras. O manuscrito deve ser submetido em formatos Word e PDF, seguindo a seguinte ordem: 1. Título; 2. Sumários (abstracts) e palavras-chave em 2 línguas; 3. Texto principal com a) Introdução, b) Metodologia, c) Resultados, d) Discussão e interpretação dos resultados; e) referências bibliográficas; Reconhecimentos de entidades e pessoas que contribuíram para o estudo.

Página com o título deve conter o título do artigo, o nome completo do autor, endereço e afiliação institucional do(s) autor(es). O endereço deve incluir o endereço postal, correio eletrónico e telefone (fixo e/ou móvel).

Páginas com os sumários: Os sumários dos artigos em 2 línguas devem ser elaborados em páginas separadas e devem incluir 5 palavras-chave. Cada sumário não deve exceder 150 palavras e deve referir: ao problema de investigação, ao interesse e contexto do estudo, abordagem metodológica, resultados alcançados e sua relação com o problema, conclusões e recomendações e sua relevância para a sociedade e para futura investigação.

Introdução: Esta parte deve incluir informação de enquadramento do problema no contexto social e ter os objetivos e/ou hipóteses claramente definidos.

Metodologia: A abordagem metodológica não deve ser muito extensa mas deve conter o detalhe suficiente para a compreensão da forma como foi conduzido o estudo.

Resultados: Os resultados devem ser apresentados de forma sistematizada e com sequência lógica em texto apoiado, quando relevante, por figuras e quadros.

Discussão e interpretação dos resultados: Nesta parte deve ser efetuada a discussão dos resultados em relação aos objetivos e/ou hipóteses que tenham sido formuladas assim como tomar em consideração o contexto em que foi realizado o estudo. Em alguns casos poderá a parte dos resultados estar incluída no mesmo ponto da discussão e interpretação dos resultados.

Referências Bibliográficas: As referências bibliográficas no texto e na listagem no fim do texto devem seguir o formato autor/data, mais conhecido pelo formato desenvolvido pela APA (American Psychological Association).

Reconhecimentos: Os reconhecimentos de entidades e pessoas que contribuíram para realização do estudo como sejam as que financiaram o estudo ou deram qualquer outro contributo devem ser descritos em página separada.

Quadros e Figuras: Os quadros, de natureza complementar, devem ser numerados e ter um título curto. Apenas as ilustrações com relevância científica, como o caso de modelos gráficos, podem ser incluídos no texto. Fotografias, quando consideradas relevantes, podem também ser incluídas no texto, mas devem ser de autoria própria ou com autorização clara.

Prazo de entrega e contacto: Os textos devem dar entrada pelo menos 6 meses antes da data pretendida de publicação. Os materiais recebidos pelo secretariado não serão devolvidos ao autor. Toda a correspondência da Revista passará pelo secretariado do CPES.

FLUXES & RISKS, is structured into 3 parts:

1. The first part is reserved to research papers and is organized by themes corresponding to the areas of research undertaken by CPES.
2. The second part includes reviews of books relevant to the areas of research.
3. The third part will cover information about the major projects of CPES and events organized by CPES, directly or in partnership with other organizations.

Articles for publication

The articles to be published in **FLUXES & RISKS** may come from the members of CPES or from external researchers. For the purpose of getting research papers to be published in the Journal, the Board of Editors will launch a 6-monthly call for papers. Usually, each issue of the Journal will publish 2 / 3 articles per line of research. In the case it receives more than 3 articles related to any one of the research areas, papers not included in an issue of the Journal will be published in the following ones.

Evaluation of articles

The articles will undergo a double-blind peer review by two referees chosen and invited by the coordinator of the CPES's research line into which the respective research paper fits. In the case of one positive and one negative review, there will be a third review as tie-breaker.

Paper format

Manuscript: Manuscripts may be submitted in one of the four official languages of **FLUXES & RISKS**, namely, in Portuguese, English, Spanish or French. In any case, the paper must carry abstracts and key-words in two of the four languages. The text of the article should have a maximum length of 5,000 words. The manuscript should be submitted in Word and PDF formats, respecting the following order of contents: 1. The title; 2. Abstracts and five key-words in two languages; 3. Pages with a) Introduction, b) Methodology, c) Results, d) Discussion and interpretation of results; 4. Bibliographic references; 5. Acknowledgement of institutions and individuals who contributed to the study.

Title page : This page should contain the paper title and author's full name, address and affiliation. The author's address must include postal address, email address and telephone number (fixed and / or mobile).

Pages with abstracts: Each abstract should not exceed 150 words and state the research problem, relevance and context of the study, methodological approach, conclusions and recommendations, and their relevance for society and for future research.

Introduction: This part should include background information concerning the research problem on the social context and should clearly state the research objectives and / or hypotheses.

Methodology: The methodological approach should not be too long but should contain enough detail for the understanding of how the study was conducted.

Results: The results should be presented in a systematic and logical sequence in text supported, where relevant, by figures and tables.

Discussion and interpretation of results: In this part results should be discussed in relationship to the objectives and/or hypotheses that have been formulated as well as taking into account the context in which the study was conducted. In some cases, results can be included at the same point of discussion and interpretation of results.

References: The references in the text and the reference list at the end of the text should follow the APA (American Psychological Association) format.

Acknowledgments: Should mention the institutions and individuals who contributed to the study, such as those that funded the study or have given any other significant and valuable contribution.

Tables: Tables of complementary nature must be numbered and have a short title.

Pictures: Only the relevant scientific illustrations, as the case of graphical models, may be included in the text. Photos, when relevant, may also be included. All pictures and tables must be numbered and have a short title. The use of photographs and illustrations should avoid violating copyright when they are drawn from external source.

Delivery and contacts: Papers to be published must be received by the Journal secretariat at least 6 months before the intended date of publication. The materials received by the secretariat will not be returned to the author. All correspondence will go through the secretariat of the CPES.

Índice

Editorial	
Olhares sobre a sustentabilidade.....	9
<i>Ana Lorga da Silva & Artur Parreira</i>	

Secção I Artigos

Sustainability and profitability can coexist. Improving business models	15
<i>Mihaela Herciu</i>	
Sustainable investments in western european countries - a multidimensional approach	35
<i>Bogna Janik & Katarzyna Maruszevska</i>	
Atitude, práticas e tecnologias: iniciativas dos gestores nas organizações públicas e privadas para um desenvolvimento sustentável	47
<i>Oberdan Santos da Costa & António Augusto Teixeira da Costa</i>	
Keeping track of sustainability progress - benchmarking insights from international indexes	63
<i>Claudia Ogrean</i>	
Sustentabilidade: cultura necessária na contemporaneidade	81
<i>Marcelo Pereira Marujo</i>	
Contributo do serviço social para a gestão de pessoas e sustentabilidade das instituições particulares de solidariedade social.....	99
<i>Aida Ferreira & Angélica Figueira</i>	

Secção II Recensões

RECENSÃO

Laudato Si: Um Presente para o Planeta

Josafá Carlos de Siqueira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.....119

Marcelo Pereira Marujo

RECENSÃO

Campeño a Campeño, Voces de Latinoamérica

Movimiento Campeño a Campeño para la Agricultura Sustentable SIMAS,
Managua Nicaragua Food First Books, Oakland, California

Eric Holt-Giménez127

Thiago Sabatinelli Rodrigues

Editorial

Olhares sobre a sustentabilidade

O tema sustentabilidade tornou-se relevante após a Conferência de Estocolmo em 1972, sobre o Meio Ambiente e a Estratégia de Conservação do Planeta, da *International Union for the Conservation of Nature*. Os líderes mundiais compreenderam que os cidadãos dos países desenvolvidos tinham começado a prestar atenção às questões ambientais e sentiram-se pressionados a enfrentar o impacto ambiental do desenvolvimento. Nasceu, assim, a Comissão Brundtland, cujo relatório, publicado pela Oxford University Press sob o título *Our Common Future* (1987), acentuou essencialmente os planos ambiental e económico, mas já colocou implicitamente as outras áreas que com o tempo foram associadas ao construto sustentabilidade:

- *Ambiental*, focada na organização e qualidade do território e dos espaços físicos (SACHS, 2002);
- *Económica*, centrada na gestão eficiente dos recursos (GARCIA, 2016);
- *Social*, abordando os estilos de vida e as expressões do viver em comunidade (COSTA NETO & ANJOS, 2002);
- *Cultural*, focada na expressão do pensamento, arte e recreação (SILVA, SOUZA e CEZAR LEAL, 2012);
- *Política*, preocupada com o modo de organizar a sociedade e os recursos disponíveis ACSELRAD e LEROY, 2003; SILVA e SHIMBO, 2006).

A dimensão ambiental começou por salientar a questão das alterações climáticas, aliás ainda hoje completamente pertinente; mas tem em consideração também a organização e qualidade do território e dos espaços físicos (SACHS, 2002), tanto a relação urbano-rural, como a qualidade do espaço citadino, que interage diretamente com o social: habitação em bairros com atendimento à saúde, à educação, entre outros serviços, nomeadamente o saneamento básico e o fornecimento de água de qualidade. É o que conduziu à definição de Satterthwaite de

metas sociais para as cidades; e este autor salienta ainda (SATTERTHWAITE, 2004, p. 155) que o conceito de sustentabilidade social “poderá ser considerado como sendo a sustentação das sociedades atuais e suas estruturas sociais”, interligadas como estão às metas ambientais e económicas. .

Na dimensão económica, a Agenda 2030 define o objetivo de desenvolvimento sustentável nestes termos: *Promover um crescimento económico firme, inclusivo e sustentável, e emprego produtivo e trabalho decente para todos*. Tal como no caso de ‘*erradicar a pobreza*’, a complexidade deste objetivo é evidente. Por um lado, temos um objetivo definido claramente no âmbito da economia, o *crescimento económico firme*: podemos considerar que se visa um crescimento sistemático, sem retrocessos, mensurável em termos de PIB ou medidas similares. Mas mesmo neste sentido restrito, é iniludível a observação de impasses ao longo dos tempos, não só em economias locais, mas no sistema global. Impõe-se, por isso, uma análise complexa, decididamente interdisciplinar, dos processos envolvidos. Um outro ponto do objetivo merece reflexão: *crescimento económico inclusivo*. Além do crescimento sistemático e firme, pretende-se construir uma economia promotora da inclusão, anti-marginalizante: um objetivo situado na esfera social, que introduz a complexidade de fenómenos como a diversidade económica, cultural, educacional, eventualmente étnica e histórica (CROCHÍK, 2003).

A dimensão social da sustentabilidade é definida por Sachs (2002) como “o alcance de um patamar razoável de homogeneidade social, com distribuição de renda justa (...) qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais”. Em consonância com Sachs, a Carta da Terra (1992) afirma a importância da equidade na distribuição de recursos entre segmentos populacionais, a universalização de estruturas básicas, como saneamento, acesso à informação, educação e serviços de saúde. E Satterthwaite (2004) propõe que o conceito de sustentabilidade social “seja considerado como a sustentação das sociedades atuais e suas estruturas sociais”: habitação em bairros com atendimento à saúde, à educação e outros serviços.

A dimensão cultural é referida por Sachs (2002) como equilíbrio entre a tradição e a inovação, capacidade de elaboração autónoma de um projeto nacional integrado, que Souza e Schuttel (2011) resumem na autoconfiança e autoafirmação, conjugadas com a abertura para o mundo, tendo como base a formação de cidadãos protagonistas responsáveis. Silva e Shimbo (2001), finalmente, vêem-na como “a promoção da diversidade e identidade cultural, em todas as suas formas de

expressão e representação, propiciando a conservação do patrimônio urbanístico, paisagístico e ambiental, que referencie a história e a memória das comunidades”.

A dimensão política tem sido um dos pressupostos mais consistentemente defendidos em estudos sobre a sustentabilidade (Guivant, 2002): favorecer o acesso dos cidadãos à informação, permitindo a melhor compreensão dos problemas e oportunidades, com a participação ativa dos cidadãos nas decisões é visto como fator essencial numa política de sustentabilidade. Leroy *et. al.* (2002) e Silva e Shimbo (2001) chamam a atenção para três caminhos de acerto de políticas pró-sustentabilidade: produção de conhecimento, intervenção na cadeia produtiva, e capacitação pessoal, preparando profissionais para a pesquisa e a intervenção.

O desenvolvimento sustentável é, assim, articulado num processo civilizatório que combina as várias dimensões da sustentabilidade, com relevo para o bem-estar social e o desenvolvimento humano: afirmação da identidade cultural e desenvolvimento dos saberes; interação da família, escola e instituições políticas; desenvolvimento de uma visão integrativa dos vários contextos, desde o local ao nacional e internacional.

Para esta última edição da revista *Fluxos & Riscos*, desafiámos os investigadores do CPES e outros interessados a produzirem textos originais sobre as múltiplas dimensões da sustentabilidade. Assim este número da revista explorou e aprofundou problemáticas interdisciplinares relacionadas com a sustentabilidade. Procurou-se criar um diálogo apostado na convergência de modo a ultrapassar eventuais barreiras epistemológicas e criar uma dinâmica de inovação enraizada na interdisciplinaridade e no raciocínio complexo.

Homenagem:

Este último número da revista *Fluxos & Riscos* é uma homenagem ao seu Diretor Professor Teotónio R. de Souza, falecido a 20 de fevereiro de 2019.

Ana Lorga da Silva¹ e Artur Parreira²
Editores deste volume

1 <https://orcid.org/0000-0001-7514-8278>

2 <https://orcid.org/0000-0002-5707-8787>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brundtland Commission (1987) *Our Common Future*, Oxford: Oxford University Press
- Crochik, J. L. (2003). Manifestações de preconceito em relação às etnias e aos deficientes. *Boletim de Psicologia*, 52(118), 89-108.
- Garcia, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão Econômica da Sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. *Veredas do Direito*, v.13 n.25 p.133-153 Belo Horizonte, Jan./Abril. 2016.
- Guivant, Julia (2002). Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. *Congresso Mundial da International Sociological Association*, Brisbane, 8-13 de julho.
- LEROY, J.P.; BERTUCCI, A. A.; ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; SCHISIENGER, S.; PACHECO, T. *Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?* Petrópolis: Vozes, 2002.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente) (1992). *Carta da Terra*, Disponível em: <www.mma.gov.br>.
- Sachs, Ignacy (2002). *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro, Garamond.
- Satterthwaite, D. (2004) Como as cidades podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. In: Menegat, R.; Almeida, G. (Orgs.). *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 129-169.
- Silva, S.R.M. e Shimbo, I.(2001). Proposição básica para princípios de sustentabilidade. In: *Encontro nacional e Encontro latino americano sobre edificações e comunidades sustentáveis*, 2., Canela, RS. *Anais...* Porto Alegre: NORIE/UFRGS, p. 73-79. 2001.
- Souza, N. e Schuttel, S. Sete dimensões da sustentabilidade para a organização saudável. *Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade*. Fundação Antonio Meneghetti&Faculdade Antonio Meneghetti- Recanto Maestro, 2011 - ISSN 2237-4582.

Secção I

Artigos

SUSTAINABILITY AND PROFITABILITY CAN COEXIST. IMPROVING BUSINESS MODELS

Mihaela Herciu¹

ABSTRACT

Profitability and sustainability at business level represent two major objectives that have to be integrated into company's strategy. They are not antagonistic concepts; they can work together in order to develop and improve business models. A company does not shift her status overnight. The aim of the paper is to analyze the most commonly used business models, on one hand, and to identify some ways for improvement, by considering synergistic approach of profitability and sustainability, on the other hand. Extended literature indicates the necessity of reshaping business models. In many cases, companies can combine different, but converged, business models simultaneously, or can consider business model portfolio. In short, business model is about putting strategy into action. Concepts like corporate social responsibility or sustainability are more and more present into the companies' day by day activities. That does not mean that profitability is passed to second place; it's first place is generally accepted and assumed. However, by putting together, profitability and sustainability can drive to a long-term sustainable competitive advantage. In order to sustain and demonstrate that profitability and sustainability can coexist, some correlation analysis was conducted, by including companies from different industries, based on: 2017 Annual Corporate Sustainability Assessment developed by RobecoSAM AG (which include 60 industries and 2479 companies); Dow Jones Sustainability Index and ESG Score (Environment, Social and Governance); data collected from balance sheet, income statement and Bloomberg; Fortune Global 500. The results of the paper reveal that there is a correlation between the most profitable companies in the world and the most sustainable one, but the achieved results of each company are based on different business models.

Keywords: *profitability, sustainability, business models innovation, sharing economy*

¹ "Lucian Blaga" University of Sibiu, Romania
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9649-2043>
mihaela.herciu@ulbsibiu.ro

1. INTRODUCTION

More and more companies have to adapt their business models to the new challenges. In the last two decades the business environment has generated new characteristics/dimensions for business models in order to keep up with the newly concepts like ambidexterity, resilience or sustainability. Some advocate that traditional business models must be improved or replaced for facing the reality and to survive. This study was designed to examine if sustainability and profitability can coexist at the firm level. More, considering state of art in the field of business models, during the last 20 years, the business models were reinvented based on the challenges generated by the international business environment. The main research question of the paper can be easily identified from the title. The paper is structured into three parts: the conceptual framework part by considering state of art in the field of business models, sustainability and profitability; the data and results section that first describes the sample and the variables, and second presents the findings of the research; the conclusion part by summarizing the answer to the research question.

2. CONCEPTUAL FRAMEWORK

In 1962, in his book *Capitalism and Freedom*, Friedman (1962, 1970) stated: “there is one and only one social responsibility of business - to use its resources and engage in activities designed to increase its profits so long as it stays within the rules of the game, which is to say, engages in open and free competition without deception or fraud”. Nevertheless, over the past decades, sustainability and profitability were the promoters (or enhancers) of a new paradigm for corporate governance.

Many authors have argued that, at the company level, sustainability and profitability need to be balanced (Hawkins, 2006; Bryson and Lombardi, 2009). A number of companies have integrated sustainability into their corporate identities (Sneirson, 2008). Bryson and Lombardi (2006) have used the term *distinctiveness* when companies are incorporating sustainability: “this incorporation requires the development of a framework for balancing sustainability and related value systems against more mainstream concerns with maximizing profitability...New firms

or business models *emerge* when entrepreneurs discover new routines and competencies or combine old ones in new and innovative ways”.

Others are moving forward and highlighted that companies have a wider responsibility that goes beyond profit maximization (Hahn and Figge, 2011) and that there is a significant positive relationship between sustainability and firm performance - in terms of profitability (Bodhanwala and Bodhanwala, 2018).

Under these circumstances, new business models have been developed by putting together *sustainability and profitability*.

First, we have to identify the key elements of a business model.

According to Hamel (2000), a business model is *the company's way of doing business* and comprises *four major components*: core strategy; strategic resources; customer interface; value network. These major components are linked by *three bridge components*: configuration; customer benefits; company boundaries and are based on four factors that determined its wealth potential: efficiency; uniqueness; fit and profit booster. Also, Sabatier, Mangematin and Rouselle (2010) considered that a business model is a bridge between business strategy and core competences, on one hand, and a practical tool for manager, on the other.

In a study conducted by IBM and presented by Giesen, Riddleberger, Christner and Bell (2010), researchers have identified three A's for the successful design and execution of business-model innovation: aligned, analytical and adaptable.

The importance of business models and business models innovation has been emphasized in the literature by some journals special issues such as Long Range Planning (2010, 2013, 2016), Organization & Environment (2016).

Wirtz, Pistoia, Ullrich and Göttel (2016) have aggregated important areas of research on business models (concept/terminology, business model structure, business model management process), while Schaltegger, Hansen and Lüdeke-Freund (2016) have tried to get some answers to few fundamental questions. “How can theories on the organizational level (dynamic capabilities, ambidextrous organization and disruptive innovation), on the individual level (responsible leadership and entrepreneurship) or on both levels (structuration theory, organizational learning, organizational change, and organizational culture) explain the transformation of business models of established firms?”

Voelpel, Leibold and Tekie (2004), propose a wheel of business model reinvention by considering customers, technology, business system infrastructure and economics/profitability as four major components that influence each other.

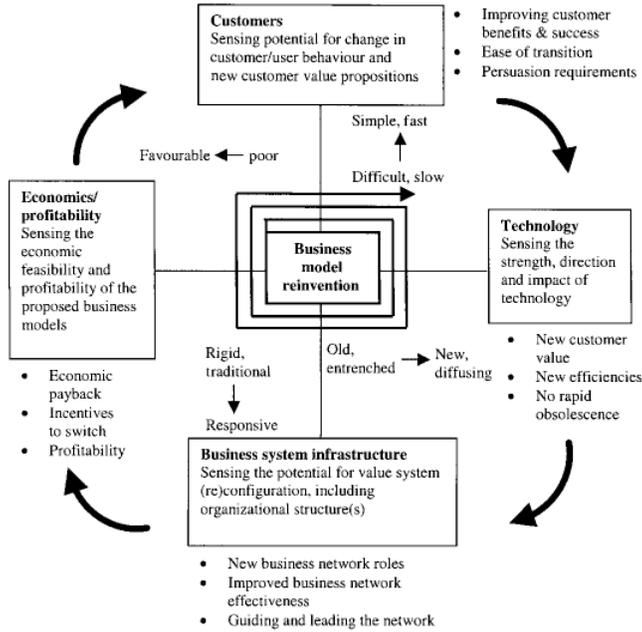


Figure 1. Wheel of business model reinvention (Voelpel, Leibold and Tekie, 2004)

In an article published into Journal of Management, Foss (2017) provides a review about fifteen years of research and researchers in the field of business model innovation. Relying on these researches, he proposes a research model for future business model innovation. The model integrate *antecedents* (external and internal factors), *moderators* (all the three level micro, firm and macro) and *outcomes* (financial performance, innovativeness, cost reduction) into the business innovative model in order to highlight novelty and scope.

Until recently, the business model research does not integrate sustainability into the business model thinking (Pedersen, Gwozdz, Hvass, 2018). As Abdelkafi and Täuscher (2016) stated, “to achieve sustainability, a firm has to transform its entire business logic. A business model for sustainability aims creating value for various stakeholders and the natural environment.”

However, since 2001, Epstein raises a main question: “*How to manage the paradox of simultaneously improving social, environmental and financial performance, the three elements that make sustainable performance?*” For answering to the question, Epstein (2001) proposed a Corporate Sustainability Model that includes inputs, processes, outputs, and outcome.

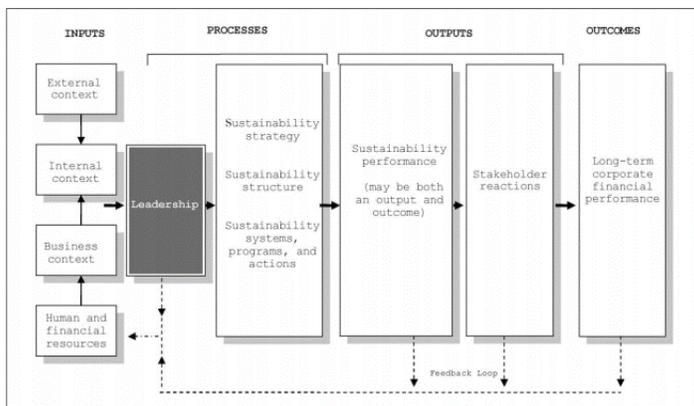


Figure 2. The Epstein Corporate Sustainability Model (Epstein, 2001)

Moreover, in 2008, Stubbs and Cocklin have identified some characteristics of a sustainable business model. They argued that a sustainable business model:

- *Draws on Economic, Environmental and Social Aspects of Sustainability in Defining an Organization’s Purpose*
- *Uses a Triple Bottom Line Approach in Measuring Performance*
- *Considers the Needs of all Stakeholders Rather Than Giving Priority to Shareholders’ Expectations*
- *Treats Nature as a Stakeholder and Promotes Environmental Stewardship*
- *Encompasses the Systems Perspective As Well As the Firm-Level Perspective*

According to Schaltegger, Lüdeke-Freund and Hansen (2012) the term of business model is still developing and the integration of sustainability involves significant conceptual challenge.

They have developed a business model (by considering sustainability) based on the classification of business model innovations proposed by Mitchell and Coles (2003):

- “(1) *Business model adjustment* - similar with improvement stage - refers to changes of only one (or a minor number of) business model element(s);
- (2) *Business model adoption* - similar with catch-up stage - refers to changes that mainly focus on matching competitors’ value propositions;
- (3) *Business model improvement* - similar with replacement stage - when substantial parts of the business model elements are changed;
- (4) *Business model redesign* - similar with actual innovation - when an improvement leads to a completely new value proposition”.

Figure 2
An Illustration of a Systems-Based SBM

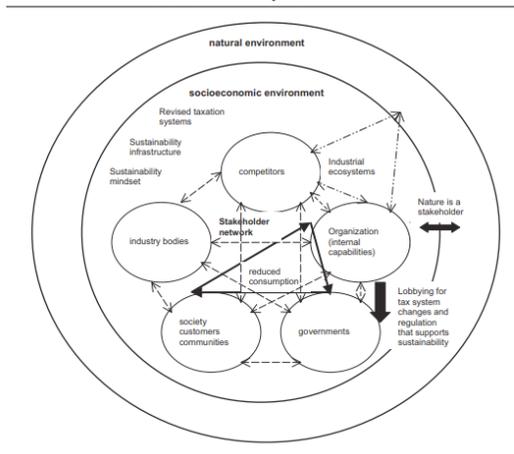


Figure 3. Sustainable business model (Stubbs and Cocklin, 2008)

Considering all the above mentioned, the research question is *if sustainability and profitability can coexist?* If so, there is a direct correlation between them as Pederson, Gwozdz and Hvass (2018) stated, “Companies demonstrating high levels of business model innovation will also demonstrate high levels of corporate sustainability.... Both business model innovation and corporate sustainability were expected to be related to financial performance”?

3. DATA AND RESULTS

The purpose of the paper is to analyze if sustainability and profitability can coexist at the firm level. The samples used are companies that are ranked into: Fortune Global 500 (US based companies): The World`s largest companies by revenues; Yahoo Finance and Fortune have been accessed in order to collect data for variables.

In order to answer to the research question we appeal to variables like net income, total assets, shareholders` equity (considering FY2017) for calculating return on assets (ROA) and return on equity (ROE) as the expression of profitability, and Environmental, Social and Governance score (ESG), developed by MSCI, for sustainability. Sustainability ESG Rating measure how well companies proactively manage the environment, social and governance issues that are most material to their business (MSCI Inc, 2018).

We have selected 94 companies that meet all the requirements and have registered valid values for the analyzed variables.

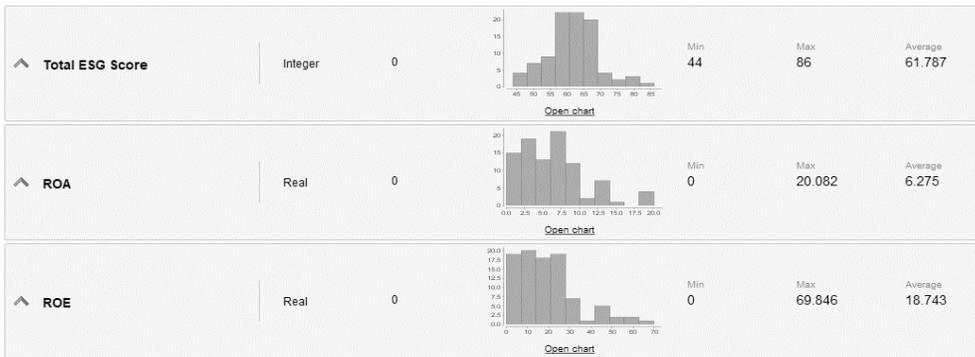


Figure 4. Descriptive statistic for analyzed variables (author computation - RapidMiner)

From the 94 analyzed companies we selected the best/weak performers in terms of ROA, ROE and ESG.

Table 1. The Best/Weak Performers

Best performers		
ROA > 10%	ROE > 30%	ESG Score > 70
Starbucks	Verizon	Intel
Facebook	Rite Aid	Hewlett Packard
TJX	Lowe's	Cisco Systems
Union Pacific	Starbucks	Dell Technologies
McDonald's	TJX	IBM
Philip Morris International	American Airlines Group	Microsoft
Apple	Sysco	Johnson Controls
3M	PepsiCo	Qualcomm
Procter & Gamble	Union Pacific	Exelon
Pfizer	3M	Johnson & Johnson
Dollar General	Apple	
Comcast	Comcast	
Verizon	International Paper	
Rite Aid	IBM	
Weak Performers		
ROA = 0	ROE = 0	ESG Score < 50
Dell Technologies	Philip Morris International	Tyson Foods
ConocoPhillips	Hewlett Packard	Rite Aid
General Electric	HCA Holdings	Twenty-First Century Fox
Schlumberger	Lockheed Martin	Dollar General
General Motors	Energy Transfer Equity	Amazon.com
Halliburton	Dell Technologies	Centene
	ConocoPhillips	Energy Transfer Equity
	General Electric	
	Schlumberger	
	General Motors	
	Halliburton	

By analyzing The Best/Weak Performers, it can be observed that only IBM manage to obtain a ROE higher than 30% and an ESG score higher than 70. Even if Dell Technologies has registered a high level of ESG score, the company was not profitable in FY2017.

Based on that, some clusters could be identified, considering average and distance between companies registered variables. In *Cluster 0* are placed 20 companies that achieved an ESC Score higher than average with 53.48%, but with lower average levels for ROA and ROE. In *Cluster 1* are placed 58 companies (more than 50% form analyzed companies) that have smaller results against average for all three analyzed variables. The last cluster, *Cluster 2*, is reserved to the best performers; 16 companies have registered 2 times higher than average ROA and ROE.

Average Cluster Distance: 1.537
Davies-Bouldin Index: 1.142

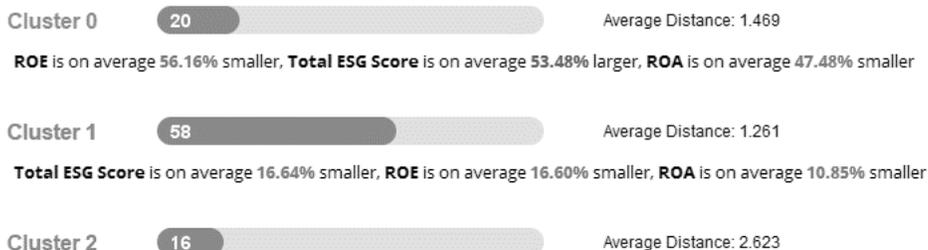


Figure 5. K-Means Summary - Cluster Analysis (author computation - RapidMiner)

In addition, we have conducted a *K-Means Cluster Tree analysis* and a *K-Means Scatter Plot* in order to emphasize once more the interrelation between ROA, ROE and ESG.

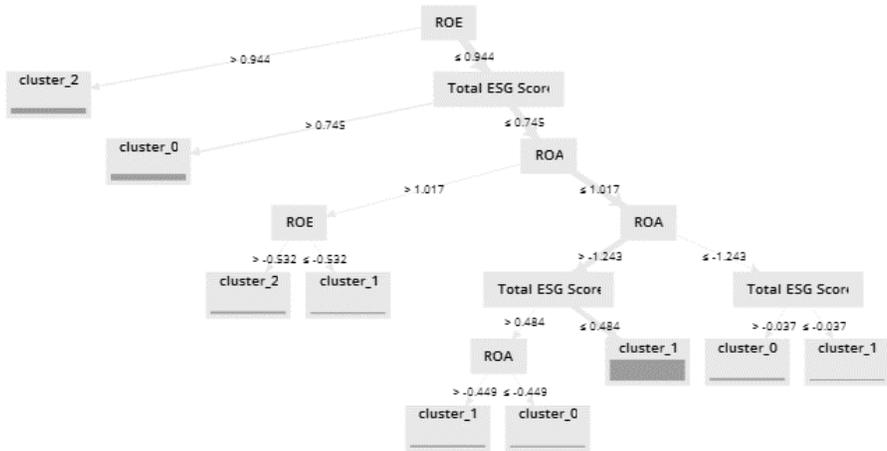
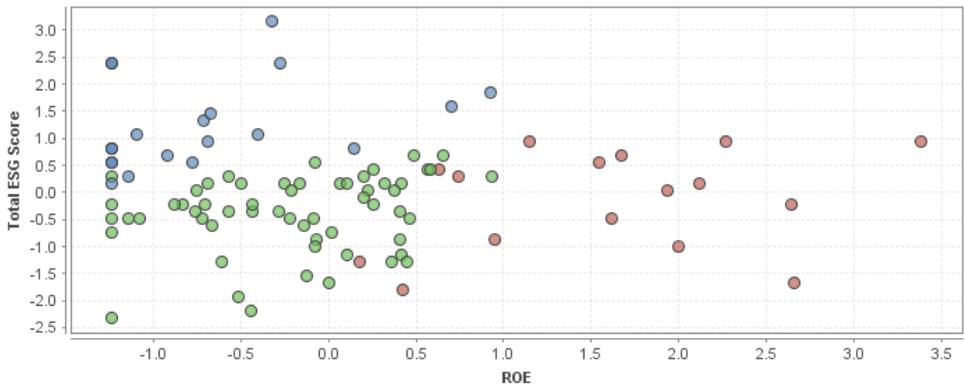


Figure 6. K-Means Cluster Tree

Cluster 0 (20) Cluster 1 (58) Cluster 2 (16)



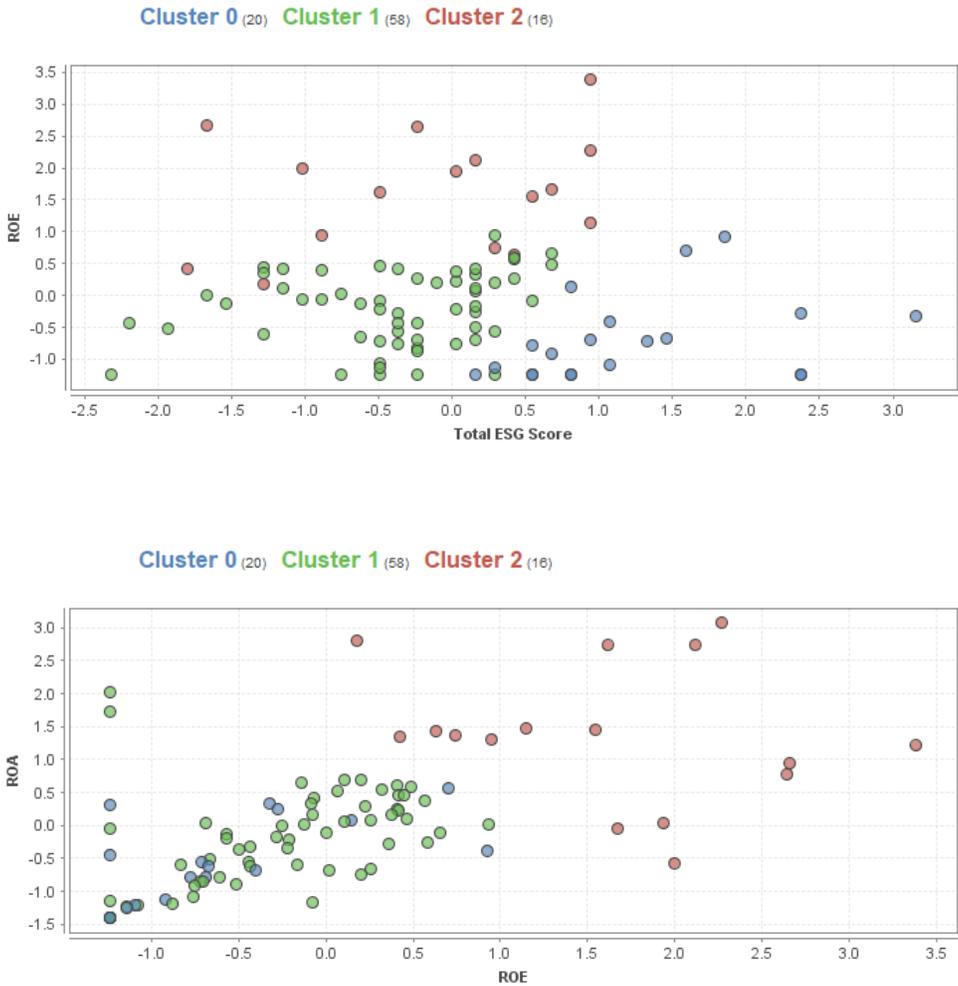


Figure 7. K-Means Scatter Plot

Our analysis shows that there is not a direct correlation between profitability and sustainability; the most profitable companies are not the most sustainable one, which can mean that if companies are interested on all stakeholders' a part of the profit is reinvested in order to meet their expectations. In this case, coexistence between sustainability and profitability can be a zero sum game.

On the other hand, it is very important to go deep with the analysis to find out if companies with lower levels of ROA and ROE than average are on an ascending or descending slope.

Business Models used by the analyzed companies are very divers: from Disintermediation, Razor/blades, Low-touch to Negative operating cycle, Pay as you go, Reserve auction.

Table 2. Business model (Johnson, 2010)

Business model	How it works
Affinity club	Pay royalties to some large organization for the right to sell your product exclusively to their customers
Brokerage	Bringing together buyers and sellers, charging a fee per transaction to one or another party
Bundling	Package related goods and services together
Cell phone	Charge different rates for discrete levels of a service
Crowdsourcing	Get a large group of people to contribute content for free in exchange for access to other people`s content
Disintermediation	Sell direct, sidestepping traditional middlemen
Fractionalization	Sell partial use of something
Freemium	Offer basic services for free, charge for premium services
Leasing	Rent, rather than sell, high-margin, high-priced products
Low-touch	Lower price for decreasing services
Negative operating cycle	Lower price by receiving payment before delivering the offering
Pay as you go	Charge for actual, metered usage
Razor/blades	Offer the high-margin razor below cost to increase volume sales of the low-margin razor blades
Reverse razor/blades	Offer the low-margin item below cost to encourage volume sales of the high-margin companion product
Reverse auction	Set a ceiling price and have participants bid as the price drops
Product to service	Rather than sell the product, sell the service the product performs
Standardization	Standardize a previously personalized service to lower costs
Subscription	Charge a subscription fee to gain access to a service
Unser communities	Grant member access to a network, charging both membership fees and advertising

Beside presentation made by Johnson (2010), there are many other business models, such as Peer-to-peer, Shared profit, Shared expertise, Bait and Hook, Money pool, Crowd-based model and so on.

4. CONCLUSION

Focusing on sustainability and profitability at the firm level, the present paper has presented some business models characteristics based on extended literature that indicates the necessity of reshaping them.

The analyzed variables like ROA, ROE and ESG score have divided the companies into 3 clusters. First one includes 20 companies that achieved an ESG Score higher than average with 53.48%, but with lower average levels for ROA and ROE (Intel, IBM, Dell, Microsoft). In the second cluster are placed 58 companies (more than 50% from analyzed companies) that have smaller results against average for all three analyzed variables (Alphabet, Amazon, Coca-Cola). The last cluster is reserved to the best performers; 16 companies have registered 2 times higher than average ROA and ROE (Apple, 3M, Starbucks, Verizon). The results of the paper reveal that there is a correlation between the profitable and sustainable one, but the achieved results of each company are based on different business models, different investment and different stakeholders approach.

By considering sustainability, there are room for new business models. The concepts like *sharing economy*, *collaborative consumption*, *peer economy* will create many opportunities for businesses to develop and to combine synergistically sustainability and profitability (Sundararajan, 2013, Cannon and Summers, 2014; Cohen and Kitzmann, 2014, Belk, 2014). It is self-evident that “every aspect of the growing sharing economy business models has been affected by the growing technology importance” (Daunoriene et al., 2015). The sharing economy has the potential to increase social welfare (Zervas, Proserpio and Byers, 2017) and for business to regain the customers trust - the currency of the new economy as Botsman (2012) stated.

As never before, the assertion “*You are what you can access*” (Belk, 2014) must be considered or reconsidered when a business model is designed or reinvented. According to Johnson (2010), the business model innovation is a repeatable process that includes designing a new business model; implementing the model, overcoming incumbent challenges.

5. ACKNOWLEDGEMENT:

This work was supported by a mobility grant of the Romanian Ministry of Research and Innovation, CNCS - UEFISCDI, project number **PN-III-P1-1.1-MC-2018-1329**, within PNCDI III

6. BIBLIOGRAPHY:

- Abdelkafi, N., & Täuscher, K. (2016). Business models for sustainability from a system dynamics perspective. *Organization & Environment*, 29(1), 74-96.
- Belk, R. (2014). You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. *Journal of business research*, 67(8), 1595-1600.
- Botsman, Rachel (2012), "The Currency of the New Economy is Trust," retrieved from http://www.ted.com/talks/rachel_botsman_the_currency_of_the_new_economy_is_trust.html.
- Bryson, J. R., & Lombardi, R. (2009). Balancing product and process sustainability against business profitability: Sustainability as a competitive strategy in the property development process. *Business Strategy and the Environment*, 18(2), 97-107.
- Cannon, S., & Summers, L. H. (2014). How Uber and the sharing economy can win over regulators. *Harvard Business Review*, 13(10), 24-28.
- Cohen, B., & Kietzmann, J. (2014). Ride on! Mobility business models for the sharing economy. *Organization & Environment*, 27(3), 279-296.
- Daunorienė, A., Drakšaitė, A., Snieška, V., & Valodkienė, G. (2015). Evaluating sustainability of sharing economy business models. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 213, 836-841.
- Epstein, M. J. (2018). *Making sustainability work: Best practices in managing and measuring corporate social, environmental and economic impacts*. London: Routledge.
- Epstein, M. J., & Roy, M. J. (2001). Sustainability in action: Identifying and measuring the key performance drivers. *Long Range Planning*, 34(5), 585-604.
- Epstein, M. J., Buhovac, A. R., & Yuthas, K. (2010). Implementing sustainability: The role of leadership and organizational culture. *Strategic Finance*, 91(10), 41.
- ESG investing, MSCI, retrieved 30.05.2018 from <https://www.msci.com/esg-investing>.
- Foss, N. J., & Saebi, T. (2017). Fifteen years of research on business model innovation: How far have we come, and where should we go?. *Journal of Management*, 43(1), 200-227.

- Friedman, M. (1962). *Capitalism and Freedom*, University of Chicago Press.
- Friedman, M. (1970). 'The social responsibility of business is to increase its profits'. *New York Times Magazine*, September 13
- Giesen, E., Riddleberger, E., Christner, R., & Bell, R. (2010). When and how to innovate your business model. *Strategy & Leadership*, 38(4), 17-26.
- Girotra, K., & Netessine, S. (2014). Four paths to business model innovation. *Harvard Business Review*, 92(7), 96-103.
- Hahn, T., & Figge, F. (2011). Beyond the bounded instrumentality in current corporate sustainability research: Toward an inclusive notion of profitability. *Journal of Business Ethics*, 104(3), 325-345.
- Hamel, G. (2000) *Leading the Revolution*, Boston: Harvard Business School Press,
- Hawkins, D. (2006). *Corporate social responsibility: Balancing tomorrow's sustainability and today's profitability*. N.Y.: Springer.
- Johnson, M. W. (2010). *Seizing the white space: Business model innovation for growth and renewal*. Boston: Harvard Business Press.
- Massa, L., Tucci, C. L., & Afuah, A. (2017). A critical assessment of business model research. *Academy of Management Annals*, 11(1), 73-104.
- Mitchell, D., & Coles, C. (2003). The ultimate competitive advantage of continuing business model innovation. *Journal of Business Strategy*, 24(5), 15-21.
- Organization & Environment 2016, Vol. 29(1) 3-10 © 2015 SAGE Publications
- Ovans, A. (2015). What is a business model. *Harvard Business Review*, January, 2015, retrieved from https://hbr.org/2015/01/what-is-a-business-model?referral=03758&cm_vc=rr_item_page.top_right.
- Pedersen, E. R. G., Gwozdz, W., & Hvass, K. K. (2018). Exploring the relationship between business model innovation, corporate sustainability, and organisational values within the fashion industry. *Journal of Business Ethics*, 149(2), 267-284.
- Sabatier, V., Mangematin, V., & Rouselle, T. (2010). From business model to business model portfolio in the European biopharmaceutical industry. *Long Range Planning*, 43(2-3), 431-447.
- Schaltegger, S., Hansen, E. G. & Lüdeke-Freund, F. (2016), Business Models for Sustainability: Origins, Present Research, and Future Avenues. *Organization & Environment*, Vol. 29(1) 3-10 , SAGE Publications

- Schaltegger, S., Lüdeke-Freund, F., & Hansen, E. G. (2012). Business cases for sustainability: the role of business model innovation for corporate sustainability. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 6(2), 95-119.
- Sneirson, J. F. (2008). Green is good: sustainability, profitability, and a new paradigm for corporate governance. *Iowa L. Rev.*, 94, 987.
- Stefan Schaltegger¹, Erik G. Hansen¹, and Florian Lüdeke-Freund² Business Models for Sustainability: Origins, Present Research, and Future Avenues *Organization & Environment* 2016, Vol. 29(1) 3-10 © 2015 SAGE Publications
- Stubbs, W., & Cocklin, C. (2008). Conceptualizing a “sustainability business model”. *Organization & Environment*, 21(2), 103-127.
- Sundararajan, A. (2013). From Zipcar to the sharing economy. *Harvard Business Review*, 1.
- Voelpel, S. C., Leibold, M., & Tekie, E. B. (2004). The wheel of business model reinvention: how to reshape your business model to leapfrog competitors. *Journal of Change Management*, 4(3), 259-276.
- Wirtz, B. W., Pistoia, A., Ullrich, S., & Göttel, V. (2016). Business models: Origin, development and future research perspectives. *Long Range Planning*, 49(1), 36-54.
- Zervas, G., Proserpio, D., & Byers, J. W. (2017). The rise of the sharing economy: Estimating the impact of Airbnb on the hotel industry. *Journal of Marketing Research*, 54(5), 687-705.

APPENDIX

Companies	Total ESG Score	ROA%	ROE%
Intel	86,00	7,79	13,91
Hewlett Packard	80,00	7,67	0,00
Cisco Systems	80,00	7,40	14,53
Dell Technologies	80,00	0,00	0,00
IBM	76,00	4,59	32,70
Microsoft	74,00	8,80	29,29
Johnson Controls	73,00	3,51	8,51
Qualcomm	72,00	3,77	8,02
Exelon	70,00	3,23	12,63
Johnson & Johnson	70,00	0,83	2,16
Starbucks	69,00	20,08	52,94
Apple	69,00	12,88	36,07
Verizon	69,00	11,71	69,85
Oracle	69,00	2,79	8,37
AT&T	68,00	6,63	20,91
Lockheed Martin	68,00	4,30	0,00
ConocoPhillips	68,00	0,00	0,00
Best Buy	67,00	8,86	26,08
PepsiCo	67,00	6,09	43,97
Northrop Grumman	67,00	5,77	28,59
Alcoa	67,00	1,24	4,80
3M	66,00	12,79	42,01
CVS Health	66,00	6,96	17,57
Merck	66,00	2,75	6,99
General Electric	66,00	0,00	0,00
Schlumberger	66,00	0,00	0,00
Procter & Gamble	65,00	12,73	28,29
Macy's	65,00	7,98	27,27
Kroger	65,00	5,13	27,51
Deere	65,00	3,28	22,59
Philip Morris International	64,00	14,05	0,00
Pfizer	64,00	12,40	29,89

Companies	Total ESG Score	ROA%	ROE%
Disney	64,00	9,37	21,74
International Paper	64,00	6,32	32,87
Exxon Mobil	64,00	5,65	10,13
Abbott Laboratories	64,00	0,63	1,54
TJX	63,00	18,55	50,66
FedEx	63,00	8,74	23,55
Nike	63,00	8,58	19,70
Target	63,00	7,31	24,99
Raytheon	63,00	6,56	20,32
Alphabet	63,00	6,42	8,30
Walgreens Boots Alliance	63,00	6,21	14,93
Mondelez International	63,00	4,63	11,19
Cigna	63,00	3,62	16,29
General Motors	63,00	0,00	0,00
UnitedHealth Group	62,00	7,59	22,10
Marathon Petroleum	62,00	7,00	24,46
Sysco	62,00	6,43	47,96
Tesoro (Andeavor)	62,00	5,35	15,57
Duke Energy	62,00	2,22	7,33
Ford Motor	61,00	2,95	21,79
Lowe's	60,00	9,77	58,69
Gilead Sciences	60,00	6,58	22,57
Chevron	60,00	3,62	6,21
Aetna	60,00	3,45	12,22
Arrow Electronics	60,00	2,44	8,12
Caterpillar	60,00	0,98	5,50
Halliburton	60,00	0,00	0,00
Humana	59,00	9,01	24,87
Anthem	59,00	5,45	14,50
Avnet	59,00	5,41	10,13
Walmart	59,00	4,82	12,20
Coca-Cola	59,00	1,42	7,31
Union Pacific	58,00	18,53	43,10

Companies	Total ESG Score	ROA%	ROE%
McDonald's	58,00	15,36	0,00
Emerson Electric	58,00	7,75	17,41
Delta Air Lines	58,00	6,71	25,72
United Technologies	58,00	4,70	15,37
Amgen	58,00	2,48	7,84
Bunge	58,00	0,85	2,48
DowDuPont	58,00	0,76	1,46
Kraft Heinz	57,00	9,15	16,66
Archer Daniels Midland	57,00	3,99	8,71
HCA Holdings	56,00	6,06	0,00
Cardinal Health	56,00	3,23	19,01
Comcast	55,00	12,15	33,11
Valero Energy	55,00	8,10	17,75
Costco	55,00	7,37	24,86
American Airlines Group	54,00	3,73	48,88
AmerisourceBergen	54,00	1,03	17,64
Phillips 66	53,00	9,39	20,35
Express Scripts Holding	53,00	8,35	25,01
Facebook	52,00	18,85	21,43
General Dynamics	52,00	8,31	25,47
United Continental Holdings	52,00	5,03	24,20
Honeywell International	52,00	2,79	9,58
Tyson Foods	50,00	6,32	16,83
Rite Aid	49,00	10,49	58,90
Twenty-First Century Fox	49,00	5,82	18,78
Dollar General	48,00	12,30	25,12
Amazon.com	47,00	2,31	10,95
Centene	45,00	3,79	12,09
Energy Transfer Equity	44,00	1,10	0,00

Source: Yahoo Finance, Fiscal Year 2017 and author calculations based on balance sheet and income statement.

SUSTAINABLE INVESTMENTS IN WESTERN EUROPEAN COUNTRIES - A MULTIDIMENSIONAL APPROACH

Bogna Janik¹

Katarzyna Maruszewska²

ABSTRACT

This study analyzes the factors affecting the development of sustainable investments in Western European countries such as: Austria, Belgium, Denmark, Finland, France, Germany, Italy, the Netherlands, Spain, Sweden, Switzerland and the United Kingdom. These countries have been chosen intentionally because the authors wanted to analyze a homogenous research sample of highly developed European countries. According to Eurosif, sustainable investments have been present in all of the selected 12 countries. The intention of the authors is not to compare the countries per se, but to use the quantitative economic and socio-cultural data in order to find the similarities and differences between them and to indicate the groups of countries with a similar approach to sustainable investments. To solve the problem, the multivariate technique was used - correspondence analysis (CA). The results show significant diversification of the countries in terms of socio-cultural perspective, economic, socio-demographic, ecological and innovative factors.

Keywords: *ethics in finance, socially responsible investing*

1 WSB University in Poznan, Poland
ORCID: https://www.researchgate.net/profile/Bogna_Janik
bogna.janik@wsb.poznan.pl

2 WSB University in Poznan, Poland
katarzyna.maruszewska@wsb.poznan.pl

1. INTRODUCTION

The studies on investing that complies with the concept of Responsible Investment (RI) have so far concentrated more on profitability and effectiveness of such investments, simultaneously treating socially responsible investors (in the majority of the studies) as a homogeneous group (Dervall et al. 2011) rather than on the socio-cultural aspect, which has been often omitted. Sandberg et al. 2009 claim that cultural differences may well explain this diversification of socially responsible investments but it is unlikely that these differences will be identified in the nearest future. Another aspect left undiscussed in conducted research includes economic factors, which are the cornerstone of such investments. Many studies relate this issue with a new trend focused on the assessment of the influence socially responsible actions have, also including investments on the financial market, on the stability of the financial system. This problem became apparent after the Global Financial Crisis in 2007 (GFC/2007) when the whole world faced the challenge of how endure the effects of a head-on collision with the crisis. The effects of the crisis were and are still visible in different areas long before its first wave passed by. It transformed itself from a financial crisis into economic and further political one. The questions about its sources are well justified. According to the analysts, the reasons should be found in the activities of particular institutions, people, excessive greed and lightheartedness, supported by an improper or even harmful State's policy. This problem was also a challenge to ethical finance, due to the necessity to look for financial stability. This issue was and still is investigated by many analysts such as: (Milano, 2011; Arvidsson, Peitersen, 2013; Ptaschunder, 2017; Nofsinger, Varma, 2014; Janik, Jędrzejowska-Schiffauer, 2018).

2. THEORETICAL BACKGROUND

Europe is not homogenous either in a cultural or economic sense. The division into the countries of Western and Eastern Europe is clear. Still, the differences are less and less visible. Here, it should be emphasized that Poland has been qualified to 25 most developed countries. Developed from the economic perspective does not mean, however, that it should be treated the same in terms of its approach to ethical finance.

The idea of Socially Responsible Investing (SRI) is not new and its roots in the modern history of the world can be found at the beginning of 18th century. In those times it was mainly driven by religious values. Many religions provide examples of socially responsible approach to investing. The Methodist Church in the UK, when started allocating its resources on the stock market in the 20s of the 20th century, avoided investing in “sinful enterprises” such as those trading in tobacco, alcohol, weapon or dealing with gambling (Berry, 2015). Muslim investors who act pursuant to Koran and its interpretation avoid investing in companies dealing with pornography, gambling and lending money with loan interests or pork production (Binmahfouz, 2016).

Modern SRI is based on growing social consciousness of investors. As soon as in the 60s of the 20th century a series of social anti-war and anti-racist campaigns was created aimed at educating investors about social consequences of their decisions, i.e. no support was given e.g. for companies providing raw materials and semi-finished products for weapon production. Also ecological disasters influenced greatly the decisions made by socially responsible investors. Investors eliminated from the portfolio such companies which contributed to ecological disasters or limited investments in the regions threatened with such catastrophes. Not all studies confirm such actions unconditionally. Barnea et al. claim that on the basis of the conducted research, ecological investors may force companies which pollute the environment to implement reforms, however any actions in terms of social responsibility (growth of funding for SR) make the companies polluting the environment underfinanced (Barnea et al. 2005).

From the beginning of the 90s of the 20th century social responsibility started developing rapidly in the USA, Europe and in other continents. A very important factor which contributed to this growth was the movement of ethical consumerism in which consumers are prone to pay more for products manufactured according to their personal values. Such issues as environmental protection, human rights protection and working conditions became important while choosing SR investments. The growth of ethical consumerism encourages to search for information on ethical business activities while taking investment decisions. However, the research made in the years 2010-2012 on the basis of the analysis of annual corporation reports show the differences in promoting ethical business activities. An even bigger discussion was observed in 2012 rather than in 2010 on ethical treatment of employees and the activities limiting risk among consumer goods suppliers. The results

also showed that the companies listed in DJSI (*Dow Jones Sustainability Index*) lose the opportunity to promote their ethical activities and do not optimize their attractiveness for investors, who want to support ethical companies (Huhmann, Conner, 2014).

3. RESEARCH METHOD

On the basis of earlier conducted research which correlated selected variables with SRI/1000³, the selection of variables was made that significantly influence the volume of SRI/1000. The variables were chosen according to the data coming from 2015. They constitute the latest source of information on socially responsible investments (without overlaps) in the countries of Western Europe (SRI Eurosif Study, 2016, p. 12). Correlation analysis helped specify socio-cultural as well as economic factors, which significantly influence SRI/1000 in Western Europe. In order to assess mutual relations between the categories of selected variables, a multi-dimensional analysis of correspondence was applied (MCA - Multiple Correspondence Analysis) - selected results of the research were presented in the graphs below. There is a data analysis technique for nominal categorical data used to detect and represent underlying structures in a dataset. For the purpose of the research, each quantity variable was ascribed to three categories reflecting the level of this phenomenon.

4. RESEARCH RESULTS

4.1. Socio-cultural factors

Hofstede presented in his book *Culture and Organizations - Software of the Mind* (Hofstede, 1990, Hofstede at al. 2010) the data from seventy-six countries and five cultural dimensions: *Power Distance Index (PDI)*, *Individualism vs. Collectivism (IDV)*, *Masculinity vs. Femininity (MAS)*, *Uncertainty Avoidance Index (UAI)*, *Long Term Orientations vs. Short Term Normative Orientation (LTO)* and *Indulgence vs. Restraint (IR)*. The country's scores in the dimensions are relative and assume values from 0 to 100 for each dimension. The higher the value, the stronger concrete cultural dimension. The diagram below presents only cultural dimensions, which

³ SRI calculated for 1000 inhabitants.

were significantly correlated with SRI/1000. Additionally, the share of Catholics and Protestants was presented in the group of the societies of selected countries.⁴

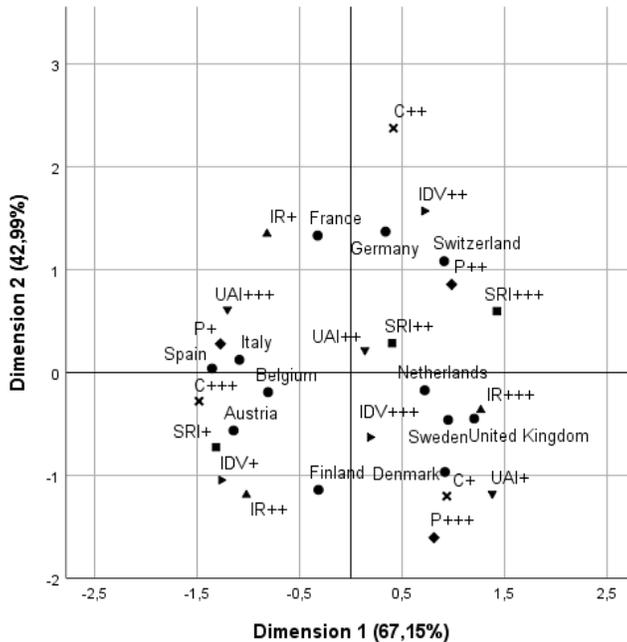


Chart 1: Correspondence (MCA) diagram of the following features: SRI/1000;[SRI]; Hofstede and others: Individualism vs. Collectivism (IDV), Uncertainty Avoidance Index (UAI), Indulgence vs. Restraint (IR); share of Catholics [C]; share of Protestants [P]. Source: the authors' own analysis, level: + weak; ++ moderate; +++ strong, Dimension 1 explains 67.15% of variance, Dimension 2 explains 42.99% of variance.

The graphic representation of correspondence analysis indicates that the countries of low SRI/1000 (Spain, Austria, Italy, Belgium, Finland) were characterized by high share of Catholics, high Uncertainty Avoidance Indices (UAI), low and average Indulgence vs. Restraint (IR) indices and low Individualism vs Collectivism (IDV) indices. The countries of an average SRI/1000 (Denmark, United Kingdom, Netherland) were characterized by high share of Protestants (P), high indices: Individualism vs. Collectivism and Indulgence vs. Restraint and low Uncertainty Avoidance (UAI). In the countries of high SRI/1000 (Switzerland) the share of Catholics

⁴ Religious structures described in: Special Eurobarometr, Biotechnology Report, 2010, pp. 382-383, available at: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_341_en.pdf, access: 20.09.2018

(C) and Protestants (P) in the society were moderate as well as average levels of the index was similar: Individualism vs. Collectivism (IDV). The division into these groups was confirmed by the hierarchical clustering (Chart 2).

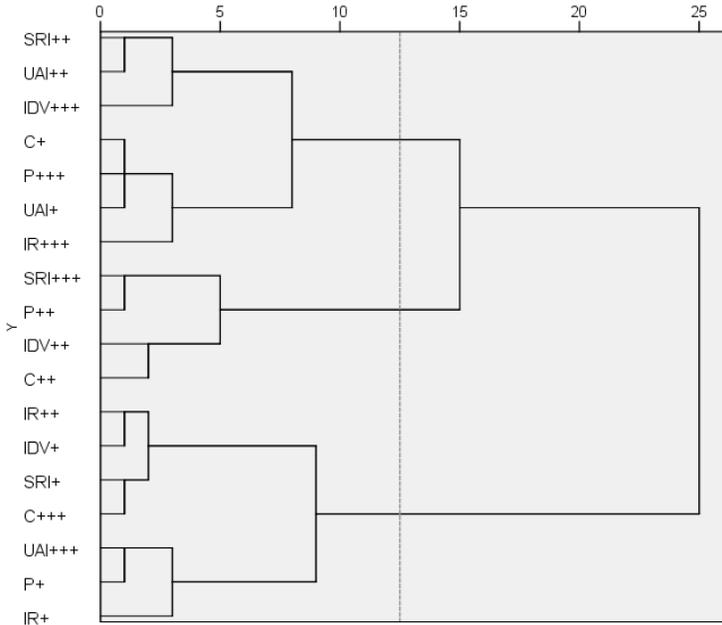


Chart 2: Dendrogram of category grouping on the basis of MCA of the features SRI/1000; [SRI]; Hofstede's indicators: Individualism vs. Collectivism [IDV], Uncertainty Avoidance Index [UAI], Tolerance/Indulgence vs. Restraint [IR]; share of Catholics [C]; share of Protestants [P]. Source: the author's own analysis

Fig. 3 presents a multi-dimensional interrelation between SRI/1000 and variable based on CP Index5 and Corporate Ethics (CE). CPI Index - Corruption Perception Index - is a composite index presenting the perceived level of corruption of public sector. The data come from economic and expert research conducted by different independent institutions. The index amounts to the values between 0 - high level of corruption to 100 - public sector is perceived as "not corrupted". Corporate ethics (CE) - this index, developed by the World Economic Forum, specifies corporate ethics of a company measured as ethical behavior in interactions with public officials, politicians and other firms.

5 On the basis of CPI, a variable was created which shows the preception of corruption. Low levels of the vairable correspond to high levels of CPI, which means a low perception level of corruption.

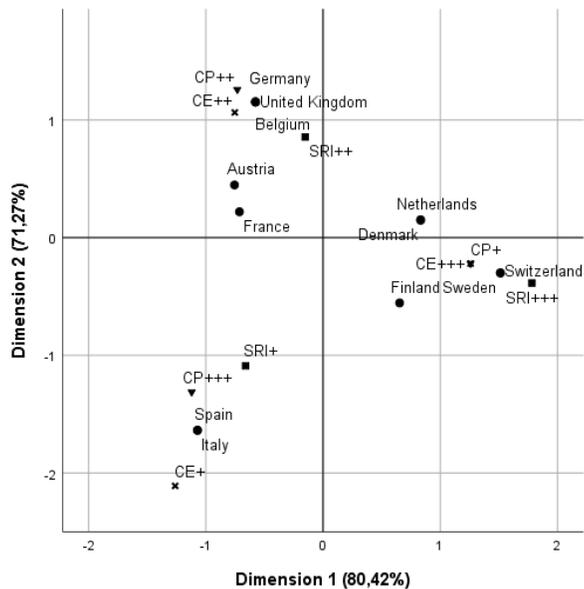


Chart 3: Correspondence (MCA) diagram of the following features: SRI/1000;[SRI]; corporate ethics [CE]; Corruption Perception [CP]. Source: the authors' own analysis. Dimension 1 explains 80.42% of variance, Dimension 2 explains 71.27% of variance.

SRI/1000 reached the highest level in the countries characterized by high corporate ethics and low perceived corruption such as Switzerland, Finland, Sweden, Denmark and the Netherlands, whereas relatively low corporate ethics and high perception of corruption was recorded in Italy and Spain - the countries of the lowest SRI/1000 (with the exception of Austria - in spite of low SRI/1000, its indices were moderate).

4.2. Economic factors

Fig. 4 presents three economic variables significantly correlated with SRI/1000. These include: GDP per capita, Global Competitiveness Index (GCI) and Human Development Index (HDI). The value of GDP per capita is calculated according to the Purchasing Power Parity (PPP) and is expressed in commonly agreed currency PPS (Purchasing Power Standard) against the average for the European Union settled as equal to 100 (UE28 = 100). The GC Index - Global Competitiveness Index - is a composite index specifying the capabilities of particular countries to guarantee a

long-term economic growth. It is equal to the values from 1-7, where 7 means the biggest competitiveness. The HD Index - Human Development Index (HDI) is a synthetic measurement of society development. It measures average achievements in a country taking into consideration the basic areas of human development such as long and healthy life (health), access to knowledge (education) and a decent level of life (income). The HDI is expressed as the value between 0 and 1. Since 2010 the HDI is calculated on the basis of the following factors:

- average life expectancy;
- average number of schooling years for people aged 25 and more;
- expected number of schooling for children starting education;
- GNI per capita calculated according to Purchasing Power Parity (PPP \$).

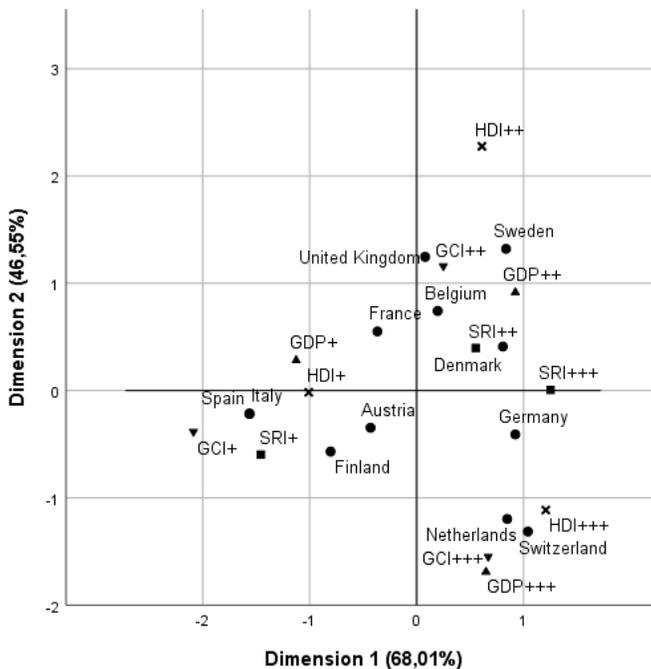


Chart 4.: Correspondence (MCA) diagram of the features: SRI/1000 [SRI]; GDP per capita [GDP]; Global Competitiveness Index [GCI]; Human Development Index [HDI]. Source: the authors' own analysis. Dimension 1 explains 68.01% of the variance, Dimension 2 explains 46.55% of the variance.

The graph of projecting categories of selected economic indices in the two-dimensional space indicates clearly the connection of SRI/1000 with the level of the economic growth, human development and competitiveness of economies. High levels of SRI/1000, GDP per capita, HDI and GCI occurred in Switzerland and the Netherlands, the lowest in Spain and Italy and in Austria. Germany are close to countries grouped around strong SRI/1000. Fig. 5 presents three variables also significantly correlated with SRI/1000 showing economy marketization and the development of financial market. Market Capitalization as % GDP - the ratio of capitalization of a given stock market to GDP, expressed in percentage, is considered to measure the development of a given stock market as well as the measurement for the economy and its marketization. As capital markets analyses indicate, in order for a particular market to influence processes in a national economy, it should achieve capitalization at least at the level of 20%. Mature capital markets in economically developed countries are characterized by the level of capitalization/GDP amounting to more than 60%. Financial Market Development - the variable which is a combination of a few indices of market and legal character.

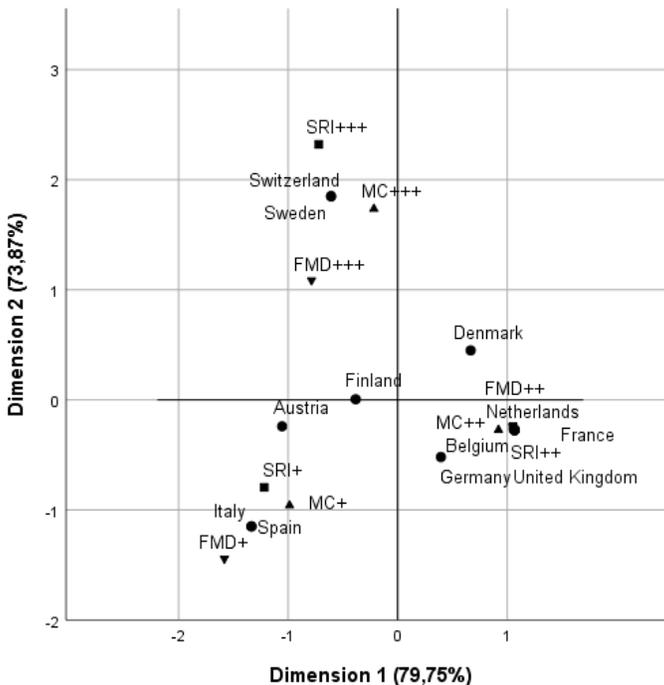


Chart 5: Correspondence (MCA) diagram of the features: SRI/1000 [SRI]; market capitalization of listed domestic companies (% of GDP) [MC]; financial market development [FMD]. Source: the authors' own analysis. Dimension 1 explains 79.75% of the variance, Dimension 2 explains 73.87% of the variance.

A strong positive correlation was also shown between the volume of SRI/1000, and the development of financial market and the level of market capitalization (% GDP). These relations were presented in graph 5 - the division into three groups is clearly visible. The highest indices occurred in: Switzerland and Sweden; moderate in the Netherlands, Denmark, the UK, France, Belgium [and Germany]. Low indices were recorded in Spain and Italy - including Austria and Finland though its financial markets are relatively highly developed.

5. CONCLUSION

Religious structure seems to have a very significant importance if socio-cultural factors are concerned. As the research clearly showed, countries of low SRI/1000 had a relatively highest share of Catholics; Spain, Austria, Italy and Belgium. Simultaneously, the same group of the countries was characterized by a high level of Uncertainty Avoidance (UAI) and low level of Individualism vs. Collectivism (IDV) as it was concluded from the analysis of corporate culture according to Hofstede et al. The societies of low level of individualism and prone to avoid uncertainty were poorly engaged in socially responsible investments.

In the case of two other analyzed factors related to business ethics and perception of corruption it may be concluded that the higher the perceived corruption and the lower level of corporate ethics, the fewer SRI/1000 assets. This condition was particularly visible in Italy and Spain, whereas a significantly more favorable situation indicating low corruption level and high level of corporate ethics connected with a high value of SRI/1000 was observed in Switzerland, Sweden, the Netherlands, Denmark and Finland.

Selected variables characterize in a versatile way the economic situation (GDP per capita) and the competitiveness (GCI) countries as well as their social development (HDI). The countries of high SRI/1000 enjoyed the highest values of indices in the indicated areas. These countries include: Switzerland, the Netherlands and Germany. The weakest countries again included Italy and Spain.

Marketization of these economies and the development of financial markets also significantly influences the volume of SRI/1000. The strongest group included two countries: Switzerland and Sweden whereas the weakest included: Spain and Italy.

The conducted multi-dimensional analysis of the socio-cultural and economic data indicated that these countries show certain similarities. Italy and Spain reached low levels of variability in the analysis and consequently were classified into the weakest group. Switzerland, Sweden and Germany, when compared to other countries, represent the highest level of socio-cultural developments and in the majority of the enumerated countries⁶ SRI/1000 was high.

6. BIBLIOGRAPHY

- Arvidsson, A. & N. Peitersen (2013). *The Ethical Economy Rebuilding Value After the Crisis*. Columbia University Press.
- Barnea, A. R., Heinkel, A. Karus (2005). Green investors and corporate investment. *Structural Change and Economic Dynamics, Volume 16, Issue 3 (SPEC. ISS.)*, pp. 332-346.
- Berry, L. (2015). Religious investors and responsible investment. In: T. Hebb, J.P. Hawley, A.G.F. Hoepner, A. L. Neher, D. Wood (Ed.), *Routledge Handbook of Responsible Investment*, London: Taylor & Francis Group, pp. 474-484.
- Binmahfouz, S. (2016). Socially Responsible Investments and Islamic investments: is there a difference?, In: O. Lehner (Ed.), *Routledge Handbook of Social and Sustainable Finance*, London: Taylor & Francis Group, pp. 239-263.
- European SRI Study 2016, Eurosif, 2016.
- Hofstede, G. (1990). *Cultures and organizations: Software of the mind*. London: McGraw-Hill.
- Hofstede, G., G.J. Hofstede, M. Minkov (2010). *Cultures and Organizations: Software of the Mind*, Third Edition. Retrieved from: <http://testrain.info/download/Software%20of%20mind.pdf>
- Huhmann B.A, Conner, S.L. (2014). Promoting business ethics through annual reports. *Journal of Financial Services Marketing. Volume 19, Issue 1, March*, pp. 17-28.
- Janik B. & I. Jędrzejowska-Schiffauer (2018). Avoidance of Crisis and Sustainable Development through Ethical Economics in: [ed.] Peter Schiffauer, *A Single Model of Governance or Tailored Responses. Historical, Economic and Legal Aspects of European Governance in the Crisis*, pp. 135-147.

⁶ Germany are an exception here, since the level of SRI/1000 was average.

- Nofsinger, J., Varma, A. (2014). Socially responsible funds and market crises, *Journal of Banking and Finance*, 48, pp. 180-193. Retrieved from: <http://www.elsevier.com/locate/jbankfin> doi: 10.1016/j.jbankfin.2013.12.016
- Puaschunder, J. M. (2016). Socially Responsible Investment as emergent risk prevention and means to imbue trust in the post-2008/2009 world financial crisis economy. In: O. Lehner (Ed.), *Routledge Handbook of Social and Sustainable Finance*, London: Taylor & Francis Group, pp. 222-238.
- Special Eurobarometr, Biotechnology Report, 2010, pp. 382-383. Retrived from: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_341_en.pdf [20.09.2018]

ATITUDE, PRÁTICAS E TECNOLOGIAS: INICIATIVAS DOS GESTORES NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Oberdan Santos da Costa¹

António Augusto Teixeira da Costa²

RESUMO:

Milhares de equipamentos tem sido descartados pelas organizações por estarem obsoletos, alguns pelo alto consumo de energia e outros por não terem mais capacidade de processamento e armazenamento dos dados da organização. O presente estudo tem como objetivo estimular a reflexão nos gestores de TIC nas organizações públicas e privadas, de tal maneira que repensem suas atitudes, práticas e uso das tecnologias (APTs), e promovam uma conscientização sobre o desenvolvimento sustentável para todos na organização. Foi utilizada uma abordagem de natureza quantitativa para a obtenção dos dados. Os resultados indicam que as iniciativas dos gestores de TIC, para um desenvolvimento sustentável, tem se traduzido num maior controle de gastos; questões da infraestrutura de processamento e armazenamento de dados da organização; aquisição e construção de infraestrutura mais eficaz para o ambiente de TIC. O processo de conscientização e as ações dos gestores, influenciam as melhorias no local de trabalho, em geral e, também, na vida dos funcionários.

Palavras-chave: *Gestão, atitudes, práticas, tecnologias, sustentabilidade.*

1 ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2448-5247>
E-mail: sc.oberdan@gmail.com

2 ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0719-6897>
E-mail: aaugusto@ulusofona.pt

ABSTRACT:

Thousands of devices are being discarded by organizations because they are obsolete, some because of high energy consumption and others because they no longer serve the processing and storage of the organization's data. The purpose of this study is to stimulate reflection on ICT managers in public and private organizations, in such a way as to rethink their Attitudes, Practices and Use of Technologies (APT), and promote an awareness of sustainable development for all in the organization. A quantitative approach was used to obtain the data. Results indicate that initiatives of ICT managers for sustainable development have translated into greater control of expenditures; issues of the organization's data processing and storage infrastructure; acquisition and construction of infrastructure more effective for the ICT environment. The process of awareness and actions by managers, influence improvements in the workplace in general and in the lives of employees.

Keywords: Management, attitudes, practices, technologies, sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Há uma consciência dos gestores de tecnologia quanto ao papel das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas organizações. No entanto, ao longo dos anos alguns questionamentos na área das TIC, envolvendo a gestão verde, têm ficado sem resposta, pois apesar de normas e, em casos extremos, leis e regulamentações pouco se sabe quais são as organizações e os gestores das TIC que estão comprometidos com a gestão verde das TIC. O presente artigo faz uma síntese da Dissertação de Mestrado intitulada “Gestão Verde de Tecnologia da Informação e Comunicação nas Organizações Públicas e Privadas na Região Metropolitana de São Luís, Estado do Maranhão: Boas Práticas de Iniciativas para um Desenvolvimento Sustentável”.

O objetivo deste estudo é estimular a reflexão nos gestores de TIC, nas organizações públicas e privadas, de tal maneira que repensem as suas práticas e uso das Tecnologias (APTs), e promovam uma conscientização sobre o desenvolvimento sustentável para todos na organização.

Todos os anos milhares de equipamentos tem sido descartados pelas organizações por estarem obsoletos, alguns pelo alto consumo de energia e, outros, por não terem mais capacidade de processamento e armazenamento dos dados da organização. Esses problemas, em conjunto com o descontrole dos gastos, com aquisição e construção de infraestrutura do ambiente de TIC, tem preocupado os gestores da área de TIC. Assim, o problema que orienta a pesquisa, é: Que iniciativas tomam os gestores de TIC para um desenvolvimento sustentável, nas organizações publicas e privadas, na região metropolitana de São Luís, estado do Maranhão?

Supõem-se que gestores conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável nas organizações públicas e privadas na região metropolitana de São Luís, estado do Maranhão utilizam de forma racional os recursos naturais do planeta.

A pesquisa adotou uma abordagem de natureza quantitativa, com utilização do método de levantamento(*survey*) para obtenção dos dados. A amostra foi selecionada utilizando a base de dados da Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (SEDINC). A análise dos resultados da pesquisa, baseou-se em metodologias estatísticas.

2. TIC E TIC VERDE: MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO E GESTÃO ORGANIZACIONAL

A revolução das TIC tem mudado a vida das pessoas e o mundo dos negócios. As mudanças tecnológicas têm acontecido de forma abrangente e, impactado no dia-a-dia e na maneira de pensar dos gestores, bem como na realidade das empresas. O conceito das TIC Verde é amplamente utilizado e, pode ser definido, como o estudo e a prática de projeto, manufatura, uso e descarte de computadores e sub-sistemas, eficientemente, com impacto mínimo no ambiente (ou nenhum impacto) (Gupta, 2010).

De acordo com Molla et al. (2008) existem quatro elementos que precisam ser considerados na definição das TIC Verde: a) o direcionamento aos desafios em torno da infraestrutura das TIC; b) as contribuições das TIC para reduzir os impactos ambientais causados pelas atividades das TIC; c) o suporte das TIC às práticas de negócios sustentáveis ambientalmente; e d) o papel das TIC na economia de baixa emissão de gases.

Assim, para entender e estudar compreensivamente as TIC Verde se faz necessário considerar o consumo de energia e o seu gerenciamento, as práticas de manufatura, o projeto e as operações de datacenters, a reciclagem e o descarte dos equipamentos computacionais, os assuntos de custos de propriedade, o desempenho dos sistemas e o uso de sistemas eficientes, e as práticas ambientais, sociais e éticas relacionadas à aquisição, uso e descarte das TIC (Brooks, Wangs & Sarker, 2010, p.1).

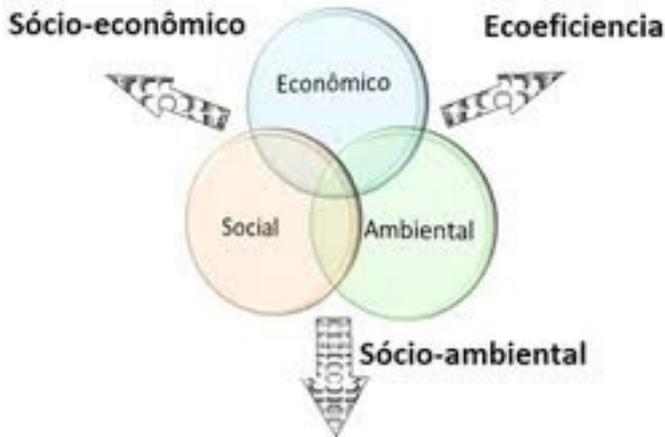
Segundo Phelipe (2010), as TIC Verde podem ser definidas como um conjunto de práticas capazes de garantir que a atividade de uma empresa gere menor impacto ambiental. Com isso, é possível fazer com que a organização conquiste uma boa reputação sócio ambiental. Apesar de vários estudiosos e pesquisadores da área das TIC manifestarem preocupações com o presente e o futuro do meio ambiente e sinalizarem onde e como podem ser implementadas boas práticas de iniciativas voltadas a reduzir impactos ambientais, continua a colocar-se a questão de como medir os efeitos positivos e negativos das TIC verde.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SEUS ASPECTOS

Ao longo de mais de 40 anos, o desenvolvimento sustentável vem sendo debatido, difundido, conceituado e definido por vários pesquisadores de todo o mundo, mas a definição mais aceita para ‘Desenvolvimento Sustentável’ surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) criada para discussões e proposições de formas de atingir conjunta e harmônicamente, dois objetivos importantes para o progresso das nações: a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico. Esta Comissão definiu Desenvolvimento Sustentável como sendo o desenvolvimento capaz de atender as necessidades da atual geração, sem comprometimento da capacidade de atender as necessidades das gerações futuras (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD], 1991), ou seja, é o desenvolvimento cujos processos não esgotam os recursos para o futuro. Hart (1995), no artigo “*A natural resource-based view of the firm*” questiona sobre a adequação do Resource Based View (RBV), dado que, até então, nas suas definições e estudos, eram considerados apenas os recursos internos ou externos à empresa, ignorando-se aspectos e restrições impostas pelo ambiente natural.

De acordo com Laville (2009), há uma forma racional e matemática do desenvolvimento sustentável. Como indicado na Figura 1, o desenvolvimento sustentável é demonstrado sob a forma de um triângulo que evidencia os três objetivos perseguidos em busca da sustentabilidade: econômico, ecológico e social. Ela reforça que o ideal é que os objetivos sejam atingidos simultaneamente, apesar da dificuldade evidenciada pela própria forma triangular: a busca por um objetivo normalmente faz-se em detrimento dos outros.

Figura 1. Os três objetivos do desenvolvimento sustentável



Fonte: Laville (2009)

Para Laville (2009), os três objetivos do desenvolvimento sustentável, ou seja, desenvolvimento duradouro, tem uma qualidade inesperada: ela fala diretamente aos novos empresários, pois todos desejam que os seus negócios sejam duradouros com base numa plataforma em que as empresas possam desenvolver-se e a sociedade prosperar, além de possibilitar aos estados integrarem os princípios nos seus textos legislativos de forma a reorientarem a estratégia para torná-la compatível com o desenvolvimento sustentável conforme postula a agenda 21.

4. DESAFIOS DAS ORGANIZAÇÕES PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

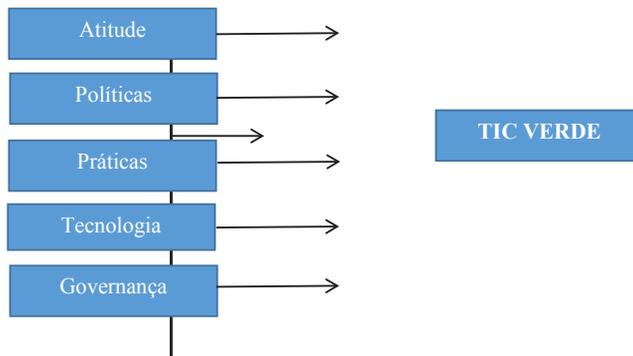
De acordo com o relatório *World Economic and Social Survey 2011* (Pesquisa Econômica e Social Global), divulgado pelas Nações Unidas (2011), estima-se que o mundo necessite de investimentos adicionais de US\$ 1,9 trilhão por ano na transformação tecnológica da economia mundial até 2050, para fazer a transição para uma economia sem carbono que, ao mesmo tempo, combata a fome e a pobreza. No Brasil, a taxa total em todos os tipos de investimento ficou em 18,4% do PIB, em 2010. O relatório traduz desafios em todo o mundo e principalmente no Brasil, onde a necessidade de elaborar um Plano Verde de âmbito nacional, criar, possivelmente, uma agência específica para assim alcançar a notoriedade e liderar o

mundo em questões sobre o meio-ambiente, o que seria muito importante para impulsionar as exportações dos produtos brasileiros.

5. VISÃO GERAL DE MOLLA DO MODELO G-PREDISPOSIÇÃO

Molla, Cooper e Pittayachawan (2011) classificaram e organizaram as diferentes propriedades de G-Predisposição TIC Verde em cinco dimensões de análise a saber: atitude, política, prática, governança e tecnologia, as quais servirão de base para este estudo. A abordagem inicial do modelo é dada na Figura 2.

Figura 2. Modelo de Predisposição TIC Verde



Fonte: Molla e Cooper (2009) e Molla, Cooper e Pittayachawan (2011)

As cinco dimensões de análise a seguir são detalhadas conforme a visão de Molla (2009).

5.1. Atitude TIC Verde

Atitude é algo intangível. Refere-se à extensão em que os profissionais das áreas de negócios e de TIC, nas empresas, se possam interessar, tratando-se de questões ambientais ou com elas relacionadas. Atitude TIC Verde tem efeito positivo na medida em que as pessoas e os gestores de TIC estão conscientes e preocupados com as mudanças climáticas e o impacto ambiental de artefatos e operações de TIC. Atitude TIC Verde não reflete a disposição das pessoas de TIC e gestão dentro de qualquer organização para a questão das alterações climáticas, tão pouco na estratégia organizacional para responder as mudanças para a sustentabilidade.

5.2. Políticas TIC Verde

Política de TIC Verde envolve as estruturas desenvolvidas numa organização e postas em prática para aplicar critérios de sustentabilidade ambiental em toda a sua cadeia de valor, incluindo terceirização de TIC, as operações e serviços de TIC e gestão de TIC em fim de vida. Define a administração de iniciativas verdes de TIC, a alocação de orçamento e outros recursos, bem como as métricas para avaliar o seu impacto. Predisposição política, de acordo com Molla e Cooper (2009), as principais áreas de avaliação são a terceirização, as operações e serviços de TI e gestão do fim de vida.

5.3. Práticas de TIC Verde

Tendo um plano de TIC Verde com políticas claras, deve-se colocá-lo em prática. Práticas em TIC são a aplicação real e realização de considerações de eco- sustentabilidade no fornecimento de infra-estrutura de TIC, as operações e eliminação. Molla e Cooper (2009) observam que é possível ter políticas de TIC numa organização, mas não tem prática. prática de TIC Verde refere-se à extensão de uma organização de TIC que tem traduzido as suas preocupações de TIC verdes e políticas em ações ao longo da cadeia de valor da atividade TIC. Esta é a aplicação real e realização de considerações eco- sustentabilidade no fornecimento de infra-estrutura de TIC, operação e eliminação. As principais áreas de avaliação da prática de predisposição de acordo com os autores são a terceirização, as operações e serviços de TI e a gestão do fim de vida.

5.4. Tecnologia TIC Verde

Tecnologia TIC Verde refere-se a tecnologias e sistemas de informação para reduzir o consumo de energia e refrigeração dos ativos de TIC corporativos (tais como centros de dados, otimizar a eficiência energética da infraestrutura técnica TIC, redução de gases de efeito estufa de TIC e análise total de pegada ambiental de uma empresa). A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que refletem o grau das organizações em adquirir e construir uma infra-estrutura mais eficaz do ambiente de TIC.

De acordo com Cooper e Molla (2010), a tecnologia predisposição TIC verde pode ser medida através da avaliação do grau em que uma organização tem infraestrutura verde de negócios e fontes de energia verde, o desenvolvimento de normas TIC verdes em toda a empresa, a consolidação e virtualização de servidores, a

medida em que os aplicativos e as tecnologias são substituídos por tecnologias mais ecológicas e o grau de desenvolvimento de soluções para apoiar a empresa de iniciativas verdes.

5.5. Governança TIC Verde

Governança de TIC Verde é o modelo operacional que define a administração de iniciativas de práticas verdes de TIC e encontra-se intimamente relacionado com a dimensão política. Refere-se basicamente à capacidade de gestão de TIC para colocar em prática os critérios e estruturas ambientais de forma a orientar o fornecimento, uso e disposição da infraestrutura técnica de TIC e as atividades do pessoal de TIC. Para Schmidt e Kolbe (2011), governança de TIC verde especifica a estrutura de direitos de decisão e responsabilidade para encorajar um comportamento ambientalmente desejável na aquisição, utilização e eliminação das TIC.

6. CONSIDERAÇÕES, ANÁLISE E RESULTADOS

Para compreender o cenário desde estudo será apresentado inicialmente um breve relato das principais considerações acerca: do modelo G-Predisposição TIC Verde de Molla (2009), da caracterização dos respondentes, da caracterização das organizações; e, por último, os resultados. Os dados levantados foram classificados e organizados com base no modelo G-Predisposição TIC Verde do autor nas cinco dimensões. Neste artigo, analisam-se as dimensões APTs, na medida em que traduzem as preocupações dos gestores das TIC verdes nas ações ao longo da cadeia de valor das atividades das TIC nas organizações.

6.1. Principais considerações acerca do modelo G-Predisposição TIC Verde de Molla (2009)

Foram feitas adaptações nas cinco dimensões do modelo Molla (2009) para manter a delimitação e o objetivo da dissertação no âmbito de gestão TIC Verde. No entanto, este artigo operacionaliza somente três destas dimensões, a saber: a) atitude, b) práticas e, c) tecnologia em função dos resultados relevantes para gestão TIC Verde. Assim: a) Dimensão atitude, traduz preocupações dos gestores de TIC verdes nas ações ao longo da cadeia de valor da atividade TIC das organizações para com o controle de gastos. Isso ficou claro na média de 4,43 pontos da atenção dos respondentes (Tabela 1); b) Dimensão prática, traduz preocupações

dos gestores de TIC verde quanto a questões da infraestrutura de processamento e armazenamento de dados da organização. Isso ficou claro na média de 4,50 pontos da atenção dos respondentes (Tabela 2); c) Dimensão tecnologia, traduz preocupações dos gestores de TIC verde em adquirir e construir uma infraestrutura mais eficaz do ambiente de TIC. Isso ficou claro na média de 3,68 pontos da atenção dos respondentes (Tabela 3).

6.2. Principais considerações acerca da caracterização dos respondentes

Observa-se uma maior incidência de profissionais do sexo masculino, sugerindo que a amostra reflete a realidade encontrada nos gerentes de TI nas organizações. O padrão de idade dos respondentes, com forte incidência nas faixas etárias entre 31 e 50 anos (82,14%), é condizente com a alta escolaridade, pois 64,29% dos respondentes relataram possuir pós-graduação completa. Considerando as informações sobre idade, escolaridade e tempo de empresa relativamente alto, pois 60,72% dos respondentes afirmaram possuir mais de cinco anos de empresa, presume-se que os elementos da amostra possuem capacitação para responder sobre as práticas exercidas na organização. A cerca do que se almejava para o público-alvo desta pesquisa, a maioria dos respondentes possui função de gestão (60,71%), seguido por (28,58%) dos analistas, que podem exercer atividade de gerenciamento/coordenação sem terem o papel de gestor formalmente estabelecido na organização.

6.3. Principais considerações acerca da caracterização das organizações

Quanto ao segmento de atuação das organizações, destaca-se o segmento governo (25%), formada por organizações públicas estaduais e federais; seguida pelo segmento de serviços (21,51%). A maioria dos respondentes (89,28%), afirma que a organização onde atua possui algum tipo de energia alternativa. Os respondentes maioritariamente (92,86%), informaram que fazem uso do sistema de ar condicionado tipo Split. No tocante ao parque de equipamentos no data center, a maioria dos respondentes (82,15%), afirma possuir de 5 a 10 servidores.

6.4. Análise e resultados

Quantificamos as respostas na escala Likert de 1 a 5, sendo nunca com 1 ponto e sempre com 5 pontos. Assim, consideramos todas as empresas, de todos os segmentos e vamos descrever os resultados por pergunta de cada bloco.

Na tabela 1, o objetivo é avaliar o interesse da organização, acerca de questões ambientais e aspetos com elas relacionadas. Avaliar a preocupação com o desperdício, o impacto ambiental de artefatos, operações das TIC e os hábitos conscientes de consumo do gestor das TIC. Pode-se notar que a pergunta de número 20 (A organização controla gastos com insumos (papel, equipamentos e materiais?), obteve maior atenção por conta dos respondentes (média de 4,43 pontos), o que traduz preocupações dos gestores das TIC verdes nas ações ao longo da cadeia de valor das atividades TIC das organizações para com o controle de gastos, seguida da pergunta de número 18 (O assunto desenvolvimento sustentável e meio ambiente está em alguma pauta de reunião da organização?) Que obteve (média de 3,86 pontos), no qual se mostra que o assunto desenvolvimento sustentável e meio ambiente está em pauta nas reuniões da organização. No entanto vale salientar a despreocupação dos respondentes quanto à aquisição de produtos e serviços conforme demonstra a pergunta 22 (A organização dá preferência a fornecedores que trabalhem com produtos sustentáveis mesmo que esses produtos ou serviços tenham um custo maior?).

Tabela 1. Descrição completa das perguntas do bloco atitude

Atitude	Perg. 18	Perg. 19	Perg. 20	Perg. 21	Perg. 22	Perg. 23
Média	3,86	3,71	4,43	1,64	1,43	2,39
Mediana	5	5	5	1	1	1
Desvio Padrão	1,46	1,90	1,07	1,13	0,79	1,87
CV	38%	51%	24%	69%	55%	78%
Moda	5	5	5	1	1	1
Min	1	1	1	1	1	1
Max	5	5	5	5	3	5
N	28	28	28	28	28	28
IC	0,54	0,70	0,40	0,42	0,29	0,69

Na tabela 2, o objetivo é avaliar as aplicações reais e a realização de considerações de eco sustentabilidade no fornecimento de infraestrutura das TIC, as operações e eliminação. Pode-se notar que a pergunta de número 32 (Existe alguma prática adotada pelo setor das TIC da empresa quanto à virtualização de servidores e storage ?), Obteve maior atenção por parte dos respondentes (média de 4,50 pontos), o que traduz preocupações dos gestores das TIC verde quanto a questões da infraestrutura de processamento e armazenamento de dados da organização,

esta seguida da pergunta de número 29 (A organização tem algum tipo de iniciativas práticas como: reutilização de equipamentos (rodízio entre áreas) ou doação, descarte correto de hardware no final da vida útil, gerenciamento do lixo eletrônico (e-lixo)?) que obteve (média de 3,68 pontos), no qual mostra que as organizações têm algum tipo de iniciativas práticas como: reutilização de equipamentos (rodízio entre áreas) ou doação, descarte correto de hardware no final da vida útil, gerenciamento do lixo eletrônico (e-lixo). No entanto, vale a pena salientar a despreocupação dos respondentes quanto à adoção de práticas de dispositivos ou selos verdes, como relativa ao pouco uso de recursos de teleconferência, tele presença e VoIP conforme demonstra na pergunta 33 (Existe alguma prática adotada pelo setor das TIC da empresa quanto a Utilizar dispositivos “Energy Star” ou com outros “selos Verdes”?) e a 34 (Existe alguma prática adotada pelo setor das TIC da empresa em fazer teleconferência, tele presença e VoIP?)

Tabela 2. Descrição completa das perguntas do bloco práticas

Práticas	Perg. 29	Perg. 30	Perg. 31	Perg. 32	Perg. 33	Perg. 34
Média	3,68	2,75	2,93	4,50	2,29	2,29
Mediana	5	2	3	5	1	1
Desvio Padrão	1,68	1,71	1,84	1,14	1,63	1,63
CV	46%	62%	63%	25%	71%	71%
Moda	5	1	1	5	1	1
Min	1	1	1	1	1	1
Max	5	5	5	5	5	5
N	28	28	28	28	28	28
IC	0,62	0,63	0,68	0,42	0,60	0,60

Na tabela 3, o objetivo é avaliar o grau da organização em adquirir e construir uma infraestrutura mais eficaz do ambiente das TIC (refere-se a tecnologias e sistemas de informação para reduzir o consumo de energia e refrigeração dos ativos das TIC corporativos tais como centros de dados, aperfeiçoar a eficiência energética da infraestrutura técnica TIC, redução de gases de efeito estufa das TIC e análise total de pegada ambiental de uma empresa. Pode notar-se que a pergunta de número 36 (O data Center/CPD tem como objetivo disponibilizar serviços através de recursos encontrados nas atuais tecnologias, os quais reduzem investimentos, maximizam a eficiência energética, requerem menor necessidade de refrigeração e redução da emissão de gases do efeito estufa). A organização faz uso de recursos

tecnologias como: Servidores Blade, Configurações RAID para storage, Técnicas de I/O (iSCSI e FCoE), Virtualização de servidores e/ou storage, Cloud Computing, Sistema de Backup (Planos de recuperação de desastres), Cluster de servidores e Thin client?), obteve maior atenção por conta dos respondentes (média de 3,68 pontos), o que traduz preocupações dos gestores em adquirir e construir uma infraestrutura mais eficaz do ambiente das TIC. No entanto vale salientar a despreocupação dos respondentes quanto a adoção de energia renovável para organização, conforme demonstra na pergunta 35 (A organização faz uso de algum tipo de energia renovável?).

Tabela 3. Descrição completa das perguntas do bloco tecnologias

Tecnologias	Perg. 35	Perg. 36
Média	1,36	3,68
Mediana	1	4
Desvio Padrão	0,91	1,63
CV	67%	44%
Moda	1	5
Min	1	1
Max	5	5
N	28	28
IC	0,34	0,61

A mediana é uma medida de posição, ela nos divide a amostra ao meio, ou seja, que 50% dos indivíduos estão acima do valor da mediana e 50% abaixo. Esta é uma estatística analisada em relação à média, pois quanto mais próximo seu valor for em relação à média, mais simétrica será a distribuição e uma distribuição assimétrica, possui uma grande variabilidade com certeza.

A variabilidade é medida pelo desvio padrão. Quanto mais próximo (ou maior) esse valor for em relação à média, maior será a variabilidade, o que é ruim, pois assim não teremos uma homogeneidade dos dados. O Coeficiente de Variação (CV) é uma estatística que avalia o quanto a variabilidade representa da média. O ideal é que este índice seja o mais baixo possível (<50%), pois desta forma, teremos uma baixa variabilidade e conseqüentemente uma homogeneidade dos resultados. Os valores mínimo e máximo são respectivamente o menor e o maior valor encontrado na amostra, não tem nada a ver com mais ou menos um desvio padrão. A Moda é simplesmente o valor que mais aparece na amostra. O intervalo de confiança (IC)

ora somado e ora subtraído da média, nos mostra a variação da média segundo uma probabilidade estatística. Também aqui, esse limite não tem nada a ver com o cálculo de mais ou menos um desvio padrão em relação à média. Lembrando que o IC é mais confiável, pois temos uma probabilidade estatística associada ao seu cálculo.

Notamos que em algumas perguntas temos alta variabilidade, pois o CV é maior que 50%. Isso é ruim, pois demonstra que os dados são heterogêneos. Podemos dizer, por exemplo, que a média da pergunta 20 foi de $4,43 \pm 0,40$ pontos, ou seja, algo bem próximo da pontuação máxima de 5 pontos. A seguir, na tabela 4, nós vamos descrever os resultados para os blocos, que são agrupamentos de questões e o geral (todas as questões juntas). Continuamos a considerar todos os segmentos de empresas.

Verificamos que todos os blocos possuem alta variabilidade. Podemos dizer que no Geral a média foi de $2,83 \pm 0,16$, um valor bem intermediário. O bloco com maior pontuação foi Práticas com 3,07, o que traduz as preocupações dos respondentes das TIC verdes nas ações ao longo da cadeia de valor o que pode significar que poucas empresas maranhenses estão preocupadas em formalizar ações ou atividades relacionadas à sustentabilidade e ao meio ambiente (tabela 4).

Tabela 4. Descrição completa dos blocos e geral

Blocos	Atitude	Práticas	Tecnologias	Geral
Média	2,91	3,07	2,52	2,83
Mediana	3	3	1	1
Desvio Padrão	1,82	1,78	1,76	0,03
CV	63%	58%	70%	71%
Moda	1	5	1	1
Min	1	1	1	1
Max	5	5	5	5
N	168	168	56	392
IC	0,28	0,27	0,46	0,16

Programas de gestão verde das TIC tem consolidado passos importantes rumo à conscientização das pessoas para com sustentabilidade e proteção do meio ambiente. Os resultados dessa conscientização começam a aparecer e tem feito com que os líderes das organizações repensem e reconheçam a importância que as questões da sustentabilidade tem para o sucesso dos seus negócios, pois o compromisso e

preocupação com o meio ambiente não é moda ou mesmo oportunismo; é uma questão de sobrevivência para as organizações. Culturas criativas aliadas a iniciativas práticas poderão facilitar o avanço dos programas de gestão verde das TIC.

Numa análise de resultados por pergunta de cada bloco, algumas perguntas tiveram alta variabilidade, pois o Coeficiente de Variação (CV) foi maior que 50%, logo se observa que isso é mau, pois demonstra que os dados são heterogêneos. Os blocos APTs obtiveram maior destaque nos resultados comparando empresas por bloco e geral, o que traduz as preocupações das TIC verdes nas ações ao longo da cadeia de valor das atividades TIC das organizações. As empresas do segmento construção civil apresentaram maior comprometimento com a sustentabilidade e meio ambiente, seguido do segmento educação. Os resultados da pesquisa indicam que:

- a. Os gestores das organizações do segmento construção civil e educação apresentaram maior compromisso com o desenvolvimento sustentável. Isso torna-se claro nas iniciativas de APTs empregadas nas suas organizações
- b. As iniciativas dos gestores de TIC para um desenvolvimento sustentável nas organizações públicas e privadas na região metropolitana de São Luís, estado do Maranhão tem-se traduzido num maior controle de gastos; questões da infraestrutura de processamento e armazenamento de dados da organização; aquisição e construção de infraestrutura mais eficaz para o ambiente de TIC.

Nesse sentido, percebe-se que uma conscientização começa a surgir, o que tem feito com que os líderes das organizações repensem e reconheçam a importância que têm as questões da sustentabilidade para o sucesso dos seus negócios, pois o compromisso e preocupação com o meio ambiente não é moda ou oportunismo, mas sim uma questão de sobrevivência para as organizações. Culturas criativas aliadas a iniciativas práticas poderão sustentar o avanço dos programas de gestão verde de TIC nas organizações.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de agrupar os recortes feitos acima num todo significativo, torna-se relevante considerar dois pontos:

Primeiro: a visão de que os programas e/ou ações nas organizações voltadas para a sustentabilidade e a proteção ao meio ambiente tem um custo elevado na sua implantação e, em alguns casos, uma rejeição do pensar sobre assunto tem mudado em função dos gestores entenderem, refletirem e perceberem que há um

retorno no bem-estar de todos e, benefícios a serem considerados, que implicam no sucesso dos negócios.

Segundo: a mudança no comportamento dos envolvidos, nas questões de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, através do processo de sensibilização, conscientização e ações de caráter verdes dentro das organizações, influenciam as melhorias no local de trabalho, em geral, e na vida dos funcionários em particular.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arvidsson, A. & N. Peitersen (2013). *The Ethical Economy Rebuilding Value After the Crisis*. Columbia University Press.
- Barnea, A. R., Heinkel, A. Karus (2005). Green investors and corporate investment. *Structural Change and Economic Dynamics, Volume 16, Issue 3 (SPEC. ISS.)*, pp. 332-346.
- Berry, L. (2015). Religious investors and responsible investment. In: T. Hebb, J.P. Hawley, A.G.F. Hoepner, A. L. Neher, D. Wood (Ed.), *Routledge Handbook of Responsible Investment*, London: Taylor & Francis Group, pp. 474-484.
- Binmahfouz, S. (2016). Socially Responsible Investments and Islamic investments: is there a difference?, In: O. Lehner (Ed.), *Routledge Handbook of Social and Sustainable Finance*, London: Taylor & Francis Group, pp. 239-263.
- European SRI Study 2016, Eurosif, 2016.
- Hofstede, G. (1990). *Cultures and organizations: Software of the mind*. London: McGraw-Hill.
- Hofstede, G., G.J. Hofstede, M. Minkov (2010). *Cultures and Organizations: Software of the Mind*, Third Edition. Retrieved from: <http://testrain.info/download/Software%20of%20mind.pdf>
- Huhmann B.A, Conner, S.L. (2014). Promoting business ethics through annual reports. *Journal of Financial Services Marketing. Volume 19, Issue 1, March*, pp. 17-28.
- Janik B. & I. Jędrzejowska-Schiffauer (2018). Avoidance of Crisis and Sustainable Development through Ethical Economics in: [ed.] Peter Schiffauer, *A Single Model of Governance or Tailored Responses. Historical, Economic and Legal Aspects of European Governance in the Crisis*, pp. 135-147.
- Nofsinger, J., Varma, A. (2014). Socially responsible funds and market crises, *Journal of Banking and Finance, 48*, pp. 180-193. Retrieved from: <http://www.elsevier.com/locate/jbankfin> doi: 10.1016/j.jbankfin.2013.12.016

Puaschunder, J. M. (2016). Socially Responsible Investment as emergent risk prevention and means to imbue trust in the post-2008/2009 world financial crisis economy. In: O. Lehner (Ed.), *Routledge Handbook of Social and Sustainable Finance*, London: Taylor & Francis Group, pp. 222-238.

Special Eurobarometr, Biotechnology Report, 2010, pp. 382-383. Retrived from: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/archives/ebs/ebs_341_en.pdf [20.09.2018]

KEEPING TRACK OF SUSTAINABILITY PROGRESS - BENCHMARKING INSIGHTS FROM INTERNATIONAL INDEXES

Claudia Ogorean¹

ABSTRACT

Accompanied by a plethora of controversies, sustainability - assumed and proclaimed by the Agenda 2030 (UN, 2016) as global concern and desideratum - has become a ubiquitous hot topic nowadays: both positive and negative references to it are made each day, emphasizing on the complexity and dynamism of this ever emerging and never ending process. However, sustainability's multiple facets and kinds of expression seem to be more visible at the lower levels of the global system, where the search for sustainability phenomenon - fuelled by the (media intermediated) positive interplays between the increased accountability of firms and the proliferation of highly informed customers - has led to the disruption of industries and ways of life. Thus, concepts and practices such as: sustainable travel, fashion, fisheries or consumption; green products, processes, buildings, or jobs; eco-friendly energy, materials, cars, or cities - have redefined industries and/or created new ones, while changing peoples' lives. But: what is the aggregate effect of all these transformation, their cumulative impact?; what positive and/or negative spillovers have they generated and to whom? - these are the questions this paper ultimately aims to answer to. The main objective of the paper is to find out how are countries positioning themselves against the requirements of global sustainability, and what is the measure of their real progress towards them. Based on the analysis of a series of internationally renowned reports and indexes - such as: The Global Sustainable Competitiveness Index (SolAbility, 2017), The Sustainable Development Goals Index (Sustainable Development Solutions Network & the Bertelsmann Stiftung, 2018), and the Sustainable Society Index (Sustainable Society Foundation, 2016) - the paper will compare and contrast data and indicators across countries, in order to identify and benchmark the progress different groups of countries have made towards sustainability, as well as the main challenges ahead of them.

Keywords: *Agenda 2030, Sustainability, Sustainability Indexes.*

¹ "Lucian Blaga" University of Sibiu, Romania
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8986-4507>
claudia.ogorean@ulbsibiu.ro

1. INTRODUCTION

Following the Millennium Development Goals, the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda for Sustainable Development have officially come into force on 1 January 2016. The “17 Goals to transform our World” represent “a call for action by all countries (...) to promote prosperity while protecting the planet” and they refer to: (1) No poverty; (2) Zero hunger; (3) Good health & well-being; (4) Quality education; (5) Gender equality; (6) Clean water & sanitation; (7) Affordable & clean energy; (8) Decent work & economic growth; (9) Industry, innovation & infrastructure; (10) Reduced inequalities; (11) Sustainable cities & communities; (12) Responsible consumption and production; (13) Climate action; (14) Life below water; (15) Life on land; (16) Peace, justice & strong institutions; and (17) Partnerships for the goals (UN, 2016).

Later on, the General Assembly has adopted (on 6 July 2017) the Resolution containing “the global indicator framework for the SDGs and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development”, which will be refined annually when necessary (UN, 2017); at this point, the official list “includes 232 indicators on which general agreement has been reached”. In the same time, a “dissemination platform of the Global SDG Indicators Database” has been developed - in order to provide “access to data compiled through the UN System in preparation for the Secretary-General’s annual report on <<Progress towards the Sustainable Development Goals>>” (<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/database/>). Moreover, Sustainable Development Goals Reports are annually released (UN, 2018a), as well as Reports of the Secretary-General on the Progress towards the Sustainable Development Goals (UN, 2018b), accompanied by Statistical Annexes (UN, 2018c).

But sustainability - and particularly its country-related perspective/dimension is not a new topic; quite the opposite: a plethora of academics and/or different organizations have had sustainability on the top of their agenda, trying to develop different frameworks in order to properly capture and define the concept, to make it operational at country level and to assess / measure the progress towards some pre-determined goals/targets, both before (Moran, Wackernagel, Kitzes, Goldfinger, Boutaud, 2008; Hák, Moldan, Dahl, 2012; WEF, 2014) and after (Strezov, Evans, Evans, 2017; Schmidt-Traub, Kroll, Teksoz, Durand-Delacre, Sachs, 2017, Leal Filho et al., 2018) the emergence of the SDGs.

The reminder of the paper is organized as follows: the second section is dedicated to the analysis of the “oldest” index (whose development and publication have started in 2006) - the *Sustainable Society Index (SSI)* - which is “showing at a glance the level of sustainability of a country” (Sustainable Society Foundation, 2017); the third section will address the “younger” (firstly developed in 2012) *Global Sustainable Competitiveness Index (GSCI)* - which is “a measurement for social, environmental and economic development. Measuring wealth, and prosperity - inclusively” (SolAbility, 2017); the fourth section will deal with the “youngest” index (available since 2016) - the *SDG Index* - which “provides a report card for country performance on the historic Agenda 2030 and the SDGs” (Bertelsmann Stiftung, Sustainable Development Solutions Network, 2018); then will follow the conclusion and finally the bibliography.

2. THE SUSTAINABLE SOCIETY INDEX (SSI)

In order to address the question “How sustainable is your country?” in a concrete, measurable manner, the Sustainable Society Foundation has developed a composite tool - the *Sustainable Society Index (SSI)* - which it has been published every two years since 2006. Based on the Brundtland Report definition of sustainable development, SSI considers that “a sustainable society is a society: (a). that meets the needs of the present generation; (b). that does not compromise the ability of future generations to meet their own needs; (c). in which each human being has the opportunity to develop itself in freedom, within a well-balanced society and in harmony with its surroundings” (Sustainable Society Foundation, 2017). The SSI Framework (Table 1) gathers 21 indicators, grouped in 7 categories, which form and define the 3 wellbeing dimensions of SSI: human, environmental, and economic.

Table 1: SSI Framework (<http://www.ssindex.com/ssi/framework/>)

Sustainable Society Index						
Human Wellbeing			Environmental Wellbeing		Economic Wellbeing	
Basic Needs	Personal Development & Health	Well-balanced Society	Natural Resources	Climate & Energy	Transition	Economy
Sufficient food	Education	Income distribution	Biodiversity	Energy use	Organic farming	Gross domestic product
Sufficient to drink	Healthy life	Population growth	Renewable water	Energy savings	Genuine savings	Employment
Safe sanitation	Gender equality	Good governance	Resources consumption	Greenhouse gases		Public debt
				Renewable energy		

As concerns the most recent SSI available (2016): (a). 154 countries have been ranked on the three dimensions, based on a scale of 1-10 (10=sustainable, 1=not sustainable); (b). the scores of the indicators were aggregated into scores for the three wellbeing dimensions; (c). the dimension levels have not been aggregated “into one single figure for the overall index [...due to...] the negative correlation between Human and Environmental Wellbeing” (Sustainable Society Foundation, 2017).

The analysis of the 2016 SSI reveals the following:

If considering the SSI Scores - by Dimensions (Table 2): Human Wellbeing (HB) scores the best - in terms of both maximum and minimum; Environmental Wellbeing (EB) scores the second in terms of minimum and the last in terms of maximum, while Economic Wellbeing (EcW) scores the second in terms of maximum and the last in terms of minimum. With averages (both per country and per person) above 6,4 (on the scale of 1-10), the human dimension of sustainability is far ahead of the environmental dimension and especially of the economic one.

Table 2: SSI 2016 Scores - by Dimensions (<http://www.ssfindex.com/data-all-countries/>)

2016 Dimensions	Human Wellbeing	Environmental Wellbeing	Economic Wellbeing
Maximum	9,00 (Finland)	8,13 (Burundi)	8,43 (Norway)
Average per country	6,45	5,02	4,41
Average per person	6,41	4,76	4,60
Minimum	3,12 (Chad)	1,52 (Qatar)	1,28 (Mauritania)

If considering the Top 5 and Bottom 5 countries, by Dimensions (Table 3): five high income European countries make the Top 5 on the human and economic dimensions of sustainability (only Norway being present in both of them, but in opposite places); with respect to the environmental dimension, Top 5 is occupied by five African (four of them low income, and the fifth lower middle income) countries. The Bottom 5 on the HW dimension is made by five African low income countries; four Western Asia high income countries and a Central Asia upper middle income one are making the Bottom 5 of EW, while the Bottom 5 of EcW is occupied by three African countries (two of them with lower middle income, and the third one with low income) and two (upper middle income and lower middle income respectively) Asian countries. Central African Republic (the second country that appears twice), scores the fourth global in terms of EW and the penultimate global in terms of HW.

Table 3: SSI 2016 - Top 5 & Bottom 5 Countries, by Dimensions (<http://www.ssfindex.com/results/ranking-all-countries/>)

Human Wellbeing		Environmental Wellbeing		Economic Wellbeing	
Top 5 (1-5)	Bottom 5 (150-154)	Top 5 (1-5)	Bottom 5 (150-154)	Top 5 (1-5)	Bottom 5 (150-154)
Finland	Guinea-Bissau	Burundi	Oman	Norway	Iraq
Germany	Niger	Togo	Saudi Arabia	Switzerland	Congo
Netherlands	Congo Democratic Rep.	Lesotho	United Arab Emirates	Estonia	Yemen
Iceland	Central African Republic	Central African Republic	Turkmenistan	Sweden	Mozambique
Norway	Chad	Uganda	Qatar	Czech Republic	Mauritania

3. THE GLOBAL SUSTAINABLE COMPETITIVENESS INDEX (GSCI)

Aiming “to measure sustainable success and competitiveness of nations that integrate all three dimensions of sustainable development”, (SolAbility, 2017), SolAbility has developed a comprehensive *Global Sustainable Competitiveness Index (GSCI)*, which it releases annually (since 2012). Considering that “sustainable competitiveness is the ability to generate and sustain inclusive wealth without diminishing the future capability of sustaining or increasing current wealth levels, [...] the sustainable competitiveness model is based on a pyramid (Figure 1), where each level is required to support the next higher level. In the top-down direction, the different levels of the pyramid have influence the state of the lower levels” (SolAbility, 2017).

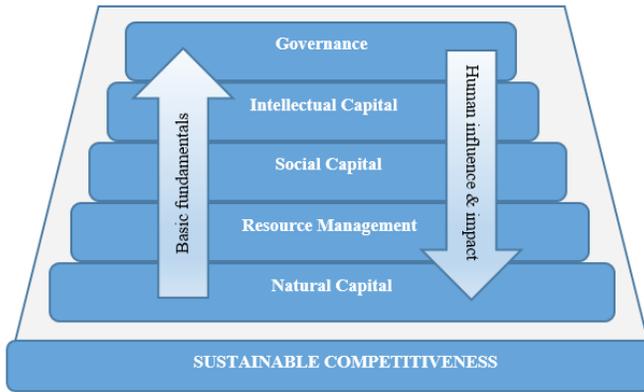


Figure 1: The Sustainable Competitiveness Pyramid (SolAbility, 2017)

With reference to the most recent Global Sustainable Competitiveness Report and GSCI (2017): (a). “the GSCI is based on 111 measurable and comparable quantitative indicators”; (b). 180 countries have been included; (c). for each indicator, country scores were calculated from 100 (highest) to 0 (lowest); (d). “the Sustainable Competitiveness Index is calculated based on the [...5...] sub-indexes, each weighted equally” (SolAbility, 2017).

The analysis of the 2017 GSCI reveals the following:

In terms of GSCI 2017 - Top 5 & Bottom 5 Countries (Table 4): the overall score of GSCI varies from 60,5 (Sweden - quite far from 100) to 30,2 (Iraq); five HIC European countries make the Top 5, while the Bottom 5 is composed by three African countries (two LIC and one HIC) and two Asian countries (one LIC and the other one UMIC).

Table 4: GSCI 2017 - Top 5 & Bottom 5 Countries (<http://solability.com/the-global-sustainable-competitiveness-index/downloads>)

Top 5	Country	Score	Bottom 5	Country	Score
1	Sweden	60,5	176	Haiti	34,5
2	Norway	58,2	177	South Sudan	32,3
3	Iceland	57,6	178	Seychelles	32,0
4	Finland	57,4	179	Yemen	31,0
5	Denmark	57,2	180	Iraq	30,2

In terms of sub-indexes scores (Table 5): Governance capabilities has the highest average score (47,4), while Intellectual capital has the lowest average score (38,3) - against the GSCI average score of 43,7; looking at the maximum values, Intellectual capital scores the highest (79,0), while Resource intensity scores the lowest (58,6); looking at the minimum values, Social capital scores the highest (29,1), while Intellectual capital scores the lowest (12,1).

Table 5: Sustainable Competitiveness Scores - by Sub-indexes (<http://solability.com/the-global-sustainable-competitiveness-index/downloads>)

	Sustainable competitiveness	Natural capital	Resource Intensity	Intellectual capital	Governance capabilities	Social capital
Average	43,7	44,5	41,4	38,3	47,4	46,7
Max	60,5	71,2	58,6	79,0	68,7	63,2
Min	30,2	18,4	28,7	12,1	22,7	29,1

In terms of GSCI 2017 - Top 5 & Bottom 5 Countries - by Sub-indexes (Table 6): out of the Top 5 countries by GSCI only two countries score for two categories of Top 5 countries by sub-indexes (Sweden and Norway), while the other three countries (Iceland, Finland and Denmark) score for just one category; out of the Bottom 5 countries by GSCI, South Sudan is the only country that also score (at two categories) for Top 5 countries by sub-indexes; other countries score for both Top 5 and Bottom 5 Countries (at different sub-indexes): Democratic Rep. of Congo and West Bank & Gaza, while countries such as Kiribati, Chad and Central African Republic score for two categories of Bottom 5.

Table 6: GSCI 2017 - Top 5 & Bottom 5 Countries - by Sub-indexes (<http://solability.com/the-global-sustainable-competitiveness-index/downloads>)

Rank	GSCI Sub-indexes - Countries & Scores				
	Natural capital	Resource Intensity	Intellectual capital	Governance capabilities	Social capital
1	Laos (71,2)	Norway (58,6)	South Korea (79,0)	Ireland (68,7)	El Salvador (63,2)
2	Guyana (70,5)	Luxembourg (58,4)	Sweden (69,3)	Czech Republic (67,8)	Azerbaijan (62,9)
3	Democratic Rep. of Congo (66,9)	Iceland (58,1)	Norway (66,7)	Romania (65,0)	West Bank & Gaza (61,6)
4	Cameroon (63,8)	Finland (57,1)	China (66,7)	New Zealand (64,1)	Singapore (60,7)
5	Sweden (63,6)	Germany (56,6)	Denmark (66,5) ...	Germany (62,7)	Bolivia (60,0)
...
176	West Bank & Gaza (23,8)	Fiji (29,5)	South Sudan (16,7)	Solomon Islands (28,6)	USA (35,1)
177	Bahrain (22,6)	Swaziland (29,5)	Uganda (16,7)	Sao Tome & Principe (28,3)	Ukraine (34,5)
178	Jordan (21,9)	Kiribati (29,5)	Central African Rep. (15,1)	Chad (27,9)	Mauritania (31,9)
179	Cyprus (20,4)	Democratic Rep. of Congo (29,3)	Madagascar (14,4)	South Sudan (27,1)	Russia (30,7)
180	Lebanon (18,4)	Central African Rep. (28,7)	Zambia (12,1)	Kiribati (22,7)	Chad (29,1)

4. THE SDG INDEX (SDGI)

Aiming to benchmark the performance of countries on the SDGs - by presenting “a revised and updated assessment of countries’ distance to achieving the SDGs, [...while including...] detailed SDG Dashboards to help identify implementation priorities for the SDGs, [...and...] a ranking of countries by the aggregate SDG Index of overall performance” (Bertelsmann Stiftung, Sustainable Development Solutions Network, 2018), Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network have annually produced and released (since 2016) the *SDG Index and Dashboards Report*.

As regards the 2018 edition of the Report: (a). “country profiles are generated for all 193 member states but total country scores and ranks are available for

156 countries”; (b). it includes 86 global indicators - which means, on average, around five indicators per goal, but the actual number of indicators per goal varies between one (SDG10) and fourteen (SDG3); (c). “the global SDG Index score and scores by goal can be interpreted as the percentage of achievement (Lafortune, Fuller, Moreno, Schmidt-Traub, Kroll, 2018).

The analysis of the 2018 SDG Index and Dashboards Report reveals the following:

If considering the Top 5 and Bottom 5 countries by SDGI Score (Table 7): The SDGI scores vary from 84,98 (Sweden) to 37,66 (Central African Republic); Three Northern Europe (OECD members and High Income) countries top the 2018 ranking, while three Middle Africa (Low Income) countries are positioned at the bottom of it; Top 5 is completed by two Western European countries, while Bottom 5 is completed by an Eastern Africa (Low Income) and a Western Asia (MENA, Lower Middle Income) country.

Table 7: Top 5 and Bottom 5 countries by SDGI Score, 2018 (<http://www.sdgindex.org/reports/>)

Top 5			Bottom 5		
Rank	Country	SDGI Score	Rank	Country	SDGI Score
1	Sweden	84,98	152	Yemen, Rep.	45,66
2	Denmark	84,61	153	Madagascar	45,59
3	Finland	83,00	154	Congo, Dem. Rep.	43,39
4	Germany	82,28	155	Chad	42,81
5	France	81,22	156	Central African Republic	37,66

If considering the Income Classes (Figure 2): The High Income Countries’ ranks vary from 1 (Sweden - 85,0 SDGI) to 106 (Qatar - 60,8 SDGI); The Upper Middle Income Countries’ ranks vary from 23 (Belarus - 76,0 SDGI) to 144 (Angola - 49,6 SDGI); The Lower Middle Income Countries’ ranks vary from 28 (Moldova - 74,5 SDGI) to 152 (Yemen, Rep. - 45,7 SDGI); The Low Income Countries’ ranks vary from 102 (Nepal - 62,8 SDGI) to 156 (Central African Rep. - 37,7 SDGI).

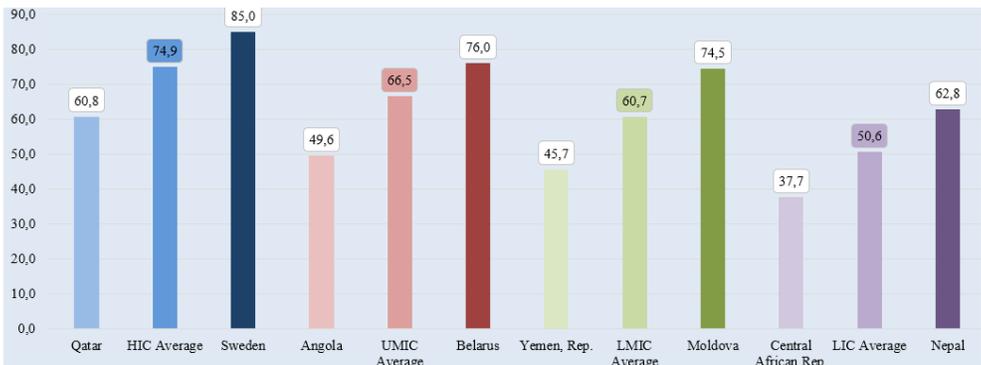


Figure 2: SDGI 2018 by Income Classes (<http://www.sdindex.org/reports/>)

If considering the regions used for the SDG Index & Dashboard (Figure 3): The OECD region gathers 35 countries, ranking from 1 (Sweden) to 84 (Mexico); The E. Europe & C. Asia region gathers 24 countries, ranking from 21 (Croatia) to 151 (Afghanistan); The LAC region gathers 23 countries, ranking from 33 (Costa Rica) to 145 (Haiti); The East & South Asia region gathers 18 countries, ranking from 43 (Singapore) to 126 (Pakistan); The MENA Region gathers 15 countries, ranking from 60 (United Arab Emirates) to 152 (Yemen, Rep); The Africa region gathers 41 countries, ranking from 88 (Cabo Verde) to 156 (Central African Rep.).

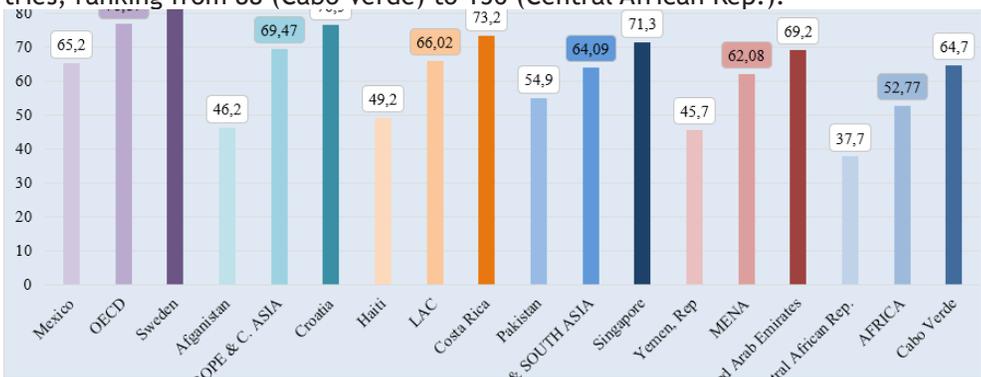


Figure 3: SDGI 2018 Regional Scores (<http://www.sdindex.org/reports/>)

5. CONCLUSION

As regards the evolution of countries towards sustainability and the challenges ahead, the SDG Dashboards (Figure 4) provide an eloquent picture of both the progress made by countries and the unsolved issues - as the SDG Dashboards' "color scheme (green, yellow, orange and red) illustrates how far a country is from achieving a particular goal" (Lafortune, Fuller, Moreno, Schmidt-Traub, Kroll, 2018). A synthesis of the main aspects - by SDGs (and regions) is presented in Table 8.

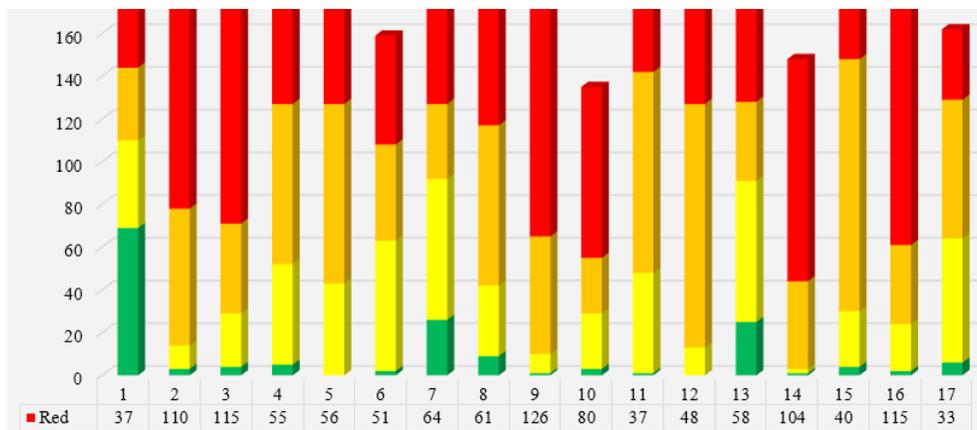


Figure 4: SDG Dashboards 2018 (<http://www.sdindex.org/reports/>)

Table 8: SDG Dashboards - main findings & challenges ahead - by SDGs

<p>1. No poverty - available data: 181 countries; missing data: 12 countries</p> <p>It is the most “balanced” goal, with the highest “green area” - 69 countries, and the second best in terms of “red lights” - 37 countries. Three regions (OECD, Eastern Europe and Central Asia, and Middle East and North Africa) are “Red free”, while one (Sub-Saharan Africa) has 28 Red countries and 16 Orange ones (out of its total of 49 countries).</p>
<p>2. Zero hunger - available data: 188 countries; missing data: 5 countries</p> <p>The goal is dominated by Red and Orange areas - that gather together more than 90 percent of the countries (174). Six regions have no Green area, while only one (Eastern Europe and Central Asia) has three Green countries. 43 countries in Sub-Saharan Africa (out of 49) and 20 countries in East and South Asia (out of 22) are Red.</p>
<p>3. Good health & well-being - available data: 186 countries; missing data: 7 countries</p> <p>The goal is dominated by Red and Orange areas - that count together for more than 80 percent of the countries (157). Five regions have no Green area, while OECD has three Green countries and Eastern Europe and Central Asia has one Green country. 48 countries in Sub-Saharan Africa (out of 49) and 19 countries in East and South Asia (out of 22) are Red.</p>
<p>4. Quality education - available data: 182 countries; missing data: 11 countries</p> <p>The goal is dominated by Orange and Red areas (130 countries); the remaining 52 countries are Green (5) or Yellow (47). Four regions have no Green area, while two of them (OECD & Eastern Europe and Central Asia) have two Green countries and one (Oceania) has one Green country. Yellow and Orange dominate in OECD (28 countries out of 35), East and South Asia (18 countries out of 22), Eastern Europe and Central Asia (22 countries out of 28), and Latin America and the Caribbean (26 countries out of 31). In Sub-Saharan Africa 36 countries (out of 49) are Red and 11 are Orange.</p>
<p>5. Gender equality - available data: 183 countries; missing data: 10 countries</p> <p>The dominant color here is Orange (84 countries), followed by Red (56 countries) and Yellow (43 countries); there is no Green country. Yellow and Orange dominate in four regions (29 countries out of 35 in OECD, 16 countries out of 22 in East and South Asia, 24 countries out of 28 in Eastern Europe and Central Asia, and 27 countries out of 31 in Latin America and the Caribbean), while Orange and Red dominate in the other three regions (all the 16 countries in Middle East and North Africa, 43 countries out of 49 in Sub-Saharan Africa and 8 countries out of 12 in Oceania).</p>

6. Clean water & sanitation - available data: 159 countries; missing data: 34 countries

The goal ranks the third in terms of missing data. Only two countries - one in East and South Asia and the other one in Eastern Europe and Central Asia - are Green. Yellow is the most prominent color in three regions (24 countries out of 35 in OECD, 10 countries out of 28 in Eastern Europe and Central Asia and 18 countries out of 31 in Latin America and the Caribbean), Orange colors almost a half of one region (10 countries out of 22 in East and South Asia), while Red is the most prominent color in the remained three regions (7 countries out of 16 in Middle East and North Africa, 35 countries out of 49 in Sub-Saharan Africa, and 3 countries out of 12 in Oceania).

7. Affordable & clean energy - available data: 191 countries; missing data: 2 countries

The goal ranks the first (alongside the ninth goal) in terms of data availability, and it ranks the second in terms of Green areas - they “cover” 26 countries, belonging to five out of the seven regions (with Middle East and North Africa and Oceania being the exceptions). The best represented Green area is the Latin America and the Caribbean region (with 10 countries out of 31). Yellow is the most prominent color in three regions (20 countries out of 28 in Eastern Europe and Central Asia, 14 countries out of 31 in Latin America and the Caribbean, and 13 countries out of 16 in Middle East and North Africa), Orange defines 13 countries out of 35 in the OECD countries, while Red is the most prominent color in the remaining three regions (10 countries out of 22 in East and South Asia, 44 countries out of 49 in Sub-Saharan Africa, and 5 countries out of 12 in Oceania).

8. Decent work & economic growth - available data: 178 countries; missing data: 15 countries

Orange and Red areas cover more than three quarters of the countries (136 in total). Two regions (Sub-Saharan Africa and Oceania) have no Green country, one region (East and South Asia region) has three Green countries, two regions (OECD and Middle East and North Africa) have two Green countries, while Latin America and the Caribbean has just one Green country. Yellow is the most prominent color in OECD (20 countries out of 35) and it is at parity with Orange in Oceania (3 countries out of 12). Orange is the most prominent color in East and South Asia (13 countries out of 22), Eastern Europe and Central Asia (12 countries out of 28) and Latin America and the Caribbean (17 countries out of 31), while Red defines 32 countries (out of 49) in Sub-Saharan Africa.

9. Industry, innovation & infrastructure - available data: 191 countries; missing data: 2 countries

The goal ranks the first (alongside the seventh goal) in terms of data availability, and, unfortunately, it ranks also the first in terms of Red areas - 126 countries (belonging to all the seven regions). Only one country - in the East and South Asia region is Green, while Yellow defines another nine countries (7 countries belonging to OECD region, one from East and South Asia and one from Eastern Europe and Central Asia). Orange is the most prominent color in Eastern Europe and Central Asia (16 countries out of 28) and Middle East and North Africa (9 countries out of 16). Red dominates in OECD (16 countries out of 35), East and South Asia (17 countries out of 22), Latin America and the Caribbean (19 countries out of 31), Sub-Saharan Africa (47 countries out of 49), and Oceania (9 countries out of 12).

10. Reduced inequalities - available data: 135 countries; missing data: 58 countries

It is the goal with the most “missing data”. Only three countries are Green (two in OECD and one in Eastern Europe and Central Asia), while Red dominates (80 countries); Yellow and Orange are at parity (26 countries). Yellow is the most prominent color in OECD (14 countries out of 35) and Red is the defining color of five regions (East and South Asia - 9 countries out of 22; Eastern Europe and Central Asia - 10 countries out of 28; Latin America and the Caribbean - 17 countries out of 31; Middle East and North Africa - 4 countries out of 16; and Sub-Saharan Africa - 31 countries out of 49).

11. Sustainable cities & communities - available data: 179 countries; missing data: 14 countries

Only one country (belonging to the East and South Asia) is Green, while Orange defines more than a half of countries (94). Yellow is the most prominent color in Oceania (7 countries out of 12), Yellow (17 countries) and Orange (18 countries) are almost equal sharing OECD countries, Orange is the most prominent color in: East and South Asia (12 countries out of 22), Eastern Europe and Central Asia (16 countries out of 28), Latin America and the Caribbean (13 countries out of 31), and Middle East and North Africa (14 countries out of 16), and Red defines 26 countries (out of 49) in Oceania.

12. Responsible consumption and production - available data: 175 countries; missing data: 18 countries

The goal is dominated by Orange (114 countries), followed by Red (48 countries) and Yellow (13 countries); no Green area is present. OECD countries score the highest percentage of Red areas (24 countries out of 35), and no Yellow zones either. Yellow is present in only 13 countries belonging to four regions (Eastern Europe and Central Asia, Latin America and the Caribbean, Middle East and North Africa, and Sub-Saharan Africa); all the other regions except from OECD are defined by Orange (East and South Asia - 19 countries; Eastern Europe and Central Asia - 17 countries; Latin America and the Caribbean - 19 countries; Middle East and North Africa - 7 countries; Sub-Saharan Africa - 37 countries; and Oceania - 4 countries).

13. Climate action - available data: 186 countries; missing data: 7 countries

The goal is dominated by Yellow (66 countries) and red (58 countries). 32 of the OECD countries are Red, while 3 are Orange (out of 35); no country in this region is Green or Yellow. At the other end of the spectrum, 6 countries in Oceania (out of 12) are Green and 2 of them are Yellow. The other five regions are in between: 30 countries in Sub-Saharan Africa (out of 49) and 14 countries in Latin America and the Caribbean (out of 31) are Yellow, 7 countries in East and South Asia (out of 22) are Orange, while 7 countries in Middle East and North Africa (out of 16) are Red (to mention only the colors with the highest number of records for each group).

14. Life below water - available data: 148 countries; missing data: 45 countries

It is the goal ranked the second in terms of “missing data”, and it is dominated by Red (104 countries). Oceania is the only region with a full distribution of colors (1 Green, 1 Yellow, 5 Orange, and 4 Red); all the other regions, except from OECD countries, are only defined by Orange and especially Red (15 countries out of 22 in East and South Asia; 12 countries out of 28 in Eastern Europe and Central Asia; 18 countries out of 31 in Latin America and the Caribbean; 10 countries out of 16 in Middle East and North Africa; and 26 countries out of 49 in Sub-Saharan Africa), while the OECD region counts for one Yellow country, 9 Orange and 19 Red countries respectively (out of 35 countries).

15. Life on land - available data: 188 countries; missing data: 5 countries

The goal is dominated by Orange (118 countries), followed by Red (40 countries), Yellow (26 countries) and Green (4 countries). The 4 Green countries belong to Sub-Saharan Africa (3 countries) and Eastern Europe and Central Asia (one country). Orange prevail in: OECD (21 countries out of 35); East and South Asia (15 countries out of 22); Eastern Europe and Central Asia (20 countries out of 28); Latin America and the Caribbean (20 countries out of 31); Middle East and North Africa (11 countries out of 16); and Sub-Saharan Africa (28 countries out of 49). Yellow and Red complete the picture with different, less important contributions.

16. Peace, justice & strong institutions - available data: 176 countries; missing data: 17 countries

The goal is dominated by Red (115 countries). Only two countries are Green (one belonging to OECD and the other one to Eastern Europe and Central Asia). Yellow and Orange count for more than three quarters in OECD (27 countries out of 35), while 7 countries here are Red. Red is prevalent in all the remaining 6 regions - 15 countries (out of 22) in East and South Asia; 13 countries (out of 28) in Eastern Europe and Central Asia; 25 countries (out of 31) in Latin America and the Caribbean; 8 countries (out of 16) in Middle East and North Africa; 45 countries (out of 49) in Sub-Saharan Africa; and 2 countries (out of 12) in Oceania.

17. Partnerships for the goals - available data: 162 countries; missing data: 31 countries

The goal is dominated by Orange (65 countries) and Yellow (58 countries), followed by Red (33 countries). Out of the 6 Green countries, 3 are in Sub-Saharan Africa and the other three are in Latin America and the Caribbean, Middle East and North Africa and Oceania. In OECD 21 countries are Red, and 12 are Orange (out of 35). A half of the East and South Asia region (11 countries out of 22) is Orange. In Eastern Europe and Central Asia (28 countries in total), Yellow and Orange share the same number of countries (10), as well as in Latin America and the Caribbean (31 countries in total, out of which 11 are Yellow and another 11 are Orange).

The majority of countries (11 out of 16) are Yellow in In Middle East and North Africa, while they are Yellow (19) and Orange (17) in Sub-Saharan Africa (49 countries in total).

6. BIBLIOGRAPHY

- Bertelsmann S. (2018). Sustainable Development Solutions Network. *SDG Index and Dashboards Report 2018. Global Responsibilities. Implementing the Goals*. Retrieved 24.09.2018 from <http://www.sdgindex.org/reports/2018/>.
- Hák, T., Moldan, B., Dahl, A. L. (Eds.). (2012). *Sustainability indicators: a scientific assessment*. Washington. Covelco. London: Island Press.
- Lafortune, G., Fuller, G., Moreno, J., Schmidt-Traub, G., Kroll, C. (2018). *SDG Index and Dashboards Detailed Methodological paper*. Retrieved 01.10.2018 from http://www.sdgindex.org/assets/files/2018/Methodological%20Paper_v1_gst_jmm_Aug2018__FINAL_rev10_09.pdf.
- Leal Filho, et al. (2018). Reinvigorating the sustainable development research agenda: the role of the sustainable development goals (SDG). In *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 25(2), 131-142.
- Moran, D. D., Wackernagel, M., Kitzes, J. A., Goldfinger, S. H., Boutaud, A. (2008). Measuring sustainable development - Nation by nation. In *Ecological economics*, 64(3), 470-474.
- Schmidt-Traub, G., Kroll, C., Teksoz, K., Durand-Delacre, D., Sachs, J. D. (2017). National baselines for the Sustainable Development Goals assessed in the SDG Index and Dashboards. In *Nature Geoscience*, 10(8), 547.
- SolAbility. (2017). *The Global Sustainable Competitiveness Report 2017*. Retrieved 24.09.2018 from <http://solability.com/the-global-sustainable-competitiveness-index/the-index>.
- Strezov, V., Evans, A., Evans, T. J. (2017). Assessment of the economic, social and environmental dimensions of the indicators for sustainable development. In *Sustainable Development*, 25(3), 242-253.
- Sustainable Society Foundation. (2017). *Sustainability and the SSI - Sustainable Society Index*. Retrieved 18.04.2018 from <http://www.ssfindex.com/ssi/>.
- United Nations. (2018a). *The Sustainable Development Goals Report 2018*. New York. Retrieved 02.10.2018 from <https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2018/TheSustainableDevelopmentGoalsReport2018.pdf>.
- United Nations. (2018b). *Progress towards the Sustainable Development Goals. Report of the Secretary-General*. Retrieved 02.10.2018 from <https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2018/secretary-general-sdg-report-2018--EN.pdf>.

- United Nations. (2018c). *Progress towards the Sustainable Development Goals. Report of the Secretary-General. Supplementary Information*. Retrieved 02.10.2018 from <https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2018/secretary-general-sdg-report-2018--Statistical-Annex.pdf>.
- United Nations. (2017). *SDG Indicators. Global indicator framework for the Sustainable Development Goals and targets of the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Retrieved 24.09.2018 from <https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>.
- United Nations. (2016). *17 Goals to Transform Our World*. Retrieved 18.04.2018 from <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>.
- World Economic Forum. (2014). The Measurement of Sustainable Competitiveness. In *The Global Competitiveness Report 2014-2015*. Retrieved 24.09.2018 from <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2014-2015/the-measurement-of-sustainable-competitiveness/>.

7. ACKNOWLEDGEMENT:

„This work was supported by a mobility grant of the Romanian Ministry of Research and Innovation, CNCS - UEFISCDI, project number PN-III-P1-1.1-MC-2018-1332, within PNCDI III”.

SUSTENTABILIDADE: CULTURA NECESSÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Marcelo Pereira Marujo¹

RESUMO

A sustentabilidade é uma temática emergente e necessária para a sobrevivência na sociedade contemporânea. Uma cultura sustentável passa a ser um imperativo para o desenvolvimento em um mundo cada vez mais competitivo e necessitado de proposições mais comprometidas com o planeta. O objetivo desta investigação é apresentar a sustentabilidade como aliada para o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade socioambiental. A metodologia que orienta esta investigação compreende os métodos de pesquisa bibliográfica, observacional e grupo focal. Os resultados proporcionam compreender o quanto a sustentabilidade em suas dimensões - política, social, econômica, ambiental e cultural - favorece o empreendimento de estratégias para se promover uma cultura capaz de tornar as áreas funcionais da gestão mais integradas e responsáveis. Conclui-se que uma cultura fundamentada na perspectiva da sustentabilidade torna-se uma potencial condição favorável à previsão e, consequentemente, provisão de responsabilidade socioambiental.

Palavras-Chave: *Educação. Cultura. Sustentabilidade. Responsabilidade Socioambiental. Gestão.*

¹ ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9958-8128>
marcelo.orientador@uol.com.br

SUSTAINABILITY: NECESSARY CULTURE IN CONTEMPORANITY

Abstract

Sustainability is an emerging and necessary issue for survival in contemporary society. A sustainable culture becomes an imperative for development in a world that is increasingly competitive and in need of more committed propositions with the planet. The objective of this research is to present sustainability as an ally for the development of a culture of socio-environmental responsibility. The methodology that guides this research comprehends the methods of bibliographic, observational and focal group research. The results provide an understanding of how sustainability in its dimensions - political, social, economic, environmental and cultural - favors the development of strategies to promote a culture capable of making the functional areas of management more integrated and responsible. It is concluded that a culture based on the perspective of sustainability becomes a potential favorable condition for forecasting and, consequently, the provision of socio-environmental responsibility.

Key words: Education. Culture. Sustainability. Socio-environmental responsibility. Management.

1. INTRODUÇÃO

As políticas globais estão priorizando cada vez mais a sustentabilidade como fator estratégico e aliado fundamental para um desenvolvimento mais equilibrado, que atenda às necessidades sociais, sem descurar a viabilidade de uma ecologia integral. Afinal, um desenvolvimento sustentável que se assume como condição de sobrevivência perante as intensas e diversificadas demandas no mundo contemporâneo.

Numa sociedade orientada pelo mercado, em que o fator econômico é considerado praticamente o único determinante para o desenvolvimento das organizações, cada vez mais se compreende que essa atitude passa por uma ausência de cultura comprometida com as outras dimensões da sustentabilidade. E esta cultura é indispensável para se repensarem e executarem ações mais responsáveis para a sustentabilidade humana (Guerra; Schmidt, 2016).

Ao mesmo tempo, esta condição de fragilidade está relacionada aos sistemas de gestão, seja no setor público seja no setor privado, para os quais se vem apontando a necessidade de melhores práticas nos mais variados segmentos da sociedade.

Nesta investigação a relevante área educacional, indiscutivelmente preponderante para o desenvolvimento de comunidades e sociedades mais sustentáveis, terá como cenário empírico o sistema de gestão educacional do Estado do Rio de Janeiro - Brasil. Por conseguinte, acredita-se que a educação é uma das fontes

primordiais para o real desenvolvimento da cultura, e em particular de uma cultura que favoreça pensar não apenas nas necessidades presentes, mas também nas futuras.

A educação está sendo privilegiada por ser o segmento mais expressivo para o empreendimento da cultura; embora o Rio de Janeiro esteja numa situação instável, que pode dificultar a valorização do futuro, não deixa de ser um Estado de referência no que concerne à educação e à cultura, no Brasil (Redclift, 2005).

Nessa perspectiva, a gestão a partir de todas as suas áreas funcionais - pessoal, logística, finanças, marketing e pesquisa e desenvolvimento - e, também a sustentabilidade em suas dimensões - política, social, econômica, ambiental e cultural - buscam a construção de uma “unidade estratégica” possível de favorecer uma cultura orientada pelo e para o desenvolvimento sustentável.

Sustenta-se, portanto, que esta base educacional mediante todas as suas particularidades se converte em um ampliado objeto para a investigação, de maneira a proporcionar a sinalização de situações interessantes em prol de uma cultura de sustentabilidade. Pressupõe-se que as supracitadas condicionantes sejam capazes de contribuir para o empreendimento de uma cultura provedora de processos mais responsáveis e comprometidos com uma sociedade que, simultaneamente, clama por maior equilíbrio ecosistêmico e mais dignidade humana.

2. CATEGORIAS TEÓRICAS

Inicialmente, considera-se muito interessante evidenciar a importância dos conceitos e teorias que subsidiam esta investigação, precipuamente, mediante a complexidade de suas temáticas norteadoras que se junta à necessidade da sua total integração e interdependência

Tal decorre de a sustentabilidade, a cultura, a educação e a gestão serem temáticas que, em conjunto, propiciam a emergência de particularidades importantes, que podem favorecer o surgimento de situações inovadoras para se redesenharem novos processos, no âmbito dos quais as instituições podem promover com mais solidez os seus empreendimentos.

Para tanto, parte-se desta integração de expressivas confluências - unidade estratégica - como base indispensável para se refletir e, principalmente, tentar redimensionar formas alternativas para prever e prover instituições mais resilientes e consonantes com as exigências de um mercado cada vez mais globalizado.

A educação é o baluarte fundamental (Gadotti, 1992) para iniciar as proposições necessárias às reflexões sobre este tipo de questões tão suscetíveis na sociedade atual. Ela surge sempre como uma teoria do conhecimento posta em prática para a evolução, colaborando para dinamizar os mais diferenciados processos, essenciais para a promoção dos sistemas sociais.

A educação constitui, afinal, uma vertente democrática propensa às críticas e reflexões

que possibilite ao homem discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o coloque em diálogo constante com o outro. Que o predisponha a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia no sentido mais humano da expressão. (Freire, 2003, p. 38)

A compreensão de uma educação transformadora nos condiciona a desvendar sempre novas alternativas factíveis de proporcionar o incremento de uma cultura educacional, para além dos contextos escolares. Isto se converte em um aspecto determinante de cultura de educação para a vida e, em especial, para lidar com a degradação do ambiente global que clama pela sustentabilidade.

Dessa forma, ostenta-se uma educação enquanto processo de integração de indivíduos em um contexto cultural (Freire, 2006). Porque, admite-se ser esta integração em distintos ambientes o motivo facilitador e sagaz que pode impulsionar o desenvolvimento de propostas mais responsivas ao sistema sociocultural moderno, em constante transformação.

Por sua vez, a sustentabilidade aqui usada como corolário do desenvolvimento sustentável é talvez a temática em maior evidência dos últimos tempos, tanto pela sua relevância numa sociedade que vem clamando por novas formas de vida e novos hábitos de consumo, quanto pela necessidade de integral compreensão de sua magnitude e importância para a continuidade da espécie humana (Gassenferth, 2015).

Desenvolvimento sustentável é um termo que vem progressivamente sendo utilizado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades humanas atuais sem afetar as necessidades das gerações que estão porvir (Marianti, 2007). Está ligada ao desenvolvimento econômico com o mínimo de agressão ao meio ambiente e ao uso inteligente dos recursos naturais se manterem no futuro; pois, acredita-se que tais condições proporcionarão que a humanidade garanta o

desenvolvimento sustentável. O “desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (Wced, 1987, p. 34).

Em geral, a sustentabilidade enquanto conceito se remete a busca constante do equilíbrio relativo à interação de uma espécie com os recursos de seu ambiente (Oliveira, 2017 *et al.*). Dessa maneira, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável vêm cooperar para a disseminação do entendimento sobre a possibilidade de a geração presente colaborar com as futuras de maneira a encontrar o equilíbrio ideal para a continuidade da vida (Unesco, 2009).

O conceito de sustentabilidade foi muito bem apresentado e classificado em oito dimensões por Sachs (2008): social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e internacional.

Pode-se perceber que a supracitada taxonomia intrínseca à sustentabilidade mostra a sua tamanha complexidade e inclusive evidencia a suscetibilidade do tema para lidar de forma mais eficaz, eficiente e efetiva com as diversas áreas de conhecimento.

O desenvolvimento sustentável visa a melhoria da qualidade de vida e controle do uso dos recursos naturais, com o objetivo de respeitar a sua capacidade de regeneração. Para isso, precisa de ser melhor compreendido e cientificamente fundamentado (Marujo, 2016). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) concretizam-se neste embasamento científico com a criação de metas e de indicadores que balizam corretamente o progresso da sociedade (Pnud, 2015).

A maior dificuldade está na (re)construção contínua de um modo de vida responsável e verdadeiramente sustentável com a integração da equidade ecológica integral, proporcionando uma sociedade melhor para todos (Pestana; Parreira, 2016).

Nesta perspectiva, a cultura é um requisito fundamental para a evolução das instituições. É por seu intermédio que se criam os costumes capazes de rotular vivências em distintos contextos e ambientes. Na cultura estão as formas de regulação da nossa convivência e da comunicação em sociedade (Geertz, 1989).

Cultura é um termo de difícil mensuração que em geral é empregado no cotidiano com diversos sentidos; entretanto, não tem significado tangível e amplamente aceite. Throsby (2001) usa o conceito para descrever o desenvolvimento intelectual e espiritual da civilização. Na linha dessa definição, espera-se que a cultura possa facilitar a criatividade, e a complexidade relacional, para beneficiar situações mais responsáveis com o ambiente (Morin, 2013).

A cultura não é estática, muito pelo contrário, está em constante mutação e sempre em conformidade com as vivências contextuais complexas e de seus integrantes (MORIN, 2008). Outra condição a ser priorizada é a estética, a qual deve ser privilegiada, sobretudo, por causa de sua essência ser fundamental.

Assim como, os valores culturais que sempre demonstraram forças são aspectos contundentes para as novas gerações redesenharem diferentes contextos culturais e todas as incontroláveis demandas de sociedades cada vez mais dinâmicas. Estas conjunções podem ser observadas em movimentos contraculturais (punk ou funk) que evidenciam as mudanças de valores culturais.

O que possuíam força no passado se enfraquecem no novo contexto vivido pelas novas gerações, a depender das novas necessidades que surgem, já que o mundo social também não é estático (Geertz, 1989). Movimentos contraculturais, como os sinalizados são exemplos claros do processo de mudança de valores culturais que algumas sociedades viveram de forma efetiva e generalizada.

A cultura nas suas contextualizações tem muitas possibilidades para redimensionar as suas mais diversificadas atividades. Porque além do mais, é interessante sempre ter em mente que qualquer cultura é tão válida quanto cultura hegemônica (Ghiraldelli Júnior, 2012).

E por fim, a gestão é outro elemento de tamanha relevância para o desenvolvimento, principalmente, por proporcionar a organização de todos os processos necessários para a prospecção das instituições.

Nesta investigação, a gestão será trabalhada a partir de suas áreas funcionais - pessoal, logística, finanças, marketing e Pesquisa e Desenvolvimento - por ser entendida como preponderante para se repensar o próprio sistema de gestão; afinal, todos os sistemas são empreendimentos do sistema em prol de sua desenvoltura.

Essas mencionadas áreas possuem características necessárias, mas não suficientes, para contribuir para um desempenho contínuo, circunstâncias que deveriam ser comuns para com os processos gerenciais.

O sistema de gestão é a condição mais importante para a provisão das estratégias nas instituições, independente de suas complexas peculiaridades. Nenhuma instituição terá êxito se não tiver uma gestão organizada e integrada (Gassenferth, 2015).

Desse modo, a promoção de uma nova cultura passa pela compreensão da gestão como aliada estratégica para o desenvolvimento de uma cultura sustentável e mais responsável capaz de lidar com a organicidade e dinamismo da sociedade em constantes mudanças.

3. INTERESSE E CONTEXTO EMPÍRICO

Esta investigação tem como contexto o Estado do Rio de Janeiro e algumas de suas Escolas Públicas Municipais; cabe lembrar que a gestão foi o foco do estudo, justamente, na busca de uma cultura sustentável.

O Rio de Janeiro já foi a capital do país e o Estado do Rio é atualmente o terceiro em população, é o segundo em participação no Produto Interno Bruto do Brasil e é sem dúvida uma referência na cultura brasileira.

O Estado do Rio de Janeiro é dividido em oito regiões e a investigação buscou contemplar todas as regiões, sendo cada qual representada por um Município, Secretaria de Educação e Escolas, valorizando suas realidades, culturas, valores, costumes e diferenciadas práticas educacionais e sociais.

A escolha das regiões do Estado e respectivos municípios, fontes da investigação de campo foi a seguinte: Metropolitana (Niterói), Noroeste Fluminense (Itaocara), Norte Fluminense (São Fidelis), Baixadas Litorâneas (Saquarema), Serrana (Nova Friburgo), Centro-Sul Fluminense (Paty do Alferes), Médio Paraíba (Piraí) e Costa Verde (Mangaratiba) (Figura 1).



Figura 1 - Mapa Regional do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: http://www.ceperj.rj.gov.br/noticias/Mar_14/27/novo_mapa.html (2016)

Para conhecer o processo de gestão e sua relação com a sustentabilidade, foram visitadas duas escolas em cada um dos oito municípios. A autorização para visitação foi agendada com as Secretarias Municipais de Educação por meio de telefone e/ou e-mail.

Nessa ocasião era enviado um roteiro sobre o que se deseja das escolas durante a visita e também um questionário que seria o objeto norteador de toda a Reunião para se conhecer situações impulsionadoras de cultura a partir da gestão. Foi feita a solicitação e obtida a autorização para divulgação pelas Secretarias Municipais de Educação como participantes efetivas desta investigação.

Outra condição que foi considerada necessária foi o cuidado com o sigilo profissional, ética e para o melhor entendimento da pesquisa e suas necessidades, não em ordem regional; mas, sim aleatoriamente, assim os Municípios/Escolas serão representados através de letras: A, B, C, D, E, F, G e H.

Em relação à preocupação comum que as Secretarias Municipais de Educação têm com a sua imagem faz-se mister evidenciar que todas as Secretarias de Educação objeto desta investigação, sem exceção, se mostraram com potencial para a busca constante de melhoria de melhor desempenho administrativo e pedagógico.

Todos os encontros presenciais foram nos Municípios. Nos encontros houve a efetiva participação integrativa dos pesquisadores com os membros do sistema da gestão educacional.

Tal composição de profissionais oportunizou trabalhar com métodos e técnicas de pesquisa variadas. Mas, o grupo focal foi a técnica utilizada para a apreensão das informações necessárias sobre a gestão e a sustentabilidade das Escolas para o desenvolvimento da cultura baseada na sustentabilidade.

As atividades começaram com as apresentações dos pesquisadores e depois de todos os profissionais das escolas se apresentarem foi realizada uma explanação bem detalhada sobre os objetos de estudo orientador da investigação - cultura sustentável - e suas necessidades e consequentes compreensões e entendimentos.

Naquela oportunidade, esclareceu-se sobre a nova visão de gestão na contemporaneidade, pois se entende ser necessário que a gestão seja compreendida a partir de suas destacadas áreas - pessoal, logística, finanças, marketing e pesquisa e desenvolvimento - circunstância interessante para se repensar a gestão da Educação e, ainda, sobre a sustentabilidade, necessariamente, em todas as suas dimensões: política, social, econômica, ambiental e cultural.

Logo, foi claramente exposto que não se desejava investigar a gestão da Escola, mas, sim, se desejava compreender como funcionava a gestão e a sustentabilidade da Escola numa perspectiva mais emergente e tempestiva às demandas culturais e socioambientais (Veiga, 2014).

Ademais, registra-se que os questionários e seus respectivos conteúdos foram dados a conhecer antecipadamente aos inquiridos, situação que facilitou conhecerem melhor as questões/temáticas que orientariam o encontro, o que favoreceu bastante o dinamismo à atividade técnica utilizada: grupo focal.

4. METODOLOGIA

Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, observacional e grupo focal, assim como um questionário e entrevistas de apoio (Gil, 2010; Vergara, 2015). Acredita-se que tais condições permitiram a apreensão dos dados e informações necessárias para se definir a pesquisa.

O questionário composto por 10 questões se dividiram da seguinte forma: as questões 1 e 2 se relacionavam à gestão e sustentabilidade na escola; as questões 3 a 7 relacionadas áreas funcionais da gestão na escola e as demais questões 8 a 10 sobre a cultura e sua relações com o contexto educacional e a sociedade.

As pesquisas bibliográficas foram realizadas para fundamentar com a necessária propriedade as investigações e todas as exequíveis informações quando do momento das interações estratégicas sobre as variáveis do estudo (Nonaka; Takeuchi, 2008; Robbins, 2014; Senge, 2010).

A pesquisa observacional foi utilizada como instrumento de integração e validação do significado dos diversos dados obtidos de modo a consolidar a qualidade da pesquisa.

O grupo focal foi a técnica de investigação estratégica para trabalhar com os grupos, de acordo com as três modalidades propostas por Morgan (1997).

Assim, a realização de grupos focais em escolas de oito municípios do Estado do Rio de Janeiro, representando suas regiões - Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde, proporcionou compreender melhor algumas características locais sobre a sua cultura.

Contudo, todas essas condições somente foram possíveis a partir de um contato prévio com as Secretarias Municipais de Educação e o envio do questionário que orientaria toda a atividade presencial.

Ademais, evidencia-se que nesse percurso o grupo focal foi adotado como procedimento estratégico para apreensão de informações. Para Kamberelis e Dimitriadis (2013), o grupo focal é uma proposta multimétodos qualitativos que integra seus resultados com os da observação participante e da entrevista em profundidade.

Trata-se de uma fonte interessante e primordial para a apreensão das características necessárias às áreas funcionais da gestão e também das dimensões da sustentabilidade com foco na cultura potencial dessa integração.

Todas as referidas ações metodológicas contribuíram para suscitar informações diferenciadas para a melhor compreensão sobre o que se objetivava com a investigação.

5. RESULTADOS

de Janeiro pretende conhecer para se tentar compreender a ambiência cultural para se pensar novas alternativas, pois se espera poder subsidiar a promoção de uma cultura favorável a um ambiente progressivamente mais democrático, participativo e transparente para o empreendimento de ações efetivas capazes de promover o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade socioambiental.

Em caráter exploratório, a aplicação do questionário constatou o seu atendimento as necessidades para que foi proposto: foi eficaz e eficiente para se conhecer como funciona a gestão educacional e a sustentabilidade e, sobretudo, a sua contribuição para se conhecer e conceber a cultura.

Na sequência, os resultados efetivos do campo serão apresentados de maneira condensada, compreendendo todas as escolas que participaram dos procedimentos metodológicos utilizados - grupo focal e questionários - como os mais adequados.

Evidencia-se que, nesse momento, as atividades nos grupos focais iniciaram-se pelas questões do questionário. As primeiras questões (1ª e 2ª), respectivamente, relacionavam-se à satisfação sobre a gestão educacional e a presença da sustentabilidade no que concerne a práticas efetivas adotadas para tal finalidade na Escola.

Quase por unanimidade, os processos de gestão foram avaliadas como satisfatórios, exceto uma Diretora (Escola H) que a considerou insatisfatória porque acreditava que esta seria a condição para estar continuamente em busca de sua melhoria

e consequente satisfação (Gráfico 1). Já em relação a presença da sustentabilidade nas Escolas, esta situação não se repetiu porque relacionaram tal condição ao entendimento sobre sustentabilidade, na ocasião da prévia apresentação, sobre o tema.

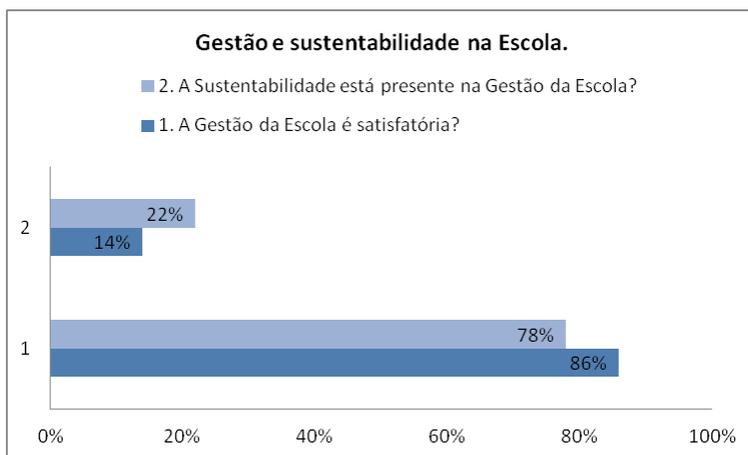


Gráfico 1 - A Gestão da Escola e a presença da Sustentabilidade na Escola.

Após as considerações sobre essas duas questões, os resultados (gráfico 1) podem ser observados no que se refere à satisfatória gestão na escola (86%) e também na presença da sustentabilidade na gestão na escola (72%) serem condições orientadoras da investigação (gestão educacional e sustentabilidade); assim, convertendo-se em fatores que possibilitaram perceber através das reflexões dos professores que o redimensionamento da visão de gestão relacionadas às suas áreas e, da mesma maneira, da sustentabilidade para com as suas dimensões estavam muito distantes do que efetivamente é desenvolvido na Escola.

Para tanto, consideram fundamental a promoção de um processo de formação especializado sobre a gestão e a sustentabilidade, justamente, por serem condições importantes para se atuar mais proativamente na busca do desenvolvimento sustentável na educação.

Na sequência, as questões 3, 4, 5, 6 e 7 do questionário pertinentes às áreas da gestão e, em especial, às suas peculiares características que são objetos de

contribuição para o desenvolvimento de uma cultura na perspectiva da sustentabilidade (Gráfico 2).

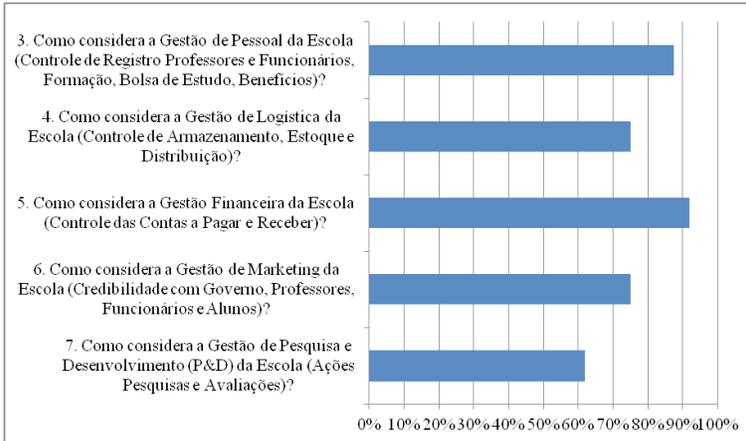


Gráfico 2 - Áreas funcionais da gestão.

A gestão de pessoas busca o empreendimento dos profissionais a fim de mantê-los mais proativos e responsivos para melhor atenderem uma clientela cada vez mais esclarecida e consciente de seus direitos e deveres. Com esses requisitos 87,40% dos profissionais respondentes consideram a gestão de pessoas das Escolas satisfatória.

Em relação à logística, trata-se de situações diversas que estão ligadas às operações; assim, possibilitando um maior controle estratégico de todas as suas ações e/ou atividades para o desenvolvimento da instituição. Consideram a logística da Escola positiva 75% dos Profissionais.

A gestão de finanças trata de todas as atividades de caráter financeiro relativa às entradas e saídas de verbas, orçamentos e controle das contas das instituições e 92% as consideram como área que é desenvolvida com muita responsabilidade e confiabilidade.

A gestão de marketing na instituição de ensino se relaciona à relevância dos clientes interno e externo, ao relacionamento da escola com o governo e comunidade com o intuito de promover suas atividades e conseguir credibilidade e visibilidade. Nesta área 75% dos profissionais a consideram positiva.

A área da gestão pesquisa e desenvolvimento (P&D), apesar de não ter sido bem compreendida de início e no final não ficou muito diferente; propiciou a percepção

de sua importância para lidar com as inovações e adversidades provenientes da era da informação no ambiente educacional. Dessa maneira, 62% compreenderam que a escola trabalha a questão, embora timidamente.

Além dessas questões, a cultura (questões 8, 9 e 10) foi o principal foco de convergência para se auferir informações sobre condicionantes que se relacionam com a educação e todas as suas especificidades para com a sustentabilidade (Gráfico 3).

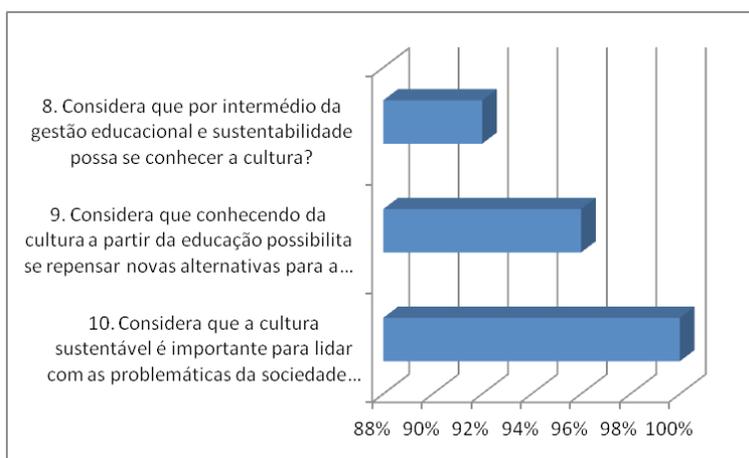


Gráfico 3 - Cultura e suas estratégias.

Nessa direção, observou que os profissionais em percentual superior a 86%, 94% e 100%, respectivamente, consideram que a gestão educacional contribui satisfatoriamente para o empreendimento da cultura, favorece as reflexões para se repensar novas alternativas para o desenvolvimento e, ainda, a cultura sustentável é fundamental para lidar com as problemáticas locais e favorecer o ambiente global.

O resultado efetivo da pesquisa foi à concretização do seu objetivo, ou seja, conceber a cultura como um possível e diferencial agente potencial de transformação quando aliada à educação e sustentabilidade, condições que favorecem a criação de alternativas capazes de empreender uma cultura sustentável.

Por fim, os resultados também mostram a integração de temáticas que favorecem o contínuo surgimento de possibilidades que suscitam uma cultura como fator norteador do desenvolvimento sustentável.

6. CONCLUSÕES

Pode-se concluir que uma pesquisa que integra as expressivas temáticas - educação, cultura, gestão e sustentabilidade -, ou seja, uma “unidade estratégica” contribui notadamente para o empreendimento de uma cultura sustentável, a qual deveria passar a ser um imperativo para o desenvolvimento estratégico da cultura na sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, a gestão das Escolas se converte num fator diferenciado, principalmente, por se tratar da base propulsora da sociedade - educação - e do seu desenvolvimento sustentável; assim, ratificando sua importância para a evolução da sociedade.

Na intenção de se coadunar com as exposições, percebeu-se a necessidade de uma gestão mais responsável e comprometida com uma educação melhor para todos numa sociedade em constante transformação, onde seus diversos processos podem colaborar para a promoção da cultura.

Outro fator que deve ser evidenciado é a preocupação que os municípios e suas escolas tiveram com a sua imagem. Dessa forma, é importante evidenciar que todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, objeto desta investigação, sem exceção, denotaram suas potencialidades para enfrentar os desafios do mundo globalizado.

Todos os dados e as consequentes informações proporcionaram auferir uma ausência de sustentabilidade em todas as suas dimensões - política, social, econômica, ambiental e cultural - e nas áreas funcionais das gestões educacionais - pessoal, logística, finanças, marketing e pesquisa e desenvolvimento - tão importantes para se repensar a gestão na contemporaneidade. Além disso, serviram para compreender que a gestão sustentável pode ser uma aliada importantíssima para se redesenhar a cultura local em consonância com a global.

Portanto, compreende-se que a gestão educacional na contemporaneidade é uma condição norteadora de uma possível mudança da forma ser, estar e vivenciar a ambiência cultural. Isto porque, num *continuum*, a cultura precisa de estratégias mais criativas, críticas e inovadoras capazes de favorecer, com mais magnitude, uma mudança cultural na sociedade com a intenção de contribuir para se reconstruir uma maior responsabilidade socioambiental.

Nessa dimensão, corrobora-se o proatividade deste trabalho investigativo por proporcionar compreender a complexidade da questão cultural e, ainda, as

fragilidades dos sistemas de gestão das instituições educacionais no Estado do Rio de Janeiro para se refletir sobre a cultura.

Por certo, ações e/ou atividades desprovidas do compromisso com a sustentabilidade e com as políticas globais institucionalizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dificilmente contribuirão para a promoção de uma cultura sustentável. Isto porque estes objetivos foram propostos para contribuir para uma sociedade global mais digna e melhor para todos; portanto, propõe-se que sejam norteadores da busca do desenvolvimento sustentável tão necessário à sociedade local/global.

Não obstante, políticas educacionais responsáveis, compromissadas e mais alinhadas com práticas sustentáveis favorecerão ações mais responsáveis de maneira a contribuir para o desenvolvimento de hábitos culturais mais ambientáveis.

Finalmente, por certeza o eixo motriz da sociedade - educação - aliado à cultura e à gestão sustentável tornam-se, indubitavelmente, condições fundamentais para se repensar ações mais estratégicas capazes de empreender uma cultura sustentável provedora de responsabilidade socioambiental na sociedade contemporânea.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEPERJ - Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas. *Censo*. (2016). - Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html>. Acesso em: 13 mai. 2016.
- FREIRE, P. (2003). *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez - Instituto Paulo Freire.
- FREIRE, P. (2006). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- GADOTTI, M. (1992). *Escola vivida, escola projetada*. Campinas: Papyrus.
- GASSENFERTH, W. (2015). *Gestão de Negócios e Sustentabilidade*. Walter Gassenferth... [et al.] Rio de Janeiro: Brasport.
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos S.A.
- GIL, A. C. (2010). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- GHIRALDELLI JÚNIOR. P. (2012). *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri/SP: Manole.

- GUERRA, J.; SCHMIDT, L. Concretizar o wishfull thinking - dos ODS à COP 21. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. XIX, n. 4, p. 157-174. out.-dez. 2016.
- KAMBERELIS, G.; DIMITRIADIS, G. (2013). *Focus Groups: From structured interviews to collective conversations*. New York: Routledge.
- MARIOTTI, H. (2007). *Pensamento complexo: suas implicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas.
- MARUJO, M. P. (2016). *Gestão Sustentável: condição essencial e possível*. 2 ed. São Paulo: Perse.
- MORIN, E. (2008). *Ciência com Consciência*. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MORIN, E. (2013). *A via para o futuro da humanidade* (Trad. Edgard Assis de Carvalho, Mariza Perassi Bosco). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MORGAN, D. (1997). *Focus group as qualitative research*. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. (2008). *Gestão do conhecimento*. Porto Alegre: Bookman.
- OLIVEIRA, M. M. D. ... (et al.). (2017). *Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade*. [recurso eletrônico] Caxias do Sul - RS: Educus.
- PESTANA, M. H.; PARREIRA, A. (2016). Human resources student's sensitivity to factors of sustainability. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 91, p. 337-358, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362016000200337&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362016000200004>.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2015). *Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Brasília: PNUD.
- REDCLIFT, M. R. Desenvolvimento sustentável (1987-2005) - um oxímoro atinge a maioria. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12. N. 25, p. 65-84, jan.-jun. 2006.
- ROBBINS, S. P. (2014). *Fundamentos do Comportamento Organizacional*. 12ª ed. São Paulo: Pearson.
- SACHS, I. (2008). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SENGE, P. (2010). *A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende*. 26 ed. Rio de Janeiro: BestSeller.

- THROSBY, D. (2001). *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2009). *Framework for Cultural Statistics (FCS)*.
- VEIGA, J. E. (2014). O âmago da sustentabilidade. *Estud. av. vol. 28 n. 82*. São Paulo. Oct./ Dec.
- VERGARA, S. C. (2015). *Métodos de pesquisa em administração*. 6 ed. São Paulo: Atlas.
- WCED - World Comission on Enviromental and Development. (1987). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press.

CONTRIBUTO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A GESTÃO DE PESSOAS E SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Aida Ferreira¹

Angélica Figueira²

RESUMO

Este artigo pretende salientar a importância da gestão de pessoas para a sustentabilidade de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e dar visibilidade ao papel do Serviço Social na gestão técnica destas organizações.

Assente num estudo de caso, foi utilizada uma metodologia mista, triangular, qualitativa, com recurso à entrevista semidiretiva realizada às direções institucional e técnica, e por uma metodologia quantitativa com recurso a dois questionários, um aplicado aos colaboradores e outro aos clientes/utentes. Paralelamente, foi efetuada uma pesquisa e análise documental. Os resultados obtidos demonstram que na organização em análise, o colaborador como capital humano primordial contribui para a sustentabilidade da mesma. Tal facto deve-se à perspectiva sempre presente de humanização que passa, sobretudo pela forte valorização dos colaboradores, como pessoas, repercutindo-se também a sua satisfação no acolhimento e acompanhamento dos clientes/utentes e, conseqüentemente nos serviços prestados à comunidade exterior onde a organização está inserida.

Palavras Chave: *Serviço Social; IPSS; Sustentabilidade; Gestão; Gestão de Pessoas.*

1 Docente ULHT

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8576-2482>

2 Assistente Social ASSF Centro de Pesquisa e Estudos Sociais (CPES). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Serviço Social

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0237-6621>

Abstract

This article intends to emphasize the importance of people management for the sustainability of a Private Institution of Social Solidarity, and to give visibility to the role of Social Work in the technical management of these organizations.

Based on a case study, a mixed, triangular, qualitative methodology was used, using a semi-directional interview conducted in the institutional and technical directions, and a quantitative methodology using two questionnaires, one applied to employees and the other to clients / users. At the same time, a documentary research and analysis was carried out. The results show that in the organization under analysis, the collaborator as primordial human capital contributes to the sustainability of the same. This is due to the ever-present perspective of humanization, which is mainly due to the strong appreciation of employees as individuals, and their satisfaction in receiving and accompanying clients / users and, consequently, in the services rendered to the outside community where the organization is inserted.

Keywords: Social Work; IPSS; Sustainability; Management; People management.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como base a investigação realizada no âmbito de um mestrado³ cujo título foi: “*A importância da gestão de pessoas para a sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social - O caso do Centro Solidariedade e Cultura de Peniche*”. A investigação foi desenvolvida com o intuito de aprofundar o conhecimento científico da gestão de pessoas e o seu contributo para a sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

A sustentabilidade é na actualidade fundamental, nas organizações lucrativas e não lucrativas. Assim sendo, gerir os recursos das organizações do setor social é um dos trunfos para que as mesmas entrem no caminho da autosustentabilidade (Azevedo, Franco & Meneses, 2012). Atualmente, estas Organizações, também designadas por Organizações do Terceiro Setor confrontam-se com algumas limitações, entre as quais, os financiamentos reduzidos, a insegurança do quadro de pessoal, associadas consequentemente, à instabilidade financeira e à falta de profissionalização dos colaboradores, colocando assim por vezes em causa a sua missão social. Verifica-se também que, quanto mais aumenta a importância destas organizações mais cresce a exigência quanto ao seu desempenho e a reflexão sobre a sua sustentabilidade (Amador, 2013).

3 Serviço Social: Gestão de Unidades Sociais e de Bem-estar. Instituto de Serviço Social, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

A sustentabilidade do Terceiro Setor pode ser analisada tendo em conta diferentes pontos de vista: relacionada com a capacidade de gestão, sob a óptica do relacionamento com os stakeholders, ligada à dimensão de planeamento estratégico, assente em duas vertentes: a dimensão sistémica e a dimensão gerencial, e, a melhor combinação entre o capital humano, financeiro e social.

Deste modo, um dos desafios da eficiência das organizações assenta na profissionalização dos seus colaboradores, assim, o desafio da sustentabilidade envolve não apenas as questões financeiras mas também as questões do capital humano. A relação entre práticas de gestão de pessoas e a sustentabilidade das IPSS tem vindo a ser referida e sugerida na literatura. Pelo que se considera este estudo, apesar de ser um estudo de caso, portanto limitado ao objeto em análise, como um contributo para o avanço do estado da arte de investigações nesta matéria. Ele vai contribuir para o aumento do conhecimento relativamente às relações entre a gestão de pessoas e a sustentabilidade das IPSS incorporando também a dimensão da importância da gestão técnica que tem vindo a ser cada vez mais desempenhada pelo Serviço Social. Para além desta abordagem sucinta privilegia-se, sobretudo a metodologia científica seguida e os resultados obtidos.

2. SERVIÇO SOCIAL E GESTÃO DE PESSOAS

O Serviço Social como a profissão de intervenção social mais antiga, com mais de cem anos, tem conjugado ao longo dos anos os princípios e valores que o informam desde sempre, com as alterações e dinâmicas constitutivas das políticas sociais integradoras do Estado Providência. Assim sendo, os cidadãos de cada Estado Nação usufruem de direitos humanos e sociais de acordo com a filosofia de sociedade, organização e riqueza de cada Estado. O domínio dos direitos sociais atua como mediador entre os indivíduos em situação de desvantagem social e as estruturas sociais existentes no quadro político constitucional.

A responsabilidade das respostas institucionais e a estrutura destas, organização e funcionamento também têm peculiaridades próprias em cada Estado. Portugal está inserido no modelo Europa do Sul⁴, onde as organizações sociais de resposta aos problemas sociais estão na sua maioria inseridas no Terceiro Setor do qual as IPSS são parte integrante. Não ignorando que a sustentabilidade das organizações

⁴ O modelo Europa do Sul desenvolvido por Esping- Andersen (1990) inclui Portugal, Grécia, Espanha e Itália, significando que o Estado reparte a sua responsabilidade com o mercado e o Terceiro Setor. A par deste modelo, o autor analisa os modelos: Continental, Anglo-saxónico e Escandinavo com referência ao conjunto dos modelos de Estado Providência na Europa.

depende de recursos financeiros, humanos e materiais, interessa aqui salientar os recursos humanos, considerados como a gestão de pessoas. Na intervenção social o Serviço Social tem como fundamento os Direitos Humanos e valores sociais relacionados com as respostas a necessidades primárias e básicas. Vários estudos realizados em Portugal têm indicado que a maior percentagem das despesas nestas organizações não lucrativas resulta do quadro de pessoal, apesar destes colaboradores receberem abaixo da média nacional. (Almeida, 2011). É neste sentido que a gestão de pessoas e o bom clima organizacional, têm repercussão na satisfação dos trabalhadores e conseqüentemente nos serviços fornecidos à comunidade. Assim sendo, interessa perceber o modo como é exercida a gestão de pessoas, na sua maioria por assistentes sociais e se essa gestão contribui para a sustentabilidade das IPSS.

Não sendo objetivo nesta comunicação elencar o número de assistentes sociais que desempenham o cargo de diretor técnico, mas pela observação *ad hoc* reconhece-se que são em número muito elevado. Daí, a necessidade de criação do mestrado acima referido ligado à disciplina do Serviço Social. Nesta investigação foram ouvidas três Diretoras Técnicas cuja perspetiva de avaliação do seu cargo, no sentido de gestão de pessoas, será realçada mais à frente.

3. SUSTENTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR

O conceito de sustentabilidade organizacional do Terceiro Setor é amplo, complexo e multidimensional. Neste sentido a sustentabilidade pode ser analisada tendo em conta diferentes perspetivas consoante os autores.

A sustentabilidade relacionada com a “alta capacidade de gestão, participação, integração, iniciativa, produção, articulação, mobilização, organização, aliada a um alto grau de conscientização, identidade e objetividade comum” (Melo e Froes, in Oliveira, 2011: 110).

Já o autor Roque, (2012) salienta a óptica do relacionamento com os stakeholders, ou seja, o relacionamento das organizações com as partes interessadas nomeadamente: os beneficiários, os financiadores, os colaboradores e os elementos da direção, entre outros, porque o envolvimento destes influencia o desempenho da organização, contribuindo assim para a sua sustentabilidade.

Junior, Queiroz, Hékis, Lima, & Furukava, (2012) enfatizam a dimensão de planeamento estratégico, uma vez que as organizações necessitam de adotar uma forma de gestão que possibilite o planeamento com o estabelecimento de objetivos

e metas que favoreçam a continuidade das suas atividades, gerando instrumentos que possam medir o desempenho financeiro e não financeiro, com o intuito de desenvolver ações estratégicas para o seu crescimento e sustentabilidade.

Para Armani (2003) a sustentabilidade organizacional assente em duas vertentes: a dimensão estratégica e a dimensão gerencial. A dimensão sistémica está associada a fatores externos à organização, relacionamento da organização com seu meio ambiente, referindo-se à posição sociopolítica da instituição. A esta dimensão associam-se os seguintes conceitos: a) capacidade de accountability, b) capacidade de advocacy, c) gestão da imagem, d) administração de parcerias; e, e) sistema legal. A dimensão gerencial está associada à gestão e capacidades de eficácia e eficiência organizacional. A esta dimensão da sustentabilidade estão inerentes os seguintes conceitos: f) gestão estratégica, g) gestão de pessoas e, h) administração de recursos.

Por fim e em síntese, Azevedo et. al., (2012) consideram a sustentabilidade das organizações a melhor combinação entre o capital humano, financeiro e social.

4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

4.1. Objeto, Objetivos e Hipóteses

A definição do problema de investigação é essencial por vários motivos, designadamente: centraliza a investigação numa área concreta, estrutura o projeto, delimita o estudo, orienta a revisão da literatura para a questão principal. É também uma referência para redigir o projeto e indica os elementos fundamentais a obter (Coutinho, 2011). As práticas de gestão de pessoas para a sustentabilidade de uma IPSS são o objeto de pesquisa e o propósito do estudo realizado partiu da seguinte questão: Qual a importância da gestão de pessoas para a sustentabilidade de uma IPSS?

Considerando a revisão da literatura realizada, o objetivo geral desta investigação implicou compreender captar as percepções do diretor geral, direção técnica, colaboradores e clientes.

Como objetivos específicos propuseram-se: 1) relacionar as práticas de gestão de pessoas com a sustentabilidade; 2) identificar desafios futuros para garantir a sustentabilidade; 3) identificar as práticas de gestão de pessoas desenvolvidas numa IPSS; 4) caracterizar as práticas e procedimentos de gestão de pessoas nas dimensões: recrutamento e seleção; acolhimento; análise e descrição de funções;

formação; avaliação de desempenho; motivação e gestão de recompensas; 5) perceber como se efetua a participação das pessoas na gestão da instituição; 6) analisar o entendimento dos colaboradores relativamente às práticas desenvolvidas na organização para a gestão de pessoas; e, 7) analisar o grau de satisfação dos clientes quanto ao desempenho do pessoal traduzido nas respostas sociais.

Este estudo partiu das seguintes hipóteses: 1) a sustentabilidade organizacional implica providenciar uma cultura de melhoria contínua e qualificação dos colaboradores, 2) a gestão das pessoas contribui fortemente para a IPSS atingir a sua missão e objetivos, constituindo-se como uma prioridade para a sua sustentabilidade; 3) a prática de gestão de pessoas é também condicionada pela situação financeira da organização e pela conjuntura económica do país.

4.2. Métodos e Técnicas

Uma abordagem triangular permite recolher e analisar tanto dados quantitativos como qualitativos, utilizando vários métodos e técnicas de investigação no mesmo estudo. Neste sentido, recorreu-se a uma metodologia mista através da triangulação de métodos na colheita de dados. A investigação foi baseada num estudo de caso em que foram aplicadas diferentes técnicas de recolha e tratamento de dados. Isto porque, empregar apenas um dos paradigmas na investigação pode ser um obstáculo ao desenvolvimento das ciências sociais (Fonseca, 2008). *“Analisar os problemas sociais exige abordagens diversificadas que combinem o que de melhor tem para dar cada um dos paradigmas”* (Coutinho, 2011 p. 32). Em vez de se pensar nas abordagens qualitativas e quantitativas como incompatíveis, deve-se vê-las como complementares para melhorar o entendimento do fenómeno social em análise (Fonseca, 2008; Meirinho & Osório, 2010).

4.3. Estudo de caso e seleção da Organização

Um estudo de caso pressupõe uma investigação sobre uma situação específica, especial, única, de um indivíduo, um pequeno grupo, uma organização, uma comunidade ou mesmo uma nação (Coutinho, 2011). O presente estudo de caso foi desenvolvido numa organização - o Centro Solidariedade e Cultura de Peniche (CSCP).

O estudo de caso pode definir-se como uma descrição intensiva, holística e uma análise de um fenómeno, de uma instituição integrada num contexto específico e particular. A utilização de estudo de caso neste trabalho foi uma estratégia

adequada para responder à questão inicialmente colocada. Tal como afirma Coutinho (2011 p. 295)

Na investigação em CSH [Ciências Sociais e Humanas] abundam mais os estudos de caso de natureza interpretativa/qualitativa, não menos verdade é admitir que, estudos de caso existem em que se combinam com toda a legitimidade métodos quantitativos e qualitativos.

Trata-se de um estudo instrumental, descritivo, exploratório e único. É instrumental porque se pretende compreender a importância da gestão de pessoas para a sustentabilidade das IPSS's, e para o efeito, escolheu-se uma de muitas IPSS's existentes no país para compreender o fenómeno da sustentabilidade associado à gestão de pessoas. Desta forma, o CSCP, objeto do estudo de caso, acabou por ser o 'instrumento' para chegar à compreensão do assunto em causa, isto é, para aumentar o conhecimento sobre a problemática. É descritivo e simultaneamente exploratório: descritivo porque se descrevem as práticas de gestão de pessoas e, como as mesmas contribuem para a sustentabilidade no contexto da organização em estudo através da perceção das chefias, colaboradores e clientes; exploratório porque a finalidade desta dissertação foi contribuir para o aumento dos conhecimentos, procurando identificar e explicar as relações entre a gestão de pessoas e a sustentabilidade, bem como levantar algumas hipóteses sobre as suas relações. É único, pois a investigação alude a um estudo de caso único realizado apenas numa IPSS - o CSCP. Esta escolha não assenta em critérios probabilísticos, mas sim em critérios paradigmáticos e teóricos (Coutinho, 2011). A escolha da IPSS foi intencional e recaiu sobre o CSCP, por facilidade de acesso e proximidade da residência da investigadora e também, por um lado, por ser a de maior relevo no concelho de Peniche, pela sua história, pela sua área de abrangência, pelo número de respostas que tem em funcionamento, pelo número de utentes e pelo número de colaboradores que abrange. Por outro lado, porque a organização tem em funcionamento padrões de qualidade que resultam do processo, em marcha, para a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Esta implementação juntamente com a celebração de acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social tem implicações a diversos níveis, designadamente ao nível da gestão de pessoas.

4.4. Recolha e tratamento de dados

Escolhida a organização a recolha de dados implicou vários procedimentos tais como análise documental, entrevistas, questionários. Assim, a recolha de dados

baseou-se no princípio do pluralismo metodológico que defende a utilização de diferentes técnicas de recolha de dados, privilegiando-se a estratégia de cruzamento ou triangulação dos dados de maneira a obter uma visão abrangente do fenómeno em estudo (Coutinho, 2011). Foram utilizadas várias técnicas para recolha de dados de maneira a obter diferentes perspetivas, tais como: a realização de entrevistas exploratórias, de entrevistas semidiretivas, análise documental, a realização de inquéritos por questionário.

Referindo Coutinho (2011 p. 55) “*O investigador nunca parte do zero.*” Pois existe literatura publicada relevante para situar o novo estudo no contexto e definir um vínculo entre o conhecimento que já existe acerca do objeto de estudo e o que se pretende investigar. Para se perceber como as IPSS’s gerem as pessoas na perspetiva da sua sustentabilidade, para além das leituras, realizou-se uma entrevista exploratória com uma Diretora Técnica de uma cooperativa de solidariedade social, com estatuto de IPSS com a função de gestão de pessoas, uma vez que as entrevistas exploratórias completam as leituras sobre o “*estado da arte*” (Quivy & Campenhout, 1998), dando ao investigador uma visão do fenómeno real que pode reforçar, sensibilizar e trazer outras visões sobre o problema a abordar.

No decorrer da investigação a análise de vários documentos permitiu o acesso a um conjunto de informações como forma de complementar os dados obtidos pelas outras técnicas. A análise documental teve como base os documentos internos elaborados pela organização como os estatutos, os regulamentos internos, os relatórios e planos de atividades, que possibilitaram o acesso a informações sobre a caracterização da IPSS e da sua atividade passada, presente e futura.

Para a obtenção de respostas relacionadas com as perceções e os significados foram realizadas entrevistas ao diretor geral e às três Diretoras Técnicas, partindo de uma autorização prévia escrita, envolvendo o Instituto de Serviço Social, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, (ULHT) a mestranda e o CSCP. Deste modo os contactos estabelecidos permitiram não apenas as relações formais em situação de entrevista, mas também contactos informais de esclarecimentos e informação adicional. Tal como afirma (Coutinho, 2011 p. 101) “*o contato entre o entrevistador e entrevistado, possibilita que o primeiro possa adaptar as questões e /ou pedir informação adicional sempre que tal se revele importante (...).*”

As entrevistas proporcionaram conhecer a importância da gestão de pessoas para a sustentabilidade da IPSS percebido pelos quatro colaboradores que assumem a posição de chefia intermédia entre os corpos sociais da organização e o corpo

de colaboradores. Há um vogal da direção, que tem delegação para o cargo de diretor geral e desempenha funções diárias na organização, e três Diretoras Técnicas afetas às respostas sociais: Creche e Jardim Infantil, Centro de Acolhimento Temporário, e Estrutura Residencial para Idosos. Enquanto colaboradores do CSCP, conhecem todos os procedimentos de gestão seguidos pela organização, e enquanto mediadores, recebem orientações da direção e implementam-nas junto das equipas de trabalho. Simultaneamente, são os elementos que melhor conhecem os grupos de trabalho de cada resposta social devido à proximidade diária que mantêm com todos os colaboradores e com os procedimentos de trabalho diário.

Foram elaborados dois guiões de entrevista, um a aplicar ao diretor geral e outro às Diretoras Técnicas e efetuado o pré-teste. As questões do guião basearam-se na dimensão sistémica da organização contemplando as seguintes categorias: práticas de gestão de pessoas, sustentabilidade, legislação e desafios.

Para o tratamento dos dados resultantes das entrevistas recorreu-se à técnica de análise de conteúdo. Segundo Guerra (2006) esta técnica confronta o quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido. De maneira a obter objetividade, transcreveram-se as entrevistas após registo em áudio e fez-se uma leitura atenta com o objetivo de identificar outras possíveis categorias de análise que permitissem obter resultados no sentido de uma total correspondência com a realidade. De seguida procedeu-se à construção da sinopse das entrevistas.

Assente na técnica de análise categorial, transformou-se a informação obtida nas entrevistas em categorias e subcategorias de análise tomando em consideração a necessidade de lhe dar significado e sentido de forma lógica, criando assim um texto virtual resultante da construção do investigador. *“A análise categorial, consiste na identificação sistemática de elementos ou categorias que permitem transformar todo o texto em unidades de significação, ordenando os dados de uma forma lógica e resumida”* (Morgado, 2012 p. 111). *Concretizando, apresenta-se de seguida, em síntese um quadro (1) identificador das quatro categorias e subcategorias tratadas na análise de conteúdo das entrevistas.*

Quadro 1 - Codificação das entrevistas.

Categoria	Subcategoria
Gestão de pessoas	Funções
	Recrutamento e seleção
	Acolhimento
	Análise e descrição de funções
	Formação
	Avaliação de desempenho
	Motivação/gestão de recompensas
	Participação dos colaboradores: sugestões e reclamações
	Avaliação da satisfação do colaborador
Sustentabilidade	Valorização das práticas de gestão de pessoas
	Da prática de gestão de pessoas ao sucesso da sustentabilidade
	Plano estratégico
	Angariação de recursos
Legislação	Benefícios
	Limitações
Desafios	Futuros das práticas de gestão de pessoas
	Sustentabilidade das IPSS 's

Fonte: elaboração própria.

De maneira a analisar o entendimento dos colaboradores e dos clientes, quanto às práticas de gestão de pessoas na organização utilizou-se o inquérito por questionário, como técnica de recolha de informação. *“Trata-se, portanto de requerer informação a um grupo socialmente significativo de pessoas acerca dos problemas em estudo, para logo, mediante uma análise do tipo quantitativo ou qualitativo, retirar as conclusões que correspondem aos dados recolhidos.”* (Vilelas, 2009 p. 133).

Foram aplicados dois inquéritos distintos. Quanto aos colaboradores os questionários abrangeram o universo de 61 inquiridos. Quanto aos clientes, o universo foi de 248. Realizou-se uma amostra de 15% relativamente a todas as respostas sociais. Assim, foram abrangidos na Estrutura Residencial para Idosos 10 clientes; no Jardim de Infância 14 clientes; e na Creche 11 clientes. *“A característica essencial da amostra probabilística é que se pode especificar para cada elemento da população (escolhido aleatoriamente) a sua probabilidade de ser incluído na amostra”* (Moreira, 1994 p. 77). A amostra de 15% foi uma amostra aleatória simples. Os

questionários foram entregues pelas Diretoras Técnicas aos clientes selecionados. Reuniu-se antecipadamente com as referidas Diretoras Técnicas no sentido de explicar a metodologia de aplicação dos questionários e ainda, o significado e interpretação de cada questão.

Considera-se a escolha desta técnica como sendo a mais adequada por permitir uma rápida recolha de dados, tal como considera Moreira (1994 p. 165) *“permite a abordagem de grandes populações a custos relativamente baixos”*.

Ambos os questionários foram de autoadministração realizados em suporte papel. O tratamento de dados foi feito através do programa informático - folha de Excel da Microsoft e para a análise e apresentação dos dados recorreu-se à utilização de tabelas e gráficos.

Em suma, e tal como refere Moreira (1994 p. 25) *“cada método gera diferentes tipos de dados, todos contribuindo por formas específicas para a compreensão do fenómeno em questão”*.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

No que respeita à forma como a prática de gestão de pessoas é desenvolvida no CSCP, o papel de gestão de pessoas não está atribuído a um departamento em particular. O desenvolvimento e a implementação das referidas práticas advêm da experiência profissional e da formação técnica do diretor geral e das três Diretoras Técnicas com o auxílio do departamento administrativo e financeiro, indo ao encontro do pensamento de Parente (2014 p. 312) *“a conceção das políticas e instrumentos operacionais de gestão de pessoas centraliza-se na direção e responsável (is) afecto (s) à função, com auxílio (ou não) de consultores externos, numa metodologia de formação-ação”*.

Desenvolveu-se a investigação no sentido de identificar as práticas de gestão de pessoas e relacioná-las com a sustentabilidade. Através do estudo de caso, foi possível constatar o seguinte: 1) É do entendimento das chefias intermédias (Diretor Geral e Diretoras Técnicas) e restantes colaboradores que são utilizados métodos para avaliar as competências no momento do recrutamento e seleção de novos colaboradores e que estes são práticas planeadas e documentadas; 2) O primeiro momento do acolhimento do novo colaborador é realizado pelas chefias, e acompanhado pelos colegas de equipa, antes de assumir o seu posto de trabalho, 3) As tarefas e funções a desempenhar são do conhecimento de todos os colaboradores

e cada um sabe a quem se dirigir superiormente uma vez que as normas estão claramente definidas no manual de funções; 4) A formação dos colaboradores desenvolve-se tendo em conta o levantamento das necessidades de formação, contudo, não existe um plano de formação anual. É considerada uma prática fundamental embora nem sempre é possível cumprir com o número de horas estipulado na lei, 5) A avaliação de desempenho é considerada uma prática benéfica mas não é desenvolvida na organização devido à complexidade da sua implementação associada ao fator tempo. Apesar das chefias intermédias entenderem como uma dificuldade de implementação do sistema de avaliação de desempenho a sua aceitação por parte dos colaboradores, estes consideram que a informação recebida atualmente sobre o seu desempenho é útil para a melhoria da sua atitude profissional; 6) A organização não tem implementado um sistema de gestão de recompensas, todavia, as chefias desenvolvem alternativas não financeiras e de modo informal de maneira a motivar e a apoiar os colaboradores. As práticas: recrutamento e seleção, acolhimento e análise e descrição de funções articulam-se e desenvolvem-se com o recurso às seguintes ferramentas: guião de entrevista, manual de acolhimento ao colaborador e manual de funções. As práticas: formação e avaliação de desempenho estão referenciadas no plano estratégico.

As Organizações do Terceiro Setor são confrontadas com a necessidade de gerir as pessoas que nela trabalham e a adoptarem procedimentos, formais ou informais, que podem depender, entre outros, dos seguintes fatores: objetivos, missão, cultura organizacional, contexto e história da organização. No CSCP, a implementação de algumas práticas de gestão de pessoas foram impulsionadas com a introdução do SGQ, impondo a adoção de procedimentos com vista à melhoria dos serviços e a uma maior rentabilização dos recursos.

O diretor geral destaca a formação como uma prática fundamental de gestão de pessoas, indo ao encontro da perspetiva de Parente (2014 p. 310) que afirma: *“a dinâmica que contribui para a promoção do compromisso entre pessoas e organização passa pela adoção de uma gestão estratégica de pessoas em que as diferentes práticas e instrumentos de gestão se complementam entre si”*. As Diretoras Técnicas enaltecem o conjunto de todas as práticas, como um processo e um caminho de construção, o que, por um lado, vem corroborar a hipótese nº1) a sustentabilidade organizacional implica providenciar uma cultura de melhoria contínua e qualificação dos colaboradores e, por outro lado, sugere que se analise

as práticas de gestão de pessoas à luz da perspetiva sistémica dada a forma como interagem e se influenciam.

A gestão estratégica de pessoas aponta para o reconhecimento do papel do colaborador e para o seu envolvimento e participação no projeto organizacional (Parente, 2014). A análise dos dados obtidos na investigação comprova que a participação e o envolvimento dos colaboradores, nomeadamente em reuniões de serviço e atividades extra da organização são práticas frequentes com influência na tomada de decisão e consequências no projeto da organização. Apesar de a organização reconhecer que existe dificuldade em realizar atividades para captar receitas, porque não quer sobrecarregar os colaboradores e desgastar a comunidade, pontualmente são desenvolvidas algumas atividades de angariação de recursos com a participação e envolvimento dos colaboradores. As conclusões do inquérito de satisfação dos colaboradores realizado anualmente são úteis na definição da estratégia organizacional e uma prova evidente do envolvimento e participação dos colaboradores no projeto da organização. Também é possível concluir que existem procedimentos formais documentados, contudo, as chefias optam pela informalidade, privilegiando a relação de proximidade com os colaboradores como por exemplo: existe um sistema formal de sugestões pouco utilizado, devido à abertura e proximidade na hierarquia da organização. Relativamente à importância atribuída à gestão de pessoas, foi possível concluir que na organização em análise, pensa-se que os colaboradores são o capital primordial e a sustentabilidade assenta na humanização da organização, ou seja, as necessidades e os interesses dos colaboradores são considerados no desenvolvimento da atividade diária da organização bem como no seu plano estratégico. Assim, a sustentabilidade passa pela forte valorização dos colaboradores como afirma a diretora técnica da estrutura residencial para idosos:

O sucesso das organizações tem a ver com as pessoas que cá trabalham que são o capital primordial numa instituição como a nossa, sem as pessoas isto não anda para a frente (...) acima de tudo o sucesso centra-se é nas pessoas.

O modelo de gestão de pessoas adotado na organização em estudo é baseado na sua visão, missão e valores assentes no espírito cristão, este resultado vai ao encontro do esperado e permite corroborar a hipótese n.º 2) a gestão das pessoas contribui fortemente para a IPSS atingir a sua missão e objetivos constituindo-se como uma prioridade para a sua sustentabilidade.

A sustentabilidade das Organizações do Terceiro Setor depende do sistema legal para o seu funcionamento. Os resultados do presente estudo, no que diz respeito a esta perspetiva, divergem na medida em que um sujeito-objeto não reconhece benefícios nem limitações na legislação que condicionem as práticas de gestão das pessoas. Os restantes sujeitos-objeto entendem o benefício da legislação no sentido de homogeneizar as normas para todas as organizações do Terceiro Setor, assim como os direitos e deveres quer dos colaboradores, quer das organizações enquanto entidades patronais. Verifica-se a referência a um maior número de limitações provocados pela legislação comparando com os benefícios, especificamente quanto: à idade de aposentação dos colaboradores que cuidam de idosos; à contratação, à remuneração salarial face à categoria profissional, à deslocação de pessoas de uma resposta social para a outra e à atuação em caso de maus tratos a menores. A perceção da maioria dos entrevistados no presente estudo vai ao encontro da abordagem de Salamon e Toepler in Carvalho (2007 p. 161) *“Todo o aparato jurídico que regula o funcionamento das organizações do Terceiro Setor estimula ou dificulta a sua sobrevivência”*. A discussão sobre este assunto gera discórdia, não apenas quanto aos dados recolhidos neste estudo, mas também por parte de vários autores.

Embora se possa concluir que na literatura, os autores não têm apresentado uma definição exata de sustentabilidade, com este estudo pretendeu-se ainda identificar os desafios enfrentados pelas organizações para garantir a sua sustentabilidade. Neste sentido, no que respeita às práticas de gestão de pessoas, constata-se que os desafios futuros são: a implementação da avaliação de desempenho, a implementação de uma filosofia e prática de humanidade, a problemática das carreiras longas para os colaboradores que cuidam de idosos, a melhoraria da comunicação e a inovação na prestação dos serviços. No que concerne aos desafios transversais no presente e no futuro foram identificados como desafios os planos de formação periódicos e adequados e ainda o recrutamento de pessoas com perfil desejado e adequado. Quanto aos desafios futuros que as IPSS's terão de enfrentar, no que toca à sustentabilidade organizacional, concluiu-se que a dificuldade financeira constitui-se como o maior desafio, seguido pela diferenciação do serviço prestado e pelo trabalho em parceria, o que nos permite corroborar a hipótese nº3) **a prática de gestão de pessoas é, também condicionada pela situação financeira da organização e pela conjuntura económica do país.**

Vários estudos revelam que as práticas de gestão de pessoas desenvolvidas pelos gestores das organizações têm um impacto determinante, quer dizer, as práticas que revelem maior preocupação com os colaboradores levam ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos positivos em relação à sua atividade profissional (Chambel & Santos, 2009). Também é certo que a construção social da imagem da organização envolve, entre outros atores, os dirigentes, os colaboradores e a imagem que os clientes têm sobre os serviços são fatores que contribuem para a reputação de uma organização e cooperam fortemente para a sua sustentabilidade (Parente et. al., 2014). Neste trabalho, com base nas perceções dos colaboradores relativamente às práticas desenvolvidas na organização para a gestão de pessoas pode inferir-se que a satisfação geral dos colaboradores é predominantemente positiva, sentem-se pessoalmente ligados à organização, têm orgulho desta e gostavam de poder lá trabalhar o resto da vida. Quanto à perceção dos clientes relativamente ao desempenho dos colaboradores, pode depreender-se numa perspetiva global, a elevada satisfação uma vez que as respostas incidem maioritariamente sobre o muito satisfeito e o totalmente satisfeito, o que permite concluir o reconhecimento do trabalho dos colaboradores pelos clientes do CSCP e da imagem positiva que a organização transmite para a comunidade exterior.

Em suma, embora exista um caminho a percorrer, as diretrizes do CSCP vão no sentido de valorizar o seu capital humano. A implementação do SGQ tem contribuído para a valorização dos procedimentos formais de gestão de pessoas que contribuam para a sustentabilidade organizacional. As práticas de gestão de pessoas são integradas numa visão estratégica e sistémica da organização. Os colaboradores são o capital primordial e a sustentabilidade assenta na humanização da organização, reforçando a importância da gestão de pessoas.

6. REFLEXÃO FINAL

Independentemente dos resultados obtidos, o estudo realizado enaltece e reforça acima de tudo a importância das práticas de gestão de pessoas. Neste sentido concordamos com Dias (2014 p.57) quando afirma que *“A vantagem competitiva das Organizações do Terceiro Setor dependem cada vez mais, da capacidade dos dirigentes e diretores técnicos desenvolverem estratégias de gestão de pessoas que potenciem o seu desempenho”*.

As três Diretoras Técnicas entrevistadas assumem desde funções distintas a funções muito díspares, passando sempre pela responsabilidade de gestão de pessoas, a Diretora Técnica do Centro de acolhimento Temporário especifica:

São duas funções distintas: a primeira prende-se com a coordenação e daí o cargo de Diretora Técnica, a coordenação e gestão da casa, quer a gestão de pessoal quer a gestão de materiais e financeiro, quer a própria estrutura. Depois tenho o meu trabalho como assistente social.

Já a Diretora Técnica da Estrutura Residencial para Idosos refere-se à suas funções como muito díspares “*com uma responsabilidade de dar conta quer das situações dos utentes quer dos funcionários e depois de uma série de abordagens do exterior de várias ordens*”. Enquanto a Diretora Técnica da Creche e Jardim infantil assume no que respeita às suas funções “*tenho que orientar o bom funcionamento das duas casas (...) relativamente à gestão das pessoas sou responsável pelos horários, acompanho o seu desempenho*”.

Terminamos, com o testemunho do diretor geral que coloca a ênfase da sustentabilidade nos colaboradores da organização, registando: “*Os recursos humanos é que são a mobília da casa, porque os clientes vão e vêm, quem permanece são os colaboradores, são eles que fazem a instituição*”

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, V. (2011). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social: Governação e Terceiro Setor*. Coimbra: Almedina.
- Amador, C. (2013). Sustentabilidade financeira das organizações da economia social: novas soluções socialmente inovadoras em época de crise, *IV colóquio internacional de doutorados/as do CES*. Coimbra.
- Armani, D. (2003). *Novos desafios à luta por direitos e democracia no Brasil. Sustentabilidade das organizações da sociedade civil*. Recife: Aliança Interage.
- Azevedo, C. Franco, R. & Meneses, J. (Coord.) (2012). *Gestão de organizações sem fins lucrativos - O desafio da inovação social* (3ª edição). Porto: Impulso Positivo.
- Carvalho, D. (2007). Sustentabilidade e efetividade de ONG's ambientais: a influência do processo gerencial In *Organizações sustentáveis: utopias e inovações*. Acedido em 29.06.17 em <https://books.google.pt/>.
- Chambel, M. & Santos, M. (2009). Práticas de conciliação e satisfação no trabalho: *Mediação da facilitação do trabalho na família* (Vol.26 (3), p.275-286). Acedido em 29.06.17, em

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010366X2009000300001&script=sci_abstract&tlng=pt

- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, J. (2008). Os métodos quantitativos na sociologia: dificuldade de uma metodologia de investigação - *VI Congresso português de sociologia*, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais Humanas.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo - Sentidos e formas de uso*. Estoril: Princípia.
- Júnior, J.; Queiroz, J.; Hékis, H.; Queiroz, F; Lima, N. & Furukava, M. (2012). Management non-profit organizations: an assessment of performance through the balanced scorecard. *Journal of Operations & Production Management*, Vol.10, N^o2, p: 57-56, Brazilian.
- Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia em educação In *Revista de Educação* (vol.2, p.49-65). Bragança: Eduser.
- Moreira, C. (1994). *Planeamento e estratégias da investigação social*. Lisboa: ISCSP.
- Morgado, J. (2012). *O estudo de caso na investigação em educação*. Santo Tirso: De facto editores.
- Oliveira, W. (2011). Terceiro setor e o desafio da sustentabilidade: Estudo de multicasos do ONG's negras em Salvador da Bahia - Brasil. *Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção de grau de mestre em Gestão*, sob orientação do Doutor José Manuel Mendes, Coimbra.
- Parente, C. (2014). A gestão de recursos humanos assalariados In *Empreendedorismo social em Portugal*, p.176-194. Porto: Edição Universidade do Porto-Faculdade de Letras.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2^a edição). Lisboa: Gradiva.
- Roque, A. (2012). Partes interessadas e as OSFL In Azevedo, C., Franco, R. & Meneses, J. (Coord.). *Gestão de organizações sem fins lucrativos* (3^a edição, p.209-227). Porto: Imoedições - Edições Periódicas e Multimédia, Lda.
- Vilelas, J. (2009) - *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Yin, R. (2003). *Estudo de caso - Planeamento e métodos* (2^a ed.), Trad. Daniel Grassi; Porto Alegre: Bookman.

Web grafia

Carvalho, D. (2007). Sustentabilidade e efetividade de ONG's ambientais: a influência do processo gerencial In *Organizações sustentáveis: utopias e inovações*. Acedido em 29.06.17 em <https://books.google.pt/>.

Chambel, M. & Santos, M. (2009). Práticas de conciliação e satisfação no trabalho: Mediação da facilitação do trabalho na família (Vol.26 (3), p.275-286). Acedido em 29.06.17, em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010366X2009000300001&script=sci_abstract&tlng=pt

Secção II

Recensões

Laudato Si: Um Presente para o Planeta Josafá Carlos de Siqueira. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

Marcelo Pereira Marujo¹

O livro objeto desta recensão - *Laudato Si: um presente para o planeta*. Josafá Carlos de Siqueira. - Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. 114 p. - trata de um convite à reflexão sobre a emergente temática global - sustentabilidade - como ecologia integral necessária para se buscar o desenvolvimento sustentável provedor de responsabilidade socioambiental na contemporaneidade, baseado na Carta Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, publicada no ano de 2015.

A visão sistêmica e complexa do autor que é padre jesuíta, teólogo, filósofo e biólogo proporciona-nos compreender a sociedade na sua totalidade - casa comum -, onde o pensar global mais humano pode se converter no agir local com mais solidariedade e harmonia socioambiental. O autor, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio - Brasil, apresenta em doze capítulos (*Um olhar ecológico sobre o mundo - A encíclica ecológica - Biodiversidade - uma preocupação da sociedade e da igreja - A questão da água na encíclica Laudato Si - A missão de guardiões da criação - Valores socioambientais na encíclica Laudato Si - Críticas para refletir e mudar - Testemunhar com pequenas ações - A universidade católica à luz da Laudato Si - A Laudato Si e os grandes desafios para a educação - A ética na Laudato Si - A campanha da fraternidade 2016 à luz da Laudato Si*) um verdadeiro cenário interessante e instigante baseado na *Laudato Si*, onde promove uma expressiva reflexão sistêmica em que ciência e religião se integram, como condições fundamentais para o desenvolvimento de uma práxis mais sustentável para o planeta.

¹ marcelo.orientador@uol.com.br
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9958-8128>

Nessa direção, a obra é realmente um convite à provação do quanto o ser humano precisa ser resgatado, em sua essência, para ser o verdadeiro protagonista de alternativas socialmente mais dignas, justas, éticas e ecologicamente sustentáveis.

“Um olhar ecológico sobre o mundo” evidencia que ciência e religião entendem o quanto são problematizadoras as questões socioambientais, onde a integração das dimensões da sustentabilidade - política, social, econômica, ambiental e cultural - pouco estão sendo eficazes, eficientes e efetivas para com a proposição de ações mais responsáveis e comprometidas com o planeta.

Esses problemas estão descaracterizando a criação, afetando a ética e a dignidade humana e excluindo os seres humanos e não humanos, sobretudo, diante de tamanha inconsequência com o consumo incontrolável.

Pois, é justamente a cultura do consumo por desejo e, não, por necessidade que desafia a todos buscarem novas soluções mediante a deterioração da qualidade de vida humana. Tais condições mostram que o sistema global está insustentável e que de nada adianta culpabilizar o sistema demográfico, em vez de promover um combate acirrado ao consumismo exagerado, que é a principal causa dessa questão sistemática tão maléfica à casa comum.

Não obstante, para lidar com essas condições tão suscetíveis e complexas torna-se necessário o empreendimento de uma ecologia integral, ou seja, da compreensão do ser humano como parte ativa e proativa para se promover uma cultura sustentável.

“A encíclica ecológica” denota que a temática socioambiental vem sendo objeto de ações católicas no Brasil, em especial, como tema da Campanha da Fraternidade 2016 - Casa comum, nossa responsabilidade - que disseminou a necessidade da responsabilidade e, sobretudo, do nosso comprometimento com o ambiente global.

A estratégia intrínseca à proposta papal enfatiza a problemática socioambiental do ponto de vista ético e religioso, onde a premissa teológica de que a criação, a natureza, é um bem comum e dom gratuito de Deus, confiado ao ser humano para sua salvaguarda e sobrevivência.

Numa visão crítica, denota-se o quanto a visão utilitária da natureza como capital, o combate à cultura do descarté, onde as atividades socioambientais ficam cada vez mais vulneráveis às determinações do mercado que prima pelo lucro a qualquer custo, condição insustentável, que tanto degrada o ambiente global.

Nessa perspectiva, conclama-se para o reconhecimento do valor e da dignidade da criação, na sabedoria em usar e cuidar, sustentavelmente, da casa comum.

Portanto, a esperança está na disseminação de uma cultura sustentável para toda família humana na construção de um mundo socialmente mais justo, religiosamente mais respeitoso e ecologicamente mais sustentável.

“Biodiversidade - uma preocupação da sociedade e da igreja” com o compromisso de se buscar condicionantes possíveis para lidar com tamanha crise ecológica, a qual afeta nossa capacidade de ser, estar e vivenciar o mundo do criador.

Nessa dimensão, o que se coloca como condicionante estratégica foi a sensibilidade do pontífice em divulgar a questão da biodiversidade como fator comum e de responsabilidade da comunidade científica, do poder público, privado e das organizações não governamentais; pois, trata-se de uma responsabilidade comum a todos. Além do mais, de maneira contundente é colocado que a extinção das espécies mutila a obra do criador, extingue o patrimônio do planeta e ameaça o futuro da humanidade.

“A questão da água na encíclica *Laudato Si*” é apresentada e tratada como questão ética que integra, sistemicamente, os aspectos científicos, antropológicos e religiosos e, ainda, preocupação como o seu esgotamento, a sua qualidade, a capacidade de corresponder ao consumo progressivo e à ineficiência em combater o desperdício.

É feito um apelo para que se compreenda que a água potável é fundamental para a vida humana, com a sua escassez, qualidade, preservação dos aquíferos, exploração econômica, principalmente, por se tratar de um bem universal de direito de todos.

Talvez a maior ousadia esteja na sua proposição para a nova ética da água - hidroética - uma condição capaz de se converter numa unidade estratégica possível de contribuir para sua provisão da água às gerações presentes e futuras.

“A missão de guardiões da criação” é proposta à luz de uma mudança de estilo de vida, tanto no que se concerne à diminuição de consumo e desperdício quanto à alteração do meio ambiente.

Outrossim, conforme sinalização divina Jesus Cristo vivia em plena harmonia com a criação; por conseguinte, somos chamados a viver nossa vocação missionária para superar tudo que está comprometendo demasiadamente a dignidade do ser humano e de toda a criação.

“Valores socioambientais na encíclica *Laudato Si*” foram fundamentais para nortear essas reflexões, onde os valores ético-religiosos tornaram-se determinantes, juntamente, com a visão sistêmica indispensável para se obter o melhor entendimento possível inerente às expressivas e prementes questões social e ambiental.

Muito interessante é a apresentação de valores considerados estratégicos, os quais são compreendidos como potenciais para se repensar e, possivelmente, contribuir para que ações sejam efetivadas e possam fazer frente aos constantes desafios nos mais variados contextos socioambientais.

Na sequência, os referidos valores e suas relações para o provimento de alternativas para lidar melhor com o socioambiental. Uma visão mais integrada do mundo, uma “ecologia integral” como forma de superação mediante das fragmentações dos saberes e das práticas, as quais poderão se converter em fatores aliados aos bons costumes e hábitos mais responsáveis e comprometidos com esta ecoinTEGRALIDADE.

A sensibilidade para entender a vulnerabilidade e a fragilidade que existe na sociedade e na natureza torna-se um fator estratégico para o desenvolvimento. Esta condicionante geralmente está associada aos menos providos de recursos; logo, espera-se que dessa maneira se possa favorecer a promoção de uma maior solidariedade socioambiental.

Um estilo de vida menos consumista como exortação a um ambiente global mais responsável. A crítica à racionalidade econômica em detrimento das demais e importantes variáveis - política, social, ambiental e cultural - poderá possibilitar a diminuição do consumo exagerado. Por certeza, é insustentável o comportamento dos que consomem sem limites e não pensam nos demais; pois, é possível ter uma vida mais comedida e ser muito feliz.

Equilibrar as diferentes racionalidades da vida humana, ou seja, compreender o quanto as artes, os esportes, o contato com a natureza, entre outros, podem com propriedade suprimir o fascínio e a dependência pelas técnicas e tecnologias que cada vez mais nos enfeitiçam e nos limitam de viver a vida.

As hermenêuticas, ou melhor, as acepções sobre a religião deveriam ser menos antropocêntricas e mais teocêntricas no que concerne ao pensar e respeitar o ambiente em sua totalidade com base para a sua conservação e evolução.

Dessa maneira, sinaliza-se que tais acepções sobre o nosso reconhecimento como seres limitados e, não donos da terra, deve ser um fator fundamental para conviver mais respeitosa e com o meio ambiente e, precipuamente, compreender os seus limites.

A educação ambiental passa a ser uma necessidade para a conversão ecológica, ou melhor, uma fonte primordial para sensibilização e possível conscientização sobre o ambiente global; pois, entende-se assim poder possibilitar mudanças de

hábitos e costumes com a finalidade de converter ações insustentáveis em ações sustentáveis.

São as pequenas ações que podem, pensando em uma grande rede, promover mudanças cotidianas que vão ao encontro de uma cultura mais responsável para com o consumo da água, do solo, do ar e do consumo, como a redução, reutilização e reciclagem de produtos.

Outrossim, a união e o consenso para a proteção da casa comum, sempre com a intenção de diminuir as diferenças em prol do bem comum, ou seja, favorecer a integração de raças, crenças e etnias para lutar na busca de consenso para cuidar desta nossa casa tão degradada.

Sendo assim, percebe-se que o alinhamento de ideias, onde ciências, religiões e movimentos sociais possam juntas trabalhar com o objetivo de combater a preocupante crise ecológica e empreender um pensar sustentável sobre o nosso bem comum: ecologia integral.

“Críticas para refletir e mudar”, uma verdadeira proposição para se buscar o novo e sustentável. A forma de ser, estar e pensar o mundo deve se reverter em causa imprescindível para se conceber posições mais proativas diante de uma assustadora crise socioambiental sem limites.

O criador nos proporcionou um planeta perfeito e autossustentável, contudo precisa de ser administrado com sabedoria e muito mais responsabilidade, condições necessárias para se prover ações comprometidas com o seu desenvolvimento sustentável.

Para tanto, são necessárias críticas contundentes sobre a atual visão consumista, a cultura do descarte, a ausência de alternativas para lidar com os efeitos socioambientais, problemas com a água, perda de biodiversidade, fragilização da qualidade de vida e degradação social, falta de compreensão da integração do social com o ambiental, culpabilidade da demografia, antropocentrismo acrítico, ineficiência da reflexão sobre as políticas, paradigma tecnocrático e o relativismo prático, o qual leva as pessoas a serem tratadas como meros objetos.

“Testemunhar com pequenas ações” eficazes, eficientes e efetivas, com foco na expressividade do local e não dissociado do global, situações solidárias importantes perante às gravíssimas problemáticas que influenciam a qualidade do ambiente, inclusive de sua continuidade saudável.

Muito interessante é a sustentação de que o compromisso com a transmissão de saberes e formação pessoal, social e profissional de todos ser também das

universidades. Pois, é a educação em sua integralidade, em especial, no ensino superior que deve centrar-se a colaboração para a construção de um novo pensar e agir sustentável.

O próprio exemplo deve ser mesmo das universidades, onde se necessita de maior controle dos gastos diversos, os desperdícios de produtos, as ações mitigatórias para com os seus descartes e a própria condição para se manter em alto nível neste rico contexto sem privilegiar o ter e, sim, o ser.

Dessa forma, sustenta-se que novas ideias são imprescindíveis para se começar a contribuir com mudanças para se obter um mundo melhor, testemunhar nas simples ações o que se deseja para a sociedade global, isto porque o testemunho tem uma força sensacional e é fundamental.

“A universidade católica à luz da *Laudato Si*” torna-se, enquanto centro do pensamento democrático e reflexivo na sociedade, uma protagonista indispensável para o desenvolvimento de uma tríplice - reflexão integrada, soluções científicas e tecnológicas e dimensão testemunhal do compromisso ambiental e teológico - missão em consonância com a Doutrina Social da Igreja.

A reflexão integrada visa compor uma proposta orgânica, dinamizadora e interdependente entre as questões teológicas, filosóficas, sociais, humanísticas, tecnológicas e ambientais com fonte inter e multidisciplinar a fim de tentar uma consolidação da visão sistêmica, para melhor compreender e prover ações em maior integração com a ecologia integral.

As pesquisas científicas e os inventos tecnológicos poderiam também estar mais direcionados para a tentativa de se encontrar alternativas capazes de amenizar as problemáticas socioambientais, as quais afetam a qualidade de vida em seus distintos meios que tanto degradam os ecossistemas planetários.

O testemunho na direção de uma sociedade mais sustentável passa por ações concretas que expressam nosso compromisso com o planeta e, especialmente, nossas relações e comportamentos com a natureza. Isto porque, uma aliança com o ambiente na sua totalidade propicia a implementação e o desenvolvimento de novos hábitos para se conviver mais neste ambiente, que precisa de mais atenção e cuidado.

“A *Laudato Si* e os grandes desafios para a educação”. A educação é a grande fonte de conhecimento capaz de impulsionar o desenvolvimento da sociedade, isto por ser indiscutivelmente a sua base fundamental, condição necessária para o seu desenvolvimento sustentável.

Além do mais, a educação formal, não formal e informal torna-se potencial para socializar e disseminar informações para se combater os maus costumes que estão fragilizando a sustentabilidade em todas as suas dimensões; assim, deteriorando o ambiente global.

Talvez, o mais interessante neste momento seja uma educação laica que consiga promover o pensamento sistêmico e complexo, permitindo evidenciar a integração do sistema global para necessária melhoria da qualidade de vida humana e, principalmente, para nossa própria sobrevivência.

A educação passa a ser a aliada determinante para se buscar alternativas na tentativa de realizar consideráveis mudanças na sociedade, acreditar que é possível reverter esta situação que inquieta e agride a casa comum, em condições para se ter uma vida mais responsável e sustentável.

“A ética na *Laudato Si*” remete-se ao desafio de fazer com que sociedade e igreja, juntas, possam formar um “novo ethos” para a sociedade contemporânea que vive uma imensurável crise socioambiental.

Por conseguinte, são esses princípios éticos que nos possibilitarão a refletir para mudar os hábitos e costumes que não condizem com a sustentabilidade e, muito menos, com os desígnios que o criador nos deu para administrar com sabedoria e com o intuito de contribuir para a construção de uma sociedade mais digna e justa para todos.

A saber, esses princípios compreendem uma visão ética integradora, princípios éticos para o bem comum, ética da inclusão socioambiental, ética da educação ambiental, ética de uma união e diálogo com as diferenças, ética da teologia da criação e ética que se refere à metanoia necessária, que na linguagem religiosa da *Laudato Si* é denominada de conversão ecológica.

Dessa forma, pensa-se em poder favorecer as mudanças para com as posturas passivas que impedem se repensar novos hábitos, onde o necessário está no resgate da relação, essencialmente, humana individual e torná-las em proposições de responsabilidade e comprometimento de todos, ou seja, uma conversão comunitária que se coaduna ao pensar global para agir local e vice-versa.

Nessa perspectiva, que se precisa estancar com o individualismo capitalista que sucumbe a um consumismo sem ética, o qual não se integra a um pensar integral capaz de favorecer a sustentabilidade socioambiental tão necessária para as gerações presentes e futuras.

“A campanha da fraternidade 2016 à luz da Laudato Si” retrata a visão e o compromisso da igreja, estratégia proposta e empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, sob o tema - Casa Comum: Nossa responsabilidade - para se refletir sobre nosso próprio compromisso com o planeta.

A referida campanha sinaliza sobre alguns aspectos que se convergem entre a Laudato Si e a Campanha da Fraternidade, a saber: a união de todos, a qualidade de vida no planeta e as ações concretas que beneficiam a casa comum.

A união de todos está relacionada à reflexão conjunta para o bem comum de todos os crentes, não crentes, comunidades e movimentos sociais para encontrar, a partir dessa força transformadora, alternativas capazes de facilitar o enfrentamento de problemas que estão cada vez mais afetando nossa casa comum e que não podem continuar.

A qualidade de vida no planeta se remete a importância do quanto pequenas ações cotidianas, seja em nossas casas seja nos locais de trabalho, podem ser transformar em fatores possíveis de revigorar a consciência de sermos uma única família humana, até porque somos todos habitantes desta casa comum.

Portanto, pode-se perceber que todas essas propostas às reflexões buscam alternativas para com o cuidado com a casa comum que Deus nos deu; assim, precisando fazer com que este ambiente continue sendo agradável, fraterno, digno e justo de maneira que se impere a sustentabilidade como condição provedora de responsabilidade socioambiental.

É a certeza de que somos impulsionados pela graça de Deus que nos orienta, redimensiona nossa fé e fortalece nossa esperança que estamos propensos a contribuir para uma ecologia integral mais justa, solidária, inclusiva e eterna.

Enfim, corrobora-se que este descortinamento de um cenário sustentável tão necessário na contemporaneidade, fundamentado na Carta Encíclica Laudato Si do Papa Francisco e, estrategicamente, integrando ciência e religião com tanta sutileza e sapiência, torna-se um expressivo convite para se repensar um planeta mais sustentável, humano e solidário para todos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SIQUEIRA, JOSAFÁ CARLOS DE. Laudato Si: um presente para o planeta. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. 114 p.

Campesino a Campesino, Voces de Latinoamérica Movimiento Campesino a Campesino para la Agricultura Sustentable SIMAS, Managua Nicaragua Food First Books, Oakland, California Eric Holt-Giménez

Versão original do livro em inglês:

Campesino a Campesino, Voices from Latin America, Farmer to Farmer

Movement for sustainable agriculture

Food First Books, Oakland, California, 2006

Thiago Sabatinelli Rodrigues¹

Um dos movimentos sociais mais inspiradores da América Latina, o movimento Campesino a Campesino surgiu no início dos anos 1970 na região mesoamericana. Tudo começou quando um grupo de agricultores maias da Guatemala acolheu uma nova metodologia para disseminar a agricultura ecológica. Naquele momento, os campesinos não poderiam imaginar que o pequeno projeto governamental do qual participavam era a semente do que se tornaria uma referência para políticas de desenvolvimento rural sustentável em todo o mundo.

Em *Campesino a Campesino: Voces de Latinoamérica - Movimiento Campesino para la Agricultura Sustentable (Managua, SIMAS, 2008)*, Eric Holt-Giménez apresenta mais do que um projeto pedagógico que se estenderia por países da América Latina e Caribe, difundindo formas ecológicas de agricultura e conservação dos recursos naturais. A experiência agroecológica centro-americana representou, principalmente, uma mudança substancial na forma de pensar e fazer o desenvolvimento rural, a partir de princípios como a equidade, a cooperação e o amor à terra, à natureza e à comunidade.

¹ ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4947-068X>

Desde suas origens maias, passando pela consolidação no México e na Nicarágua, o Campesino a Campesino se apresenta como uma alternativa político-pedagógica de desenvolvimento rural, cujo alicerce é a práxis das comunidades. Desenvolvido a partir da realidade do educando, do diálogo e da experiência compartilhada, sua metodologia se converteu em novo paradigma de educação popular. Nesse sentido, o movimento coincide com a teoria do educador brasileiro Paulo Freire, cuja obra explica as relações de poder entre educador e educando, e suas implicações.

Na obra de Holt-Giménez, o movimento Campesino a Campesino é desvelado desde suas raízes sociais, suas dinâmicas e interações, através da experiência pessoal do autor e seu trabalho como investigador junto com os agricultores de diversos países latino-americanos. Dá-se a conhecer um movimento em que a luta pela terra extrapola o direito a sua ocupação e distribuição, voltando-se a viabilização de seu uso social, historicamente negado aos campesinos. Tem destaque a fala dos agricultores. Seus depoimentos contam como enfrentaram, em nível local, problemas sistêmicos globais, buscando o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

A obra é uma narrativa crítica, que resulta de décadas de vivências do autor na Guatemala, México, Honduras, Nicarágua e Cuba. Neste último país, o movimento Campesino a Campesino se diferencia por ter sido articulado a partir das áreas periurbanas, onde começou a chamada “revolução agroecológica”. O movimento teve um papel vital no dramático processo de superação da crise alimentar cubana no início da década de 1990, com o fim da União Soviética e o embargo dos Estados Unidos, que impossibilitou o acesso a máquinas e insumos agrícolas.

No contexto regional latino-americano, Campesino a Campesino buscou combater problemas comuns aos países do continente e que justificaram outros movimentos, como o de preservação da agricultura tradicional na região andina, de fortalecimento das comunidades rurais no México e dos trabalhadores sem terra (MST), no Brasil. Em oposição a essas lutas estão as relações econômicas ditadas pelo mercado, a degradação da natureza, a apropriação privada dos recursos essenciais à vida e a imposição dos sistemas de produção agrícola da Revolução Verde, difundidos por grandes programas governamentais. A resiliência dos sistemas de produção aos fenômenos climáticos, a redução da insegurança alimentar e da vulnerabilidade social no campo são resultados visíveis das práticas agroecológicas, e que são compreendidas no decorrer da leitura.

A perspectiva político-econômica com que o autor aborda o processo de desenvolvimento do continente possibilita enxergar em maior escala e com melhor nitidez os entraves ao desenvolvimento. Ficam evidentes as relações entre os efeitos do neoliberalismo sobre o campo, ocasionando a degradação ambiental e social, esta última ainda mais evidente nas cidades. A luz lançada sobre tais relações permite enxergar aspectos explorados no campo da economia política, como as relações entre desenvolvimento local e global, a participação da sociedade civil e as ambiguidades das políticas dos organismos internacionais.

No contexto atual de fragmentação política e desconstrução do projeto de integração regional para o desenvolvimento da América Latina, o livro de Holt-Giménez é uma releitura alentadora de ideias que foram colocadas em prática com sucesso no século XX, e que se mantêm vivas no seio dos movimentos sociais rurais do continente americano. As experiências comunitárias no berço da Agricultura pré-colombiana servirão de inspiração para recuperar a cultura de participação e cooperação, restabelecendo valores atualmente ocultados pelas forças hegemônicas do capitalismo global.

Secccção III

Breves & Recensões

<http://doi.org/10.31750/fr1701r02>

Secção IV

CPES

CPES

O Historial e o Património / The Background and the Heritage

Ana Lorga da Silva

Diretora / Coordenadora do CPES

O CPES é uma unidade de investigação integrada na Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, criada em 19 de Junho de 2008, registada na Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) em 2009, refundada e submetida à Avaliação das UI&D - Unidades de Investigação e Desenvolvimento FCT, em 2013.

O Centro de Pesquisa e Estudos Sociais (CPES) nasceu da convergência de interesses de diversos investigadores de diferentes áreas disciplinares, designadamente Sociologia, Serviço Social, Turismo e História. Mais tarde, no ano de 2013, o CPES sofreu novo impulso com a adesão de investigadores provenientes das áreas disciplinares da Economia, Gestão e Administração integrados em diferentes unidades orgânicas. Assim, o domínio de investigação em que o CPES se inscreve, insere-se no âmbito das tradições das Ciências Sociais e Humanas, afirmando o interesse científico na pesquisa em áreas emergentes resultantes da combinação das diferentes interligações disciplinares possíveis, com o propósito de olhar e refletir sobre as dinâmicas sociais e culturais da sociedade portuguesa contemporânea e de outras com ela interligadas.

Membros Integrados / Associados

Ao longo dos anos, os seguintes investigadores figuraram como membros integrados do CPES:

1. Ana Lorga
2. Artur Parreira
3. Carlos Capelo
4. Carlos Carranca
5. Carlos Diogo Moreira
6. Cristina Santos
7. Eduardo Figueira
8. Felipa Reis

9. Francisco Carvalho

10. Inna Paiva

11. Jorge Mangorrinha

12. Manuel Antunes

13. Marcio Domingues

14. Paulo Alves

Em igual período, os investigadores associados foram:

António Mendes

Carlos Smaniotto

Cátia Felisberto

Duarte Pimentel

Edviges Coelho

Helena Mendonça

15. Rui Duarte Moura

16. Rui Teixeira dos Santos

17. Salomé Marivoet

18. Sónia Vladimira Cardoso

19. Teotónio R. de Souza

Jorge Costa

José Ampagatubó

José Fialho Feliciano

Maria Teresa Ramilo

Mariana Cascais

Rui Teixeira dos Santos

(1) mestres e doutorandos associados

Nos últimos anos, passaram pelo CPES, como investigadores de mestrado ou de doutoramento, os seguintes alunos:

Ana Paula Garcia

António Guerreiro

Bruno Sampaio

Carla Fernandes

Carla Ribeirinho

Cátia Rosário

Célia Gouveia

Cristina Duarte

Fanny Munõz

Fernando Borges

Gonçalo Loures

Guilherme Nunes

Hélia Bracons

Loic Pedras

Luís Paixão

Luís Tavares

Luísa Anacleto

Luísa Desmet

Noemi Bueno

Simone Fragoso

Patrícia Henrique

Sofia Cavaco

Samuel Pedro

Vitor Rosa

(2) projetos completados e em curso

Dentro das atividades de investigação, foram apresentados 33 projetos, dos quais 11 já foram concluídos. Segue a lista dos projetos de investigação do CPES, dividido por grupos de investigação:

RG1 - Diversidade, Identidades e Desenvolvimento

RG1.1 - Dinâmicas Sociais e Cultura

Projecto em curso

AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÓMICAS DA GLOBALIZAÇÃO NA SOCIEDADE GUINEENSE. Equipa de investigação: José Ampagatubó (IR), José Kubanbul Ahukarié, Daniel da Cunha, Tchernó Djaló (Início em 2016)

Projecto Concluído

O ESPIRITUAL NA ARTE. O CASO DA PINTURA DE KANDINSKY E ROTHKO, no âmbito da linha de investigação das espiritualidades novaeristas. Equipa de investigação: Salomé Marivoet (IR). (Concluído em 2016)

RG1.2 - População, Migrações e Multiculturalidades

Projectos em curso

SISTEMA DE PARENTESCO EM VILARINHO DA FURNA. Apoio d'AFURNA - Associação dos Antigos Habitantes de Vilarinho da Furna. Equipa de investigação: Manuel Antunes (IR). (Início em 2015)

RETORNO DOS IMIGRANTES PORTUGUESES. Equipa de investigação: Teresa Ramilo (IR). (Início em 2016)

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO ESPAÇO LUSÓFONO, COM UM MODELO DE MIGRAÇÃO EINSTEINIANO DE DEFORMAÇÃO DO ESPAÇO TEMPO. Equipa de investigação: Manuel de Azevedo Antunes (IR), Francisco Carvalho (Co-IR), Manuel Serafim Pinto, Carlos Caranca, Ana Lorga, Maria Teresa Ramilo, Custódio Cónim, Mafalda Machado.

RG1.3 - Lazer, Media e Desporto

Projectos em curso

FORMAÇÃO DO VALOR SOLIDARIEDADE ATRAVÉS DA PRÁTICA DO DESPORTO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO DA CIDADE DE PINHEIRO - MA. Projecto de doutoramento de Lúcio Oliveira orientado por Salomé Marivoet (Início em 2016).

A OFERTA E A PROCURA DESPORTIVA NA ADOLESCÊNCIA. ESTUDO DE CASO DOS 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ANTÓNIO GEDEÃO DO CONCELHO DE ALMADA. Projecto de doutoramento de António Guerreiro, orientado por Salomé Marivoet (Início em 2015).

O CONTEÚDO LUTAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS. Projecto de doutoramento de Eder Mariano, orientado por Salomé Marivoet (Início em 2015).

FUTEBOL NA SOCIEDADE EM REDE. DETERMINANTES NA NEGOCIAÇÃO DOS DIREITOS DE TRANSMISSÃO TELEVISIVA DOS JOGOS DAS LIGAS PROFISSIONAIS DA EU28. Projeto de Doutoramento de Célia Gouveia, sob a orientação de Gustavo Cardoso com a co-orientação de Salomé Marivoet (Início em 2017).

A MEDIATIZAÇÃO DO DESPORTO PARALÍMPICO. Projeto de Doutoramento de Luísa Anacleto, sob a orientação de Salomé Marivoet (Início em 2017).

FATORES DE SUCESSO DESPORTIVO INTERNACIONAL DAS FEDERAÇÕES DE RUGBY DA ÁFRICA DO SUL, NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA (SANZAR). Projecto de doutoramento de José Alpuim (Bolseiro CAPES) orientado por Salomé Marivoet (Início em 2013).

MULHERES NOS MEDIA DESPORTIVOS IMPRESSOS PORTUGUESES: ESTUDO DA IMAGEM DAS MULHERES PRESENTES NOS JORNAIS A BOLA, RECORD E O JOGO. Projecto de estágio de investigação de Noemi Correa. (Início em 2016)

Projectos Concluídos

PRÁTICA DESPORTIVA DO KARATÉ EM PORTUGAL. ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE AS IDENTIDADES, IDEOLOGIAS, COMUNIDADES E CULTURAS DOS KARATECAS GRADUADOS (CINTOS CASTANHO E NEGRO) PORTUGUESES. Projecto de doutoramento de Vítor Rosa, orientado por Salomé Marivoet (Concluído em 2016).

EUROPEAN SPORT INCLUSION NETWORK (ESPIN): EQUAL OPPORTUNITIES OF

MIGRANTS AND MINORITIES THROUGH VOLUNTEERING IN SPORT. Grant Decision/ Agreement No. 2014-3140/024-001. Project Erasmus + Sport. Implemented by: Vienna Institute for International Dialogue and Cooperation - VIDC. Evaluation study of Relevance, Adequacy / Effectiveness and Efficiency/ Impact. Avaliadora: Salomé Marivoet. Equipa de Investigadores: Sónia Vladimira Correia (IR) e Jenny Roussou (Reporting Period: January 2015 - December 2016).

ESTUDO DO IMPACTO DO DIA PARALÍMPICO. Estudo integrado no Estágio de Mestrado de Luísa Anacleto, orientado por Salomé Marivoet. Estágio protocolado com o Comité Paralímpico de Portugal (Concluído em 2017)

PROPOSTA DE ESTUDO - HÁBITOS DESPORTIVOS E DISPOSIÇÕES DA PROCURA DOS MUNICÍPIES DE ALMADA, apresentada à Câmara Municipal de Almada. Equipa de Investigadores: Salomé Marivoet (IR).

PROPOSTA DE ESTUDO - PROCURA DESPORTIVA NA CIDADE DE LISBOA. Apresentada à Câmara Municipal de Lisboa. Equipa de Investigadores: Salomé Marivoet (IR).

RG2 - Inovação, Sustentabilidade e Gestão das Organizações

RG2.1 - Sustentabilidade, Metodologias e Instrumentos de Intervenção Organizacional

Projectos em curso

O EMPREGO E A SUA SUSTENTABILIDADE FACE AOS DESAFIOS DOS SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. Equipa de Investigadores: Artur Parreira (IR), Rui Duarte Moura, Carla Nogueira Marques. Apoio estatístico e metodológico - Ana Lorga da Silva. (Início em 2016)

PROJETO SOBRE SUSTENTABILIDADE E REGULAÇÃO SOCIAL DA RIQUEZA NA SOCIEDADE DE CONHECIMENTO. Equipa de Investigadores: Inna Paiva (IR), Artur Parreira, Ana Lorga. (Início em 2016)

METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DOS FATORES DE ACESSO À RIQUEZA POR INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS, NO PRESENTE E NA EMERGENTE SOCIEDADE DO CONHECIMENTO. Equipa de Investigadores: Artur Parreira (IR), Ana Lorga da Silva (Co-IR), Manuel Antunes, Rui Duarte Moura, Inna Paiva, Cátia Rosário, Paulo Finuras, Marcelo Marujo, Francisco Martinez-Castañeda.

RG2.2 - Economia para a Sociedade do Conhecimento

Projectos em curso

PROJETO NOESIS (SUBPROJECTO 2) - ECONOMIA PARA A SOCIEDADE DO

CONHECIMENTO. Equipa de investigadores: Artur Parreira (IR), Ana Lorga da Silva, Carla Nogueira Marques. (Início em 2016)

AVALIAÇÃO DA CONFIANÇA INSTITUCIONAL COMO FATOR DINAMIZADOR DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DO DESEMPENHO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Equipa de investigadores: Paulo Finuras (IR), Artur Parreira, Ana Lorga da Silva. (Início em 2016)

THE DECISIVE FACTORS FOR A HIGH QUALITY DISTANCE EDUCATION AND LEARNING EVALUATION, GUIDED BY THE COMPLEXITY PARADIGM AND COMPETENCES MANAGEMENT AS ITS EPISTEMOLOGICAL FRAMEWORK. Equipa de investigadores: Artur Parreira (IR); Carla Nogueira Marques, Lúcia Lehmann, Ana Lorga da Silva. (Início em 2016)

Projectos Concluídos

PROJETO NOESIS - O ENSINO SUPERIOR COM E ALÉM DA ECONOMIA NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO. Equipa de investigadores: Artur Parreira (IR), Ana Lorga da Silva, Carla Nogueira Marques. (Concluído em 2016)

ESTUDO PROSPETIVO DE ATUALIZAÇÃO DAS OFERTAS FORMATIVAS EM CABO VERDE - 2017-2020. Praia: Agence Luxemburgeoise pour la Coopération au Développement. Equipa de investigadores: Rui Duarte Moura (IR), F. Timas. (Concluído em 2016)

DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS CULTURAIS E CRIATIVAS, CRIAÇÃO DE EMPREGO E QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. São Tomé: Gabinete Ordenador Nacional da União Europeia. Equipa de investigadores: Rui Duarte Moura (IR), A. David, e J. Oliveira. (Concluído em 2016)

PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO NAS ILHAS DO FOGO E DE SÃO VICENTE EM CABO VERDE. Praia: Agence Luxemburgeoise pour la Coopération au Développement. Equipa de investigadores: Rui Duarte Moura (IR), F. Timas. (Concluído em 2016)

STRESS OCUPACIONAL EM PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO: METAMORFOSES ESCOLARES, RISCOS E NÍVEIS DIFERENCIADOS DE GESTÃO DO STRESS. Lisboa: Autoridade para as Condições de Trabalho. Equipa de investigadores: Rui Duarte Moura (IR), Dilar Costa, A. Dias, Célia Quintas, Luísa Ribeiro. (Concluído em 2016)

RG2.3 - Desenvolvimento Local, Turismo e Economia Social e Solidária

Projectos em curso

PROJETO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA. Equipa de investigadores: Inna Paiva (IR), Luísa Carvalho, Cecília Berner. (Início em 2017)

PROJETO SOBRE EMPREENDEDORISMO E ECONOMIA DIGITAL. Equipa de investigadores: Inna Paiva (IR), Sofia Teixeira. (Início em 2017)

PARTICIPATING IN CONTINUING TRAINING IN SOCIAL ECONOMY - The case of Portugal. Equipa de investigadores: Eduardo Figueira (IR), Alan Brown, Timothy Koehnen, Marta Alves. (Início em 2016)

TURSUSTENTA - O papel e contribuições do Turismo para a sustentabilidade e competitividade das economias dos territórios de baixa densidade em Portugal. Equipa de investigadores: Eduardo Figueira (IR), Marta Amaral, Timothy Koehnen, Carlos Silva, António Fragoso. (Início em 2016)

SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA EM PORTUGAL. Equipa de investigadores: José Fialho (IR). (Início em 2016)

(3) eventos organizados

O CPES organizou os seguintes eventos, individualmente, ou em parceria com outros centros de investigação:

1. Seminário “Mulheres nos Media Desportivos: representações sobre o desporto feminino e as atletas nos jornais A Bola, Record e O Jogo | 11 de Julho de 2017
2. Seminário “Desporto na Europa: Media e Identidade” | 9 de Maio 2017
3. Seminário “A Relevância da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios” | 28 de Abril de 2017
4. Mesa Redonda “O Tempo em Debate” | 21 de Abril de 2017
5. Seminário “Influência do Capital Intelectual e Inovação no Crescimento Organizacional em PME’S Florícolas no Estado do México” | 5 Janeiro 2017
6. Seminário “O tempo como fa(c)to social” | 13 de Dezembro 2016
7. Seminário “Democracia e Identidade Cultural nos Países de Língua Oficial Portuguesa” | 17 de novembro de 2016
8. Homenagem a Miguel de Unamuno | 29 de outubro de 2016
9. Seminário “Mulheres do Maranhão” | 24 de Outubro de 2016

10. Visita de estudo O Escritor, o Lugar e a Casa | 14 de Outubro de 2016

11. GENET 30 ANOS DEPOIS | 6 de Outubro 2016

12. Conferência de Teotonio R. de Souza sobre o arcebispo-patriarca Mateus de Oliveira Xavier | 20 de Setembro de 2016, na Casa de Sertã, Lisboa.

13. Conferência “Doing good deeds” | 3 de Junho 2016

14. Conferência de Teotonio R. de Souza, sobre Acompanhando a Lusofonia em Goa durante e após o fim da presença portuguesa, Congresso do Ensino Superior e Lusofonia, organizado por ISMAI - INSTITUTO UNIVERSITARIO DA MAIA, 26 a 27 de Novembro de 2015.

(4) Outputs científicos

Produção Científica (2013-2016) Plano 2017	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Publications in peer-review international journals	5	8	12	8	6	39
Books and chapters of international distribution	2	2	6	3	5	18
Conference proceedings	1	6	5	3	6	21
Books, including single-authored works	2		3	1	6	12
Chapters in books, including contribution to conference proceedings, essays in collections	2	4			4	10
Presentation in national conference		5	2	7	23	37
Publications in non peer-reviewed journals		1	5		5	11
Presentation in international conference	7	5	10	5	17	44
Publications in national peer-review journal	1	1	3	4	9	18
Total	20	32	46	31	81	210

(6) Revista *Fluxos & Riscos*

Fluxos & Riscos é revista semestral do CPES, com editor(es) convidado(s) para coordenar a secção temática / dossiê da revista. Para tornar o processo viável, dando tempo adequado para arbitragem, “double-blind peer review”, os artigos devem dar entrada pelo menos quatro meses antes da data de publicação. A submissão de artigos é feita on-line na plataforma digital da Revista.

Editor Geral : Teotonio R. de Souza

Conselho Editorial: Ana Lorga da Silva; Artur Parreira; Carlos Capelo; Eduardo Figueira; Jorge Mangorrinha; José Carlos Calazans; Manuel Antunes; Manuel Serafim; Teotonio R. de Souza.

Conselho Científico Internacional: A lista dos membros do conselho científico

pode ser consultada na plataforma digital da revista, bem como na sua versão impressa. Os membros são escolhidos de entre os especialistas de reconhecido mérito nas temáticas de cada número da revista para acompanharem a produção como revisores pares na arbitragem científica.

Foram publicados 2 números, totalizando 22 textos.

Edição 1 (2010): <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/issue/view/196>

Edição 2 (2011): <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/fluxoseriscos/issue/view/F%20%26%20R%2C%20v.1%2C%20n.2%20%282010%29>



O CPES – Centro de Pesquisa e Estudos Sociais é uma UI&D da Universidade Lusófona, apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que integra atualmente 51 investigadores membros integrados, associados e estudantes de doutoramento e mestrado.

O Centro foi criado em 2008 por investigadores de diferentes áreas disciplinares da Faculdade de Ciências Sociais Educação e Administração (FCSEA), designadamente da Sociologia, Serviço Social, Turismo e História. Em 2013, sofreu um novo impulso com a associação de investigadores das áreas da Economia, Gestão e Administração integrados em diferentes unidades orgânicas da ULHT.

O CPES promove investigação no âmbito das Ciências Sociais, colocando especial enfoque na interdisciplinaridade do conhecimento, no estudo de problemas emergentes nas sociedades contemporâneas globalizadas, em particular nos países lusófonos onde se destaca a sociedade portuguesa, tendo em vista encontrar soluções sustentáveis que promovam o desenvolvimento integrado.

O Centro agrupa 8 Grupos de Investigação (RG – Research Groups) estruturados em torno das seguintes problemáticas: Dinâmicas sociais identidades e cultura; Políticas sociais, participação e trabalho social; Economia de regulação e políticas públicas; Desenvolvimento local e economia social e solidária; População, migrações e multiculturalidades; Turismo, lazer e desporto; Economia para a sociedade do conhecimento; Metodologias e instrumentos de intervenção organizacional.

Visando reforçar a interdisciplinaridade da investigação produzida nas áreas de especialização dos seus investigadores, encontra-se em curso o Programa da Linha de Investigação “Impactos Sociais e Económicos da Gestão do Tempo nas Práticas Profissionais e de Lazer no Contexto de Globalização das Sociedades Contemporâneas”.

O CPES desenvolve parcerias com instituições públicas e privadas de âmbito nacional e internacional. Em articulação com outras instituições de ensino superior acolhe estudantes de Pós-Doc e estagiários de investigação nacionais e estrangeiros, em particular da CPLP.

Para a promoção da divulgação do conhecimento o CPES edita a revista científica Fluxos & Riscos, com arbitragem por pares (peer review) e publicação bianual de números temáticos e artigos livres.



Edições Universitárias
Lusófonas